

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Isabel Maria Alcântara de Melo

A Prática de Ensino Supervisionada e a  
Educação Intercultural:  
A Perceção dos Educadores



Viseu, 2016

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Isabel Maria Alcântara de Melo

Relatório Final de Estágio

Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º CEB

Trabalho efectuado sob a orientação de  
Professora Doutora Maria João Amante  
Professora Doutora Susana Fonseca



Viseu, 2016

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria João Amante e Professora Doutora Susana Fonseca, pela disponibilidade, empenho e por travarem as minhas divagações que não me deixavam ser objetivas no trabalho.

Quero agradecer aos Professores da ESEV que, cada um à sua maneira foram deixando marcas, mas principalmente ao Professor João Rocha e às Professoras Maria Figueiredo, Carla Lacerda e Helena Gomes que, para mim, são um exemplo a seguir pela dedicação, exigência e amor pela profissão que escolheram.

Agradeço, do coração, às minhas colegas Joana, Carla e Sara com quem trabalhei em grupo ao longo dos anos e com quem desde o início houve uma grande cumplicidade. Que a nossa amizade prevaleça durante muitos e muitos anos.

O meu maior agradecimento vai para o Helder, meu marido, por ter acolhido o meu sonho, apoiado e dado oportunidade para concretizá-lo; às minhas filhas, Eva que nunca teve dúvidas de que eu era capaz e com quem partilhei risadas, discussões e dúvidas desde o primeiro momento em que enveredei neste projeto pessoal/familiar e Daniela que, com a frontalidade e sinceridade que a caracterizam, me fez “acordar” para a realidade e enfrentá-la, quando só me apetecia desistir. À minha Mãe, minhas irmãs e sobrinhos que me apoiaram como só eles sabem fazer... Ao meu mano, que tanta força me deu para me candidatar e infelizmente, partiu logo no início deste percurso, mas que vagueia no firmamento, ao lado do meu Pai, olhando por mim; à Yara porque é o sol na minha vida e minha Paloma amiga fiel de quatro patas.

*Ao meu mano,  
minha estrela-guia...*

## RESUMO

Este relatório final de estágio foi realizado na reta final do curso de Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico enquadrando-se no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada (PES), que ocorreu durante três semestres.

Numa primeira abordagem, pretendemos analisar e caracterizar as nossas práticas desenvolvidas e contextualizadas nos dois níveis de ensino. Na realização das planificações e práticas pedagógicas estivemos sempre atentas à heterogeneidade das crianças, quanto às suas idades, ritmos de trabalho e de aprendizagem e claro, ao currículo. Para além disso, e como hoje em dia não se pode dissociar nessas mesmas práticas pedagógicas a diversidade cultural, na segunda parte deste relatório realizámos o estudo empírico que tem por base essa temática na Educação Pré-escolar. Acreditamos que o papel dos Educadores é crucial na promoção de valores de tolerância, solidariedade, cooperação e respeito pela diferença. Defendemos que os mesmos devem dar a conhecer e valorizar outras culturas, definindo estratégias pedagógicas para ultrapassar os estereótipos que frequentemente surgem perante o desconhecido ou seja, desenvolver uma pedagogia intercultural.

Para o referido estudo, utilizámos uma metodologia qualitativa tendo sido selecionado um grupo de dez Educadoras das quais cinco a exercer em Viseu e cinco no Porto. A recolha de dados foi feita por meio de entrevistas estruturadas. Após a análise de conteúdos, constatámos que as Educadoras reconhecem a importância de trabalhar a diversidade cultural e consideram que a formação específica em Educação intercultural quer inicial quer contínua, é crucial. Por outro lado, os resultados sugerem que as educadoras não estão bem cientes do que é Educação intercultural e quais os seus objetivos, nem elucidadas sobre a diferença que esta abordagem poderá fazer na formação pessoal e social de todas as crianças.

**Palavras-chave:** Prática de Ensino Supervisionada, Educação pré-escolar, Diversidade cultural, Educação intercultural, Educador de Infância.

## **ABSTRACT**

This final report has been composed in the end stage of the Masters Degree in Early Childhood and Primary Education and prepared within the curricular Unit of Supervised Teaching Practice (PES) over 3 semesters.

On our initial approach, we were interested in analysing and characterizing our current teaching methodologies developed and inherent to both levels of education. During our planning and teaching practices, we took into consideration the heterogeneity of the children to what concerns their ages, their different learning rates and their school curriculum. Furthermore, because in our days it is not possible to dissociate cultural diversity from teaching practices, on the second part of this report we present an empiric study on this topic applied to the Early Childhood Education.

We believe that the role of Educators is crucial in promoting the values of tolerance, solidarity, cooperation and respect for difference. We argue that Educators ought to teach how to value other cultures, defining teaching strategies to overcome the stereotypes that often arise when facing the unknown, i.e. defining Intercultural Pedagogy. For this work, we have applied a qualitative method based on a group of 10 randomly chosen teachers, of which 5 are teaching in Viseu and the other 5 in Porto. Data collection was done through structured interviews. After results analysis, we conclude that the interviewed teachers recognize the importance of working on cultural diversity and that specific training on Intercultural Education, whether initial or continuous, is crucial. On the other hand, the results suggest, the results suggest that the teachers are not well aware of what are the concepts and goals of Intercultural Education, or on the impact it can have in the personal and social education of all children.

**Keywords:** Supervised Teaching Practice, Pre-school education, Cultural diversity, Intercultural education, Early Childhood Educator.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO GERAL .....</b>	<b>11</b>
<b>PARTE I – APRECIÇÃO CRÍTICA DAS PRÁTICAS .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.Contextualização e análise das práticas desenvolvidas no estágio da Educação Pré-escolar.....</b>	<b>16</b>
1.1.Caraterização da Prática de Ensino Supervisionada II.....	16
1.1.Análise da Prática de Ensino Supervisionada II .....	18
<b>2. Contextualização e análise das práticas desenvolvidas no estágio do 1.º CEB .....</b>	<b>21</b>
2.1.Caraterização da Prática de Ensino Supervisionada III.....	21
2.2.Análise da Prática de Ensino Supervisionada III .....	22
<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>25</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>26</b>
1.1. Portugal, país de emigração e imigração .....	26
1.1.1. Emigração .....	26
1.1.2. Imigração.....	27
1.2. A Diversidade cultural .....	28
1.2.1. Diversidade .....	29
1.2.2. Cultura.....	29
1.2.3. A diversidade cultural na Educação.....	30
1.3. A Educação em Portugal .....	32
1.3.1. A evolução da Educação em Portugal após 1974.....	32
1.3.2. A evolução da Educação Pré-escolar .....	33
1.4. A Educação Pré-escolar e a diversidade cultural .....	36
1.4.1. A Escola como uma Educação de valores.....	38
1.4.2. O Papel do Educador/Professor .....	41
1.5. Multiculturalismo, Interculturalidade e Educação.....	43
1.5.1. A Educação inter/multicultural .....	47
1.5.2. Os objetivos da Educação inter/multicultural.....	50
1.5.3. A Educação inter/multicultural em Portugal .....	51
1.6. A Educação inter/multicultural na Educação Pré-escolar .....	57
1.6.1. Práticas pedagógicas da Educação intercultural.....	58
1.6.2. Formação específica/inicial e contínua de Educação intercultural .....	62
<b>2. ESTUDO E METODOLOGIA.....</b>	<b>64</b>

2.1. Questão e objetivos da investigação.....	64
2.2. Metodologia .....	65
2.2.1. Participantes.....	66
2.2.2. Instrumentos.....	68
2.2.3. Procedimentos.....	70
2.2.4. Processo de análise de dados.....	71
2.3. Apresentação e discussão dos resultados .....	72
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>91</b>
ANEXO A - CARATERIZAÇÃO PESSOAL DAS EDUCADORAS .....	91
ANEXO B - CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO ONDE AS EDUCADORAS EXERCEM .....	91
ANEXO C - FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO .....	92
ANEXO D - GUIÃO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA .....	93
ANEXO E - ENTREVISTAS .....	96
EDUCADORA A (Viseu) .....	96
EDUCADORA B (Viseu) .....	100
EDUCADORA C (Viseu) .....	103
EDUCADORA D (Viseu) .....	105
EDUCADORA E (Viseu) .....	110
EDUCADORA F (Porto).....	112
EDUCADORA G (Porto) .....	114
EDUCADORA H (Porto).....	116
EDUCADORA I (Porto) .....	118
EDUCADORA J (Porto) .....	121
ANEXO F - RESULTADOS DA DIMENSÃO DIVERSIDADE CULTURAL.....	123
ANEXO G - RESULTADOS DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO INTERCULTURAL .....	134
ANEXO H - RESULTADOS DA DIMENSÃO FORMAÇÃO .....	143

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 - Caraterização pessoal da Educadoras.....	67
Tabela 2 – Caraterização do contexto de trabalho das Educadoras. ....	67
Tabela 3 - Dimensões resultantes da análise de conteúdos das entrevistas.....	72
Tabela 4 – Categorias referentes à Diversidade cultural.....	72
Tabela 5 - Categorias referentes à Educação Intercultural .....	75
Tabela 6 - Categorias referentes à Formação.....	78

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

1.º CEB – 1.º ciclo da Educação Básica

ACIDI, IP – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituição Pública

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

APM – Associação de Professores de Matemática

CEE – Comunidade Económica Europeia

CICDR - Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial

CNE – Conselho Nacional de Educação

EPE – Educação Pré-escolar

ESEV – Escola Superior de Educação de Viseu

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LBSE – Lei Base do Sistema Educativo

MEM – Movimento de Escola Moderna

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar

PA – Plano de Atividades

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PREDI - Projeto de Educação Intercultural

PE – Projeto Educativo

PES – Prática de Ensino Supervisionada

RA – Relatório de Avaliação Externa

RE - Relatório de Execução

UE – União Europeia

UNESCO – The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## INTRODUÇÃO GERAL

A educação passou a ter particular relevância após a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, onde foi apresentada a Convenção sobre os Direitos da Criança. Em Portugal foi evidente, a partir daí, “uma clara valorização do estatuto da criança e a importância da sua educação” (Alarcão, 2008, p. 23).

O percurso da formação de professores ao nível da Educação Básica foi, em Portugal, marcado pelo sistema “e pela especificidade da própria história do sistema português e da sociedade em que se insere” se quisermos comparar com outros sistemas ocidentais (Roldão, 2007, p. 18).

O Processo de Bolonha, em Portugal, em curso desde o ano letivo de 2008/2009, extinguiu as licenciaturas de 4 ou 5 anos, passando as mesmas para 3 anos e determinou que só os mestrados em ensino de 1 a 2 anos habilitavam para a docência. No Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de fevereiro no Artigo 15.º deste Decreto-Lei está patente a estrutura curricular que conduz ao grau de mestre enunciando a formação educacional geral, as Didáticas Específicas e a PES. No nosso percurso, enquanto mestradas, todas estas unidades curriculares, que nos foram facultadas, foram um contributo valioso para a nossa formação profissional.

Assim, depois de uma licenciatura em Educação Básica de três anos, prosseguimos para o curso de mestrado de Educação Pré-escolar e Ensino de 1.º CEB com o objetivo de, no futuro, incorporarmos um corpo docente competente. O nosso intuito é assegurar, nos alunos, resultados positivos de uma aprendizagem de qualidade, aceitando o desafio de Roldão (2007, p. 21) que aconselha “uma preocupação de melhoria dos desempenhos profissionais”.

No final de três semestres envolvidos na Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º CEB, sempre apoiadas no terreno por uma Orientadora Cooperante e na ESEV por um par supervísivo (Professores tutores), coube-nos formalizar um Relatório Final de Estágio. Neste, na primeira parte, apresentamos uma caracterização dos locais e uma análise reflexiva das PES nos dois níveis de ensino. Na segunda parte, expomos o estudo empírico, que está dividido em dois itens: o enquadramento teórico e o estudo e metodologia.

O enquadramento teórico visou fundamentar o problema que pretendemos investigar: As Educadoras estão cientes de que é premente trabalhar a diversidade cultural, face à sociedade multicultural onde estamos inseridas? As Educadoras estão cientes de que só uma Educação intercultural concede uma igualdade de oportunidades e uma equidade na educação para todas as crianças? As Educadoras têm consciência de que todas as crianças saem beneficiadas se desenvolverem com elas uma

pedagogia intercultural, facilitando a sua inclusão numa sociedade multicultural, como a sociedade portuguesa?

No enquadramento teórico iniciámos constatando que Portugal é hoje uma sociedade multicultural e se, como alega Gonçalves (2013), a Educação faz o futuro e é o rosto da sociedade, deve a sociedade portuguesa acompanhar essa mudança. Também fazemos uma pequena resenha da evolução da Educação em Portugal após o 25 de abril de 1974 (implantação de um regime democrático), da evolução da EPE e a importância de uma educação de valores neste nível de ensino. Perante a diversidade cultural presente na sociedade portuguesa, fruto da imigração dos anos 60, 70 e da globalização dos anos 80 até aos dias de hoje, defendemos que as práticas pedagógicas devem ser promotoras de confiança, auto-estima e não discriminatórias em relação às crianças de culturas diferentes (Rocha, 2006). Evidenciamos o papel do Educador que tem o desafio de, além de desenvolver as mais variadas práticas pedagógicas, tendo sempre em conta a intencionalidade educativa, pode flexibilizar o currículo adequando-o “às características de cada criança, do grupo e do contexto social em que trabalha” (Ministério da Educação, 2016). Mostraremos também, que já se deram passos muito importantes nesta área em Portugal e que é do interesse de todos na sociedade continuar o trabalho nesse domínio.

No segundo item da segunda parte deste trabalho, apresentamos o estudo e a referida metodologia onde procuramos dar resposta aos problemas já referidos precedentemente. Trabalhámos este projeto empírico desenvolvendo um estudo qualitativo de carácter exploratório, recorrendo à técnica de entrevista estruturada a dez Educadoras, cinco a exercer no Porto e cinco em Viseu. A análise de conteúdos permitiu que chegássemos a algumas conclusões sobre esta temática que envolve todo o mundo.

Importa referir que pretendemos que este estudo não seja meramente de leitura, mas que sirva para todos refletirmos sobre a Educação intercultural que, não sendo abordada na EPE pode ser responsável pela exclusão de muitas crianças, que acabam por não se adaptar à escola, constituindo este facto, um dos motivos de abandono escolar e de perda de oportunidades que devem ser iguais para todas as crianças, tal como consta na Constituição da República Portuguesa.

*Para que a criança possa assimilar a cultura da escola,  
é necessário que a escola  
consiga assimilar a cultura da criança.*

B. Bernestein

## **PARTE I – APRECIÇÃO CRÍTICA DAS PRÁTICAS**

*O ensino é mais do que uma atividade rotineira onde se aplicam simplesmente metodologias pré-determinadas.*

João Pedro da Ponte

## INTRODUÇÃO

A prática pedagógica supervisionada tem vindo a exercer um papel de grande importância na formação de professores. Assim, o Decreto-lei nº 43/2007 de 22 de fevereiro define que, para a obtenção de habilitação própria para o desempenho de docência, é crucial passar por uma prática de ensino supervisionada como um “momento privilegiado e insubstituível, de aprendizagem da mobilização dos conhecimentos, capacidades, competências e atitudes, (...) na produção, em contexto real, de práticas profissionais adequadas a situações concretas na sala de aula, na escola e na articulação desta com a realidade” (Alarcão, Leitão & Roldão, 2009, p.2).

No âmbito da PES, unidade curricular contida no curso de mestrado de Educação do Pré-escolar e Ensino do 1.º CEB, tivemos a oportunidade de, em contexto real, poder agir com as crianças e alunos, respetivamente. Estas práticas adequadas a situações concretas na sala, na escola e na articulação desta com a comunidade dão-nos uma perspetiva que se afigura da maior importância para a nossa vida futura, fornecendo-nos experiências diferentes e todas elas relevantes para a nossa formação.

Para nós, enquanto alunos, sermos supervisionados e apoiados por professores nesta fase, é um ótimo caminho para a autorreflexão, para evoluirmos no nosso processo formativo integrando experiências adquiridas *in loco*. Deste modo, isso não só nos permite concretizar teorias que aprendemos, como também crescer como futuros profissionais de Educação.

As PES do nosso curso de mestrado abarcam ambos os níveis de escolaridade, a EPE e o 1.º CEB, dividindo-se em três momentos como está fundamentado no Decreto-Lei acima referido.

No nosso caso, no ano letivo de 2014/2015 a PES I foi aplicada no 1.º CEB (no 4º ano de escolaridade de outubro a dezembro) e a PES II na EPE (de janeiro a junho). No ano letivo de 2015/2016 aquando a PES III concretizámo-la no 1.º CEB, no 2.º ano de escolaridade (de outubro a janeiro). É acerca de todas estas práticas que vamos desenvolver uma contextualização e análise na primeira parte do Relatório Final de Estágio.

O tempo que passámos na implementação da PES I, II e III, com o suporte teórico de outras unidades curriculares, não são nem de perto, o bastante para nos preparar para o mercado de trabalho. Ponte (2004) alerta que a prática quotidiana dos profissionais de educação defronta problemas de grande complexidade pelo que é necessária uma profunda reflexão da parte do educador/professor.

## **1. Contextualização e análise das práticas desenvolvidas no estágio da Educação Pré-escolar**

### **1.1. Caracterização da Prática de Ensino Supervisionada II**

Importa lembrar que a PES I foi realizada, como referido atrás, no 1.º CEB, durante praticamente três meses com o 4º ano de escolaridade o que para nós foi um grande desafio por estarmos ainda no início da prática. A escola contém várias salas de Educação Pré-escolar até ao quarto ano do 1.º CEB. É um edifício amplo, de dois pisos, de construção recente e situa-se nos arredores da cidade de Viseu. Contém espaços comuns de grande amplitude, assim como um refeitório e uma biblioteca a que muitas vezes recorremos para diversas atividades, por ser bastante espaçosa. No piso térreo, do lado direito, além de duas salas de Educação Pré-escolar, estão duas salas grandes e muito bem iluminadas naturalmente, onde funcionavam duas turmas do 4º ano de escolaridade, cujos Professores trabalhavam muito em conjunto, pelo que também usufruímos dos conselhos do Professor da sala contígua à nossa.

O nosso grupo de trabalho era formado por três elementos e tivemos algumas dificuldades no início, pois para primeiro contacto com atividades práticas, não foi fácil começar com um 4.º ano de escolaridade, mas com a ajuda preciosa da Professora Cooperante, dos Professores da ESEV, que se mostraram sempre disponíveis e nossos tutores da ESEV (um na área de Ciências de Educação e outro na área de Matemática), a quem recorriamos assiduamente, fomos contornando os problemas. Quando nos estávamos a sentir mais ambientadas a PES I terminou e a nossa escolha para a PES II recaiu na Educação Pré-escolar, onde nos mantivemos sempre com o mesmo grupo de crianças e Educadora.

Temos de realçar, no entanto, que a turma do 4.º ano de escolaridade foi irrepreensível na questão de comportamento e sentimos nos alunos uma enorme correspondência, o que nos fortaleceu bastante na nossa tarefa. Pudemos verificar que a relação destes alunos com a Professora era muito próxima e não registámos qualquer falta de respeito, notámos sim uma grande preocupação da Professora em que todos os alunos participassem, respeitando a diversidade dos ritmos de aprendizagem. Segundo Barbosa, Campos e Valentim (2011) um ambiente com estas características é crucial para o desenvolvimento das crianças, sendo nesta relação de aluno-professor que adquirem conhecimentos para o resto da vida e desenvolvem as capacidades psicossociais.

O nosso grupo, na PES II, trabalhou com os mesmos três elementos da PES I até junho, altura em que houve uma substituição do terceiro elemento. Deste modo, até

ao final a prática foi efetuada numa Escola Básica que compreendia a EPE e 1.º CEB, nos arredores de Viseu.

A instituição é composta por duas salas de EPE e uma sala para cada um dos quatro anos do 1.º CEB, um refeitório coletivo a funcionar em horas diferentes, sendo que as crianças da Educação pré-escolar almoçam e lancham um pouco antes das crianças do 1.º ciclo. Dispõe também de uma sala espaçosa com muita luz natural, proveniente de largas portas a todo o comprimento da sala, mesas com cadeiras onde todas as crianças, dos dois níveis de ensino, se juntam antes do início e no fim das atividades letivas, com jogos, material didático, livros e quadro interativo com projetor. Era a esta sala, intitulada de sala de prolongamento, que recorriamos para algumas atividades, quando as crianças necessitavam de mais espaço. As salas da EPE e do 1.º CEB estão separadas pelo refeitório, por essa sala espaçosa e um grande corredor.

O grupo onde passámos cinco meses consecutivos a conhecer e a desenvolver práticas pedagógicas, era constituído por 25 crianças de três faixas etárias diferentes, ou seja, doze crianças de cinco anos de idade, três de quatro anos de idade e dez crianças de três anos de idade. O grupo era bastante heterogéneo, mas muito interessado e participativo e muito bem comportado, dentro da sua natural curiosidade e expressividade. Na sala estava uma criança diagnosticada e medicada para a hiperatividade, e duas indicadas pela Educadora para terem apoio da Psicóloga do Agrupamento devido a alguns comportamentos que precisavam de ser trabalhados, aconselhando também a presença dos cuidadores nesse apoio, que neste caso particular eram os avós.

A Educadora, nossa cooperante, baseou-se no modelo pedagógico orientado para o MEM, o que é importante salientar, pois como diz Jordão (2013, p. 13-14), “a adoção de um modelo pedagógico é essencial na estruturação de um processo educativo com intencionalidade educativa, que permita a gestão cooperada do currículo, pressuposto pela criação de um clima de cooperação”. Este movimento, segundo a mesma autora, surge em Portugal nos anos 70 logo após a Revolução de Abril e sugere que as crianças tenham um papel ativo na planificação do dia assim como na organização do tempo que na parte da manhã começa com a rotina. Também são importantes as áreas onde as crianças possam socializar e brincar “ao faz de conta”, favoráveis ao seu desenvolvimento integral, a que chamamos de “cantinhos”. O acolhimento seguia uma rotina a que a nossa Educadora cooperante dava grande importância e era o momento mais aconchegante do dia, em que havia uma verdadeira interação entre as crianças e crianças-adultos.

A sala de atividades onde convivemos com as crianças era pequena para a quantidade de crianças, muitas vezes tivemos de amontoar as mesas e cadeiras num

canto para diligenciar mais espaço para as atividades. As paredes estavam repletas de desenhos, cartazes e trabalhos efetuados pelas crianças, que a Educadora ia expondo conforme iam fazendo. Visíveis ao nível das crianças estavam afixados os instrumentos de regulação: O quadro das presenças que continha os nomes das crianças no qual assinalavam a sua presença com um “X”, assim que chegavam à sala, e o quadro de atividades onde estavam expostas as áreas dos “cantinhos” no qual assinalavam onde queriam ir sabendo que, em cada local, não podiam exceder o número de crianças já combinado previamente.

Na distribuição do espaço, a Educadora facultou mais espaço aos “cantinhos”, pela grande importância que lhe atribuía, além da “manta” onde, sentados em círculo fazíamos a rotina. Convém também dizer que os cantinhos da casinha, da garagem, da biblioteca e dos acessórios de moda estavam bem equipadas. Nos armários estavam muitos jogos didáticos que as crianças tanto gostavam de jogar, muitos deles adquiridos pela Educadora.

À frente da nossa sala estava outra sala de EPE e as duas têm acesso a um espaço, nas traseiras, com areia para as crianças brincarem e correrem e onde cultivaram também uma horta. Ambas as salas têm serventia para uma casa de banho com os sanitários adequados ao tamanho das crianças. Na zona exterior da escola, à entrada, existe um grande espaço de areia e árvores onde os alunos do 1.º CEB brincavam nos intervalos; as crianças mais pequenas permaneciam mais no interior. Pela grande importância que reconhecíamos nas brincadeiras ao ar livre, conseguimos desenvolver algumas atividades aproveitando esse espaço, mas infelizmente poucas vezes, por o tempo não estar muito favorável.

### 1.1. Análise da Prática de Ensino Supervisionada II

O nosso grupo estava inteiramente motivado para a Educação Pré-escolar, pelo que iniciámos esta prática (PES II) com muito entusiasmo e energia para enfrentar os desafios. Com a plena consciência de que é na infância que são lançadas as bases do desenvolvimento nos aspetos “físicos, motores, sociais, emocionais, cognitivos, linguísticos, comunicativos, etc.” (Portugal, 2008, p. 33) aceitámos a responsabilidade “de garantir às crianças esse desenvolvimento para que se torne “a pessoa” num todo” e nas “diferentes dimensões desenvolvimentais” (Portugal, 2008, p. 33).

Sabendo que as crianças, nos primeiros anos de vida, aprendem e se desenvolvem no seio familiar, acreditamos que, ao ingressarem numa creche estarão rodeadas de pessoas sensíveis e atentas às suas particularidades, “desenvolvendo nelas o sentido de segurança e autoestima” (Portugal, 2012). Embarcando nesse

sentimento, quisemos fazer parte do conjunto de pessoas que serão uma referência na sua vida futura, aquelas que promovem “o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania” (Ministério de Educação, 1997, p. 15). Sem dúvida, consideramos o papel do educador crucial para as crianças e foi nesse pressuposto que delineámos as nossas intervenções nesta prática.

No Despacho n.º 5220/97, de 4 de agosto foram aprovadas as OCEPE, que não é um programa como existe nos subseqüentes ciclos, mas sim “um conjunto de princípios para apoiar o educador nas decisões sobre a sua prática, ou seja, para conduzir o processo educativo a desenvolver com as crianças” (Ministério de Educação, 1997, p.13). Baseando-se neste suporte, os educadores dispõem de um conjunto de princípios gerais pedagógicos e organizativos para tomarem decisões sobre as suas práticas, tendo sempre em vista uma Educação de qualidade. Na nossa prática pedagógica, para além das OCEPE apoiámo-nos também nas “Brochuras de Artes no Jardim de Infância”, na “Ciência na Educação Pré-escolar”, no “Despertar para as Ciências na Educação Pré-escolar”, “Linguagem e Comunicação no Jardim de Infância”, “Brochura de Geometria no Pré-escolar”, “Sentido do Número e Organização de Dados”. Também nos focámos na pesquisa de muitos artigos, segundo as áreas que queríamos desenvolver, pois como assegura Ponte (2002, p. 3) “a investigação é um processo privilegiado de construção do conhecimento” e segundo Figueiredo (2013, p. 3) possibilita deter o “conhecimento que permite distinguir práticas válidas e/ou eficazes”.

Ponte (2002) afirma que o ensino é muito mais do que aplicar metodologias pré-determinadas e é muito mais que uma atividade rotineira. De facto, por mais teorias que tenhamos aprendido durante a nossa formação, é perante o grupo de crianças com quem realizamos as práticas que definimos as melhores estratégias a utilizar e com que intencionalidade pedagógica. “Torna-se necessária a exploração constante da prática e a sua permanente avaliação e reformulação” (Ponte, 2002, p. 2) e para o mesmo autor, torna-se decisivo compreender bem o modo de pensar dos alunos para obter resultados positivos, assim como ser um profissional reflexivo construindo o processo ensino-aprendizagem baseado na reflexão da sua própria prática.

Assim, seguindo todos estes princípios, nas nossas práticas pedagógicas procurámos sempre abordar os conteúdos de maneira mais interessante, de modo a captar o interesse deste grupo heterogéneo de 25 crianças. Quisemos interagir com as mesmas planeando atividades motivadoras, preparadas e conscientes de que isso requereria muita pesquisa, uso de tecnologias, tratamento e produção de informação mas cientes das diferenças individuais de cada um e respeitando os vários ritmos de aprendizagens. Assim, em todas as sessões, tivemos em conta as dimensões

pedagógicas para a EPE: a organização do ambiente educativo, a participação e interação entre as crianças e entre elas e adulto, principalmente no brincar (que é onde elas mais se revelam), e nas propostas de atividades de forma a contextualizá-las, o mais possível, na sua realidade. No convívio da manhã, sentadas na “manta” era quando interagíamos mais com eles e onde as crianças tinham sempre tantas novidades para contar que por nossa vontade deixávamo-las falar, mas tínhamos um roteiro a cumprir. Tínhamos consciência de que no diálogo estavam informações muito preciosas e que nos sugeriam muitos temas que poderíamos trabalhar com eles e por esse motivo ouvíamos atentamente o que nos transmitiam.

Foram muito importantes as unidades curriculares deste curso: Didáticas Específicas de Educação de infância e 1.º CEB, I, II, Seminário e todas as outras que frequentámos durante o curso. Durante a licenciatura, interrogámo-nos muitas vezes porque precisávamos de saber este ou aquele conteúdo mas, no mestrado, tudo começou a fazer sentido. A importância de adquirir tantos saberes, amplos e específicos, para conseguir dar resposta à exigência e responsabilidade de efetuarmos práticas com crianças tão pequenas, sabendo que temos influência no seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social tornou-se, cada vez mais, uma evidência e também um grande estímulo para nós.

No que concerne às intervenções, não pudemos mudar muito a rotina, porque era importante para a nossa Educadora Cooperante que o fizéssemos como até ali ela o tinha feito, mas no acolhimento e nas atividades “demos asas” para que as crianças pudessem “voar” em fantasias até ali não experienciadas e foi com enorme satisfação que vimos estas crianças corresponderem às nossas expectativas. Aprendemos muito com a Educadora que esteve sempre disponível, ajudando-nos também nos materiais para trabalharmos com as crianças e foi com satisfação que a ouvíamos dizer que aprendia muito connosco também.

O tempo de que dispúnhamos não foi suficiente para observar com pormenor e avaliar as crianças relativamente ao seu bem-estar emocional, ou seja, “o grau em que as crianças se sentem à vontade, agem espontaneamente, mostram vitalidade e autoconfiança” e a sua implicação que exige um ambiente estimulante criado pelo adulto, propício para a criança se envolver favorecendo o seu desenvolvimento segundo o Sistema de Acompanhamento das Crianças (SAC). Este sistema, segundo Santos et al. (2011) tem por base “a atitude do adulto/educador caracterizada por atenção, respeito e confiança nas competências da criança” propondo um “ciclo contínuo de observação – avaliação/reflexão – intervenção, em que as variáveis processuais são o Bem-estar Emocional e Implicação. Estas duas dimensões, segundo Calheiros e Piscalho (2013, p. 258), “espelham aquilo que a criança sente e o impacto que tudo o

que a rodeia tem sobre as suas vivências, sendo da maior importância as relações que a criança estabelece nos seus primeiros anos de vida”.

No entanto, ficam os conhecimentos e teorias para serem aplicadas quando estivermos a exercer a função de Educadoras.

## **2. Contextualização e análise das práticas desenvolvidas no estágio do 1.º CEB**

### **2.1. Caracterização da Prática de Ensino Supervisionada III**

No que respeita à PES III, esta foi exercida no 2.º ano do 1.º CEB numa escola pequena, nos arredores de Viseu, onde só funciona o 1.º CEB.

A turma era constituída por 21 alunos, sendo 15 de sexo masculino e 6 do sexo feminino, variando a faixa etária entre os 6 e os 9 anos de idade, tendo dois alunos repetentes. Segundo o Plano de Turma redigido pela Professora Titular cinco alunos estavam medicados para hiperatividade e falta de atenção/concentração e três alunos abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro com as seguintes medidas educativas: a) Apoio Pedagógico Personalizado; b) Adequações Curriculares Individuais; d) Adequações no Processo de Avaliação; f) Tecnologias de Apoio. Estes alunos apresentavam défices cognitivos graves e de níveis diferentes entre eles, o que para nós foi muito desafiante na planificação de aulas e respetivas estratégias.

Os alunos são provenientes de diferentes meios sócioeconómicos e estratos sociais, sendo a maioria pertencente a um nível sócioeconómico médio/alto. Para além de serem muito ruidosos e inquietos, apresentavam ritmos diferentes de trabalho: três não apresentavam dificuldades, (revelando muita rapidez de raciocínio e muita impaciência o que os levava a fazer muito rapidamente os trabalhos e muitas vezes incorretos); os restantes com algumas dificuldades e destes, quatro com dificuldades acentuadas, além dos três com NEE, dentro dos quais dois estão institucionalizados, revelando baixa auto-estima e quando contrariados, tendência para fazer birras e para recusarem trabalhar (Estas informações foram retiradas do Plano de Turma).

Esta turma A funcionava no horário duplo da manhã (8:00 – 13:00), havendo uma outra turma B, ambas do 2.º ano do EB, que funcionava na parte da tarde, sendo a sala partilhada pelas duas turmas. A sala é minúscula e quando iniciámos o estágio tinha as paredes vazias, pelo que as fomos preenchendo com os trabalhos realizados pelos alunos, ao longo da nossa prática de estágio. Não foi possível concretizarmos qualquer outra atividade nesta sala uma vez que ela tinha as mesas e respetivas

cadeiras quase encostadas ao quadro de giz e mesmo encostadas à secretária do Professor, que não tinha cadeira por não caber. O quadro de giz ficava parcialmente tapado pelo quadro interativo, pelo que os alunos, num certo ângulo, não o conseguiam ver, o que era constrangedor, uma vez que utilizávamos muito tanto um como outro e muitas vezes os dois ao mesmo tempo.

A escola tem muito espaço no exterior à volta do edifício, tem um local que está coberto, mas como não apresenta um solo segundo as regras de segurança, foi-nos vedado para fazer atividades ao ar livre. Não tem mais nenhum local coberto, pelo que as crianças, nos intervalos, ficavam no hall de entrada, quando chovia ou estava muito frio, o que praticamente aconteceu durante a maior parte do nosso estágio. À entrada, no interior, existem quatro casas de banho, (duas para menino e duas para menina) e uma para as crianças com dificuldades motoras, assim como uma casa de banho para os adultos; uma sala minúscula onde os professores se reúnem e onde está a fotocopiadora e o computador. No piso térreo, encontra-se uma biblioteca com computadores e mais ou menos bem apetrechada de livros para todas as idades, e também uma sala que serve de refeitório, sendo que as refeições não são ali confeccionadas. No primeiro andar, estão situadas outras salas de outros anos.

## 2.2. Análise da Prática de Ensino Supervisionada III

O nosso grupo ficou reduzido a dois elementos até ao fim do estágio, da PES III, e como desde logo ficámos a perceber que esta turma era um desafio, tivemos sérias dificuldades em gerir os nossos objetivos, pois os alunos eram completamente imprevisíveis, provocadores e não demonstravam conhecimento pelas regras básicas de comportamento que, até ao final do nosso estágio não funcionaram, apesar do nosso esforço. Apesar de nos apoiarmos muito, foi óbvio que tivemos sérias dificuldades em conseguir gerir as estratégias para as práticas pedagógicas, pelas razões supracitadas. O facto de as crianças terem uma hora de intervalo e terem de ficar muitas das vezes no interior do edifício não ajudava muito, pois era óbvio que aqueles alunos precisavam de gastar muitas energias antes de entrarem para a segunda parte do horário letivo. Percebemos logo que depois do intervalo os alunos estavam completamente dessincronizados connosco, pelo que tivemos de ter isso em conta na planificação.

Logo na primeira aula que interviemos, (em grupo) modificámos o modo como a sala estava estruturada, em que as carteiras estavam dispostas individualmente, mudando para uma disposição em U com algumas carteiras aos pares no meio deste. Como tínhamos estado a observar os alunos na primeira semana, dispusemos os alunos que evidenciavam mais dificuldades com os que apresentavam menos, para que

houvesse entreadida. Fizemos, em conjunto com os alunos, um cartaz de Regras de comportamento que ficou exposto na sala, e todos os dias nos referíamos a ele, mas como já referi anteriormente, não conseguimos que essas regras fossem respeitadas integralmente, durante as próximas intervenções que já eram individuais.

De acordo com toda a teoria e os vários modelos de ensino-aprendizagem que estudámos, tentámos perceber qual o método a aplicar em cada um dos diferentes conteúdos para que ficassem bem apreendidos e os resultados se revelassem positivos. De acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro, que aprova a organização curricular do ensino básico e que estabelece princípios orientadores da organização e de gestão desse nível de ensino, apoiamo-nos no artigo 3.º do alínea h), e tentámos diversificar as “metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem (...) recorrendo ao uso de tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida”.

Tínhamos consciência de que estávamos a dar conteúdos pela primeira vez e sabíamos que os alunos estavam sujeitos a avaliações para saber se a matéria tinha ficado compreendida. Perante esta responsabilidade e perante o grupo heterogéneo que tínhamos pela frente, conversávamos muito entre nós: todos os dias fazíamos uma reflexão, sobre o que tinha acontecido, pesando todos os prós e contras pesquisando modos de conseguir chegar àqueles alunos, com o apoio dos nossos Professores tutores.

Assim, realizámos estratégias adequadas aos diferentes ritmos de aprendizagem que estes alunos apresentavam, assim como nas fichas de trabalho, que a nossa Professora cooperante nos pedia assiduamente que fizéssemos, tendo o cuidado de fazer para os alunos com NEE três fichas diferentes, respeitando o nível de cada um.

Para a área da matemática, a APM recomenda uma compreensão profunda de conhecimentos sem recorrer a exercícios ou mesmo a memorização de fórmulas, tão comum na educação tradicional. Foi por este motivo que, para o ensino da multiplicação, por exemplo, utilizámos o modelo laboratorial e fizemos actividades nas quais os alunos chegavam às definições sem que fossemos nós a fornecê-las. Colocámos em prática o ensino exploratório, que segundo Canavarro, Oliveira e Menezes (2014, p.213) “exige do professor muito mais do que a identificação e seleção das tarefas para a sala de aula”. Estes métodos inovadores, para estes alunos, deram resultados muito positivos, que pudemos observar aquando as avaliações escritas: notas muito boas a rondar a maioria pelos 90%.

Seguimos as orientações facultadas pelo Currículo Nacional do Ensino Básico, nas competências gerais, e mobilizámos saberes culturais, científicos e tecnológicos,

abordando situações e problemas do cotidiano. Assim, na área do Português, para contar histórias e ler textos, adotamos, não só a voz, mas metodologias que prendessem mais a atenção dos alunos, e tivemos o cuidado de elaborar diapositivos com movimento e o mais interessantes possível usando para isso o *PowerPoint* assiduamente.

Pedíamos muitas vezes aos alunos que colaborassem a pares para que cooperassem uns com os outros, sabendo que não era esse o hábito de trabalho, e não tentamos por em prática o trabalho de grupo, devido ao comportamento nada fácil dos alunos em geral. Ao implementarmos a interdisciplinaridade, escolhíamos um tema geral (que constasse no PA) e desenvolvíamos os conteúdos na aula, intercalando todas as áreas que pudéssemos e foi assim que também fizemos atividades experimentais na área de Estudo do Meio, envolvendo os alunos o mais possível. Não conseguimos contudo, efetivar a Expressão e educação motora, por não ser possível fazê-lo dentro da sala de aula e por não termos nenhum espaço interior disponível, uma vez que no exterior estava fora de questão, por razões climáticas.

Foi árduo o trabalho, porque a todo o momento tínhamos que nos impor, porque a indisciplina era mesmo o grande problema desta turma. Temos consciência de que poderíamos ter feito muito mais, até porque nesta fase da nossa formação estaríamos aptas para experienciar muitos modelos de ensino-aprendizagem que tínhamos aprendido na teoria, mas a nossa preocupação era a de que todos, mas todos mesmo, apreendessem os conteúdos, e muitas vezes tínhamos de explicar de várias maneiras o mesmo tema, o que fez com que não tivéssemos tempo para tudo. Quando isso acontecia tínhamos um “plano B” para os mais rápidos, e assim íamos precavidas com desafios de matemática (que eles gostavam muito) ou de outras áreas ou púnhamo-los a ajudar os colegas com mais problemas.

## PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

*Temos medo dos que pensam diferente e mais medo ainda daqueles que são tão diferentes, que achamos que não pensam.*

*Vivemos em estado de guerra com a alteridade  
que mora dentro e fora de nós.*

*Esse é o defeito original das fronteiras que fabricamos.*

Mia Couto

## **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. Portugal, país de emigração e imigração**

As sociedades atuais são caracterizadas por uma, cada vez maior, diversidade cultural advinda do crescente movimento migratório das populações mundiais. As causas das migrações internacionais, segundo António (2001, cit. por Rocha, 2006) podem ser de ordem económica: desemprego, baixo salário (que poderá ter estado na razão dos portugueses, nos anos 60, emigrarem para as ex-colónias); por razões não económicas, que podem ser políticas, (como guerras, revoluções, perseguições); ou mesmo sociais: religiosas/culturais, reagrupamento familiar e realização profissional (possíveis razões do fluxo de imigrantes que povoou Portugal a partir dos anos 70 até à atualidade). Rocha (2006, p. 26) acrescenta que são estes fluxos migratórios que provocam as mudanças nas sociedades, “tradicionalmente, monoculturais para sociedades multiculturais.”

Assim, Portugal que tinha tradição de emigração, nas últimas décadas tornou-se um país de imigração edificando uma sociedade multicultural, composta por um grande número de imigrantes e, atualmente, por refugiados de guerra oriundos da Síria. Hoje é um país multilingue com três línguas oficiais, “o Português (com as suas variedades regionais), o Mirandês (que adquiriu este estatuto em 1998) e a Língua Gestual Portuguesa” e inequivocamente multicultural “com uma grande panóplia de línguas faladas quer pelas comunidades estrangeiras a residir em Portugal, quer pelos emigrantes portugueses, que entretanto regressaram da diáspora portuguesa pelo mundo”, e que engloba “desde línguas europeias de referência a línguas minoritárias, como as línguas de Cabo Verde” (Bastos, 2014, p. 19).

Deste modo para os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) “Portugal assume-se como um país de ‘regime misto’ ao ser recetor e emissor de migrantes” (Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação, 2012, p. 15).

#### **1.1.1. Emigração**

Emigrante é aquele que, segundo Serrão (1971, cit. por Rocha, 2006) abandona o seu país, por motivos pessoais.

Na verdade, o fluxo migratório português teve início no séc. XV, época da expansão marítima, como sublinha Rocha (2006, p. 27), quando as pessoas partiam “por motivos económicos, religiosos e mesmo políticos”. Nos anos sessenta, os portugueses saíram de Portugal para conquistar um futuro melhor nas ex-colónias

portuguesas, que acabaram por abandonar em grande fluxo depois da independência das mesmas, nos anos 70, retornando ao seu país natal ou emigrando para outros países. Os continentes que mais receberam portugueses foram o continente Europeu (França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Inglaterra, etc.) assim como o continente Americano (Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Argentina, etc.) e o continente Africano (África do Sul, Líbia, Zaire, etc.) (Rocha, 2006).

Nos últimos quatro anos, muitos portugueses voltaram a emigrar, devido à precariedade de emprego no país e procura de melhores condições de vida. A emigração portuguesa já é mais “conotada por uma situação de diáspora, visto que existem diversas comunidades portuguesas distribuídas pelos vários continentes e constata-se que estes emigrantes difundiram nos locais, para onde emigraram, a língua, a religião católica e a cultura nacional portuguesa” (Rocha, 2006, p. 27).

### 1.1.2. Imigração

O movimento das pessoas que partem do seu país de origem para Portugal alcançou, segundo Peixoto (2004), o seu apogeu entre os finais dos anos 60 e o início dos anos 70 do séc. XX. Silva (2010) salienta que a adesão de Portugal, em 1986, à então CEE facilitou o acesso de imigrantes dos PALOP, da Europa central, da Europa de Leste e do Brasil como mão-de-obra, criando no país uma grande diversidade cultural. Em pleno séc. XXI, presenciamos fluxos migratórios para o centro da Europa ao que Portugal não ficou indiferente, participando na receção de refugiados de guerra na Síria.

É inegável, portanto, que a sociedade portuguesa esteja cada vez mais heterogénea e que este fenómeno tenha vindo a aumentar, pelo que é urgente questionar “até que ponto as pessoas oriundas de diversos meios culturais podem viver harmoniosamente no seio de sociedades plurais?” (Neto 2007, p. 6). Este autor afirma ainda que, para a sociedade encarar a diversidade cultural como um recurso valioso e para que todos os grupos possam encontrar modos de uma convivência em conjunto, é importante que os grupos etnoculturais mantenham e partilhem a sua cultura com as outras pessoas, realçando contudo, que para isso acontecer, deve haver baixos níveis de preconceitos assim como uma ideologia multicultural e tolerância étnica da parte de todos.

## 1.2. A Diversidade cultural

A presença de uma diversidade de culturas passa a ser uma temática real na sociedade portuguesa; mas para a ACIDI I.P. “não é a multiculturalidade das sociedades que se constitui como novo fator,” mas sim uma nova consciência dessa multiculturalidade.

Segundo Neto (2007), uma sociedade multicultural pressupõe uma integração do grupo em minoria, onde o sujeito de cultura diferente mantém a sua identidade cultural do grupo étnico a que pertence, mas participa no seio da nova sociedade de forma cada vez mais acentuada. Este autor alerta ainda para o facto de muitas vezes haver membros da maioria dominante com diferentes modos de pensar sobre a aculturação e sobre o modo como as minorias devem ser integradas na sociedade, levando por vezes a situações conflituosas em que a minoria é muitas vezes culpabilizada pelos problemas que surgem numa sociedade plural. Entenda-se por aculturação, o contacto constante entre dois ou mais grupos em que ocorre um processo de mudança bidirecional ou o resultado do modo como as diferentes culturas interagem (Borges, 2008). Contudo, alerta o mesmo autor, da parte da cultura dominante pode haver diferentes interpretações sobre a aculturação e sobre o modo como pensam que os imigrantes e minorias étnicas devam ser inseridos na sociedade. Assim, Neto (2007) distingue quatro atitudes em relação à aculturação: assimilação, integração, separação e marginalização.

A assimilação, segundo o mesmo autor, caracteriza-se por ser “um processo de afastamento/eliminação da cultura de origem dos indivíduos pertencentes a uma qualquer minoria e da sua aculturação na cultura dominante” (p. 8-9); por sua vez, a Integração implica que a minoria étnica mantenha parcialmente a sua identidade cultural, participando na sociedade onde se insere. Contudo, na opinião de Borges (2008, p. 17), essa participação só é aceitável no domínio privado e desde que os indivíduos “não entrem em conflito com a identidade cultural do grupo dominante”. Quando o indivíduo pertencente à minoria não proporciona ou não tem acesso a esse contacto, resguardando-se na sua identidade cultural, é evidente uma separação; a marginalização dá-se quando o grupo pertencente à minoria perde o direito de participar na vida do grupo dominante, por ser por ele discriminado (Neto, 2007). Para este autor, só a integração da minoria étnica no seio da comunidade dominante é que permite uma sociedade multicultural assim como a valorização do trabalho de todos os grupos culturais em conjunto. No entanto, Rex (1988, cit. por Rocha, 2006) ressalva que deve haver um elemento de vontade, ou seja, os que querem ser assimilados devem poder

fazê-lo e aos que querem conservar a sua cultura separada também lhes deve ser permitido fazê-lo, concluindo que forçar a integração não é, de todo, aceitável.

Assim, quando falamos de diversidade cultural, estamos a evidenciar, segundo Aguado et al. (2002, p. 212), as “diferentes estratégias, normas e valores que os seres humanos foram capazes de desenvolver para viverem em grupos” e que são partilhados com os descendentes orientando o seu comportamento de acordo com os diferentes ambientes quer em termos de espaço ou tempo. Porém, estes autores afirmam que a diversidade nunca é estática, mas sim dinâmica, pois tende a estar sempre em mudança e que, mesmo entre os grupos, pode haver diferenças de acordo com as posições e os papéis sociais dos indivíduos e de acordo com “o tempo e o espaço social em que cada um nasceu e foi criado”.

Se a diversidade cultural é uma realidade, e se até o relativismo cultural reconhece que se devem respeitar todas as culturas, então elas devem ser mesmo respeitadas e não apenas toleradas no plano dos princípios, sublinha Lorigo (2011).

### 1.2.1. Diversidade

Falamos muito em homogeneidade e heterogeneidade, mas o que significa isso? Segundo Aguado et al. (2002, p. 38), quando falamos em homogeneidade referimo-nos a “ser do mesmo tipo do outro, formado de partes que são do mesmo tipo” enquanto a heterogeneidade é justamente o oposto, isto é, se existe variedade então só pode ser composta e formada por partes diferentes.

E a diversidade? Segundo Fedrigo (2014), diversidade significa variedade, diferença e multiplicidade; e se pensarmos que significa o que é diferente e a falta de igualdade, então podemos afirmar que onde há diversidade tem de existir sempre diferença.

### 1.2.2. Cultura

Quando falamos de cultura, há vários significados a ela atribuídos, mas segundo Ferreira (1986, p. 508) deriva do latim *cultura*, e Tylor (1871, cit. por Aguado et al., 2003, p. 210) define-a como “esse todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pela pessoa como membro da sociedade”. No Dicionário InFormal, Cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Para Villarroja, (2003, cit. por Borges, 2008) nas Ciências Sociais a palavra cultura

representa o conjunto de manifestações da maneira como vive o grupo humano, sendo que todos comportam cultura.

Portanto, fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc., determina Borges (2008).

Cultura é ainda a parte do que nós somos, aquilo que regula a convivência e comunicação em sociedade. Aguado et al. (2003, 210) elucidam que nos anos 90, um grupo de antropólogos opôs-se ao próprio uso do termo cultura por, entre outros motivos, estar a “assumir que as pessoas da mesma cultura têm que ter as mesmas crenças, como se não houvesse diferenças relevantes entre elas”. Por outro lado, há os que argumentam poder manter o uso deste termo mas sempre no plural, em vez de no singular, desde que se entenda também, que as culturas não têm fronteiras claras e que existe tanta diversidade no seio de uma mesma cultura como em relação a outras e que as culturas não são estáticas, mas estão sempre a mudar.

Borges e Silva (2000) entendem que para se compreender uma cultura não se tem de aceitá-la, mas sim respeitar a dignidade da pessoa, o seu bem-estar na sociedade, os direitos humanos, as normas e valores para uma melhor convivência. Salaria que deve haver uma igualdade de oportunidades e de lhe ser reconhecido o direito à (s) sua (s) cultura (s).

Neste trabalho defendemos que perante a diversidade cultural existente na sociedade portuguesa é na Educação Pré-escolar que se deve desenvolver uma Educação intercultural com o objetivo de responder “à pluralidade e complexidade social e cultural que persiste na nossa sociedade” (Martins, 2002, p. 97).

A Educação passa, assim, a ser entendida “como um processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos” que por haver uma conexão dinâmica entre os diferentes contextos, forma um ambiente criativo e formativo (Fleuri, 2005, p. 119).

### 1.2.3. A diversidade cultural na Educação

Nas escolas, numa sociedade multicultural como esta onde vivemos, confrontamo-nos, cada vez mais, com a diversidade étnica, linguística e social dos alunos, pelo que pensamos ser urgente promover práticas pedagógicas, ao nível da Educação Pré-escolar, para “combater o racismo, xenofobia, intolerância e exclusão social” (Rocha, 2006, p. 17). Para Ramos, (2004, cit. por Rocha 2006, p. 32) “o migrante carrega muito frequentemente uma dupla vulnerabilidade (psicológica e social) e uma

dupla exclusão (do país de origem e do país de acolhimento) ” pelo que Rocha (2006) defende que a diversidade cultural deve ser considerada como um desenvolvimento e enriquecimento mútuo, mostrando o respeito pelos outros.

Na Convenção sobre os Direitos da Criança, no artigo 29 c) está assinalado o dever de “Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;” e ainda no artigo 30.º : “A criança pertencente a uma população indígena ou a uma minoria, tem o direito de ter a sua própria vida cultural, praticar a sua religião e utilizar a sua própria língua (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1989).

Portanto, presume-se que quem vem de fora não tem que assumir a (s) cultura (s) do país que o recebe, podendo e devendo manter a sua própria, havendo um respeito mútuo para que haja harmonia. Aliás, isso está bem patente na Constituição da República Portuguesa, aprovada na sessão plenária de 2 de abril de 1976, em relação à Educação no Artigo 43.º (Liberdade de aprender e ensinar):

1. É garantida a liberdade de aprender e ensinar.
2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

Para Lima (2003, p. 20), está claro que, “de acordo com a Constituição e à luz desta temática, o estado não pode promover uma educação etnocêntrica. “É evidente que perante a heterogeneidade dos grupos na EPE, há que “reconhecer e valorizar a heterogeneidade cultural e linguística” mas perante esta mesma heterogeneidade, que já não é discutível neste meio, os Educadores tendem a desenvolver uma “uniformidade do próprio contexto escolar – monocolor e monocultural” como explica Vieira (1999, p. 126) acrescentando que o problema é uma questão de mente cultural.

Aguado et al. (2002, p. 213) chamam a atenção para o facto de que todos os seres humanos devem respeitar as normas e valores de outras pessoas para aprender criticamente a partir deles, descobrindo “formas de viver pacificamente com pessoas cujos comportamentos são orientados por costumes diferentes dos nossos”.

“A criança não cai de paraquedas na escola” quando lá chega já traz uma bagagem cultural que lhe fornece um entendimento da vida e para a vida (Iturra 1990, cit. por Vieira, 2013). É essa bagagem que deve ser trabalhada segundo as OCEPE que detêm como Fundamentos e princípios da pedagogia para a infância que

todas as crianças, independentemente da sua nacionalidade, língua materna, cultura, religião, etnia, orientação sexual de membro da família, das suas diferenças a nível cognitivo, motor ou sensorial etc., participam na vida do grupo, sendo a diversidade encarada como um meio privilegiado para enriquecer as experiências e oportunidades de aprendizagem de cada criança” (Ministério da Educação, 2016, p. 11).

Já nas anteriores Orientações Curriculares estava assente, como um dos objetivos pedagógicos, “fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade” (Ministério da Educação, 1997, p. 15).

Pensamos que, sendo a Educação um reflexo da sociedade, são os Educadores/Professores que podem e devem providenciar às crianças a aprendizagem de conhecimentos para o desenvolvimento de “atitudes e valores que as ajudarão a desempenhar (...) papéis no respeito pela igualdade de direitos da diversidade humana com que já lidam ou irão lidar” (Secretariado Entreculturas, 2001, p. 80).

Assim, mais uma vez, evocamos Lima (2013, p. 33), que questiona: “quem melhor para dar início ou sequência a um novo modelo social do que os Professores e os Educadores?”

### **1.3. A Educação em Portugal**

#### **1.3.1. A evolução da Educação em Portugal após 1974**

Segundo Lacerda (2015) foi com a reforma Veiga Simão, efetivada pela Lei n.º 5/73, de 23 de Julho, que Portugal deu os primeiros passos para uma democratização da educação, ou seja, antes da Revolução de 25 de abril de 1974.

Porém, os primeiros anos após a dita Revolução foram tão conturbados politicamente que a educação manteve-se inalterada (Lacerda, 2015). Esta autora garante que a integração de Portugal em 1986 na CEE, mais tarde denominada por UE, veio “influenciar as políticas educativas em Portugal” (p. 206), acrescentando que, nas características que definem o nosso sistema educativo, o poder político tem determinado o caminho que a educação deve seguir.

Baseámo-nos no estudo de Lacerda (2015) que apresenta as principais medidas dos governos constitucionais em relação à educação entre o período de 1974 e 2015, e apreendemos que a partir do X Governo (em 1985) se deram importantes mudanças na Educação: começa pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, a LBSE, (alterada em 1997,

2005 e 2009) na qual, pela primeira vez, se fala no currículo de educação para os valores de identidade educativa, de modernização e igualdade de oportunidades; no XI Governo é enfatizada a reforma educativa e a autonomia de escolas. Lima (2003, p. 21) contrapõe que a LBSE “define o sistema educativo como o conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito à educação, (...) apesar de não ser nada explícito em relação à diversidade cultural do contexto”. Afirma ainda que, na verdade, a diversidade cultural é quase sempre omissa, falando “especificamente dos portugueses como objeto dos seus princípios e objetivos”. Contudo, este autor reconhece que a LBSE estabelece como objetivo de ensino, “fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional e a criação de condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos” (p. 21).

Lacerda (2015) recorda que, de 1995 a 2002, o XIII e XIV Governo trouxeram para a educação o pacto educativo, a autonomia (de escolas e professores), a flexibilização curricular, um alerta à inclusão e territórios educativos de intervenção prioritária. Assim, a autora destaca que nos governos mencionados, existiu uma preocupação com a diversidade cultural existente nas escolas, suscitando iniciativas muito relevantes nesse sentido.

### 1.3.2. A evolução da Educação Pré-escolar

Em Portugal, a educação de infância vem construindo a sua identidade mais consistentemente a partir dos anos 90, “quando se estabeleceu uma rede integrada que procurava dar resposta à dupla função de educar e cuidar – *educare*” (Folque, 2014, p. 7). A mesma autora explica que, precedentemente, existiam as IPSS, tuteladas pelo Ministério dos Assuntos Sociais, que acolhiam crianças entre os 0 aos 6 anos de idade e que, em alguns casos, providenciavam respostas educativas para as quais nem sempre tinham educadores de infância com formação. Adianta ainda que, nas zonas rurais, havia uma rede de EPE pública, dependente do Ministério da Educação, para crianças dos 3 aos 6 anos de idade mas que abrangia apenas 5 horas diárias.

Em 1996, João Formosinho e Teresa Vasconcelos foram incumbidos de formular um relatório, uma vez que o XIII governo (com o Engenheiro António Guterres como Primeiro Ministro) tinha como agenda política alargar e desenvolver a EPE. A intenção era garantir um serviço de qualidade conjugando cuidados e educação para as crianças dos 3 aos 6 anos de idade, tanto no ensino privado como no ensino público. Nos anos seguintes, foram alargadas as redes deste nível de ensino e foi, para Folque (2014), talvez o maior investimento feito na EPE, integrando a rede pública e privada e solidária

numa rede tutelada pelo Ministério de Educação, respondendo às necessidades das famílias através de horário alargado na rede pública. Em 1997, são publicadas as OCEPE, e todas as salas de infância passaram a estar a cargo de um (a) educador (a) diplomado (a) assegura Folque (2014). Dionísio e Pereira (2006, p. 598) reforçam que o ano de 1997 foi realmente o momento-chave para a EPE ao garantir a “igualdade de acesso à educação a todas as crianças” segundo o Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho.

A partir daí, já em 2001, o grau de bacharelato do educador de infância evolui para licenciatura e nesse ano também é divulgado o Perfil Geral para os Educadores no Decreto-Lei n.º 240/2001 e o Perfil Específico para os Educadores de infância no Decreto-Lei n.º 241/2001, nos quais são estabelecidas todas as competências que estes profissionais de educação devem possuir. Posteriormente este curso passa para grau de mestrado segundo o Processo de Bolonha em 2007 e segundo o Decreto-Lei n.º 43/2007, recentemente substituído pelo Decreto-Lei n.º 79/2014 de 14 de maio (Folque, 2014).

Deste modo, e segundo a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar, a Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro no artigo 2.º define que “a Educação Pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família (...) “evidenciando a importância de favorecer uma formação à criança que a faça crescer como ser “autónomo, livre e solidário”. Esta Lei estabelece no Artigo 10.º, como objetivos:

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de educação para a cidadania;
- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas, como meio de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade (Diário da República).

Na mesma Lei referida, estão definidas as seguintes finalidades da Educação pré-escolar:

- 1) Apoiar as famílias na tarefa da educação dos filhos;
- 2) Proporcionar a cada criança a oportunidade de desenvolver a sua autonomia, socialização e desenvolvimento intelectual;
- 3) Promover a sua integração equilibrada na vida em sociedade;
- 4) Prepará-la para uma escolaridade bem sucedida.

No Capítulo V da mesma Lei-Quadro acima referida estão definidas duas redes de estabelecimento da EPE, uma pública e outra privada, que se complementam. As crianças que frequentam a rede de estabelecimentos públicos têm a componente educativa gratuita, sendo a refeição e o prolongamento pagos conforme as posses de cada família. O mesmo não acontece nas IPSS: a componente educativa é paga embora tendo em conta os rendimentos da família. A rede pública da EPE está incluída nos agrupamentos de escolas aos quais, em 2011, foi adicionado o ensino secundário, ficando todos integrados em mega-agrupamentos (Folque, 2014).

Foram criados os serviços de Psicologia e Orientação através do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, que desenvolvem a sua ação funcionando em estreita articulação com os outros serviços de apoio educativo, designadamente o apoio às crianças com necessidades escolares específicas, os de ação social escolar e os de apoio de saúde escolar.

De facto, (ainda) está a ser desenvolvido um grande esforço para que o atendimento às crianças seja cada vez maior e de melhor qualidade, a nível dos técnicos, equipamentos, materiais e avaliação. O empenhamento passa por desenvolver valores como a igualdade de oportunidades, democracia e uma prática pedagógica definida com padrões de qualidade educativa, para além de que a frequência seja obrigatória.

As OCEPE foram divulgadas em 1997, por uma equipa de trabalho ministerial, pela necessidade de garantir a qualidade do trabalho nas escolas (Dionísio & Pereira, 2006) e surgem pelo facto de os contextos educativos serem trabalhados por ações individuais e não com um princípio de ação educativa coerente. Assim, em 1998, num documento intitulado “Qualidade e Projeto na Educação Pré-escolar” (Katz, Ruivo, Silva & Vasconcelos, 1998) publicado pelo Ministério de Educação foram perceptíveis, nas conclusões relativas ao desenvolvimento curricular e à organização de trabalho nos jardins de infância em Portugal:

- A dificuldade que os educadores de infância portugueses mostraram em especificar o curriculum por eles seguido;
- A apenas suficiente qualidade dos jardins de infância;
- O facto de os projectos educativos desenvolvidos por diferentes escolas serem “Projectos por Decreto”, isto é, de serem mais o resultado de uma exigência governamental do que uma estratégia-chave definida pelos próprios profissionais, face às características dos contextos em que actuavam (Dionísio & Pereira, 2006, p. 599).

Por isso, é de valorizar as OCEPE, por se tornaram num documento-chave para a EPE e pelo impacto positivo que provocaram nas práticas pedagógicas dos Educadores de infância, que nelas encontraram uma base para as suas atividades. No entanto, Cardoso (1999, cit. por Dionísio & Pereira, 2006) assinala que dois anos após as OCEPE serem apresentadas, só 37% dos Educadores tinham conhecimento delas. Estas orientações, segundo Marques e Borges (2012) já contemplam indubitavelmente, o tratamento na EPE, das problemáticas da “educação multicultural” e da “educação para a cidadania” nas páginas 54-55.

#### **1.4.A Educação Pré-escolar e a diversidade cultural**

Martins (1998, cit. por Rocha, 2006, p, 78) refere que, no plano educativo, deve ser exigido uma renovação “dos fins, conteúdos e métodos de ensino”, pois só isso permitirá um entendimento entre os “homens, povos e culturas” e só uma Educação intercultural integra uma estratégia para chegar a estas metas. Leite (2002, cit. por Rocha, 2006, p. 79) explica o que entende por currículo: “o conjunto de processos de seleção, organização, construção e reconstrução culturais (...) tudo o que existe enquanto plano e prescrição e tudo o que ocorre num dado contexto e numa situação real (...)”.

Peres (2000, cit. por Rocha, 2006, p. 79) sugere que, em relação ao currículo, este deve:

- (1) Valorizar o contributo de todas as culturas no desenvolvimento do conhecimento humano;
- (2) Motivar os alunos para o conhecimento de outras sociedades e culturas;
- (3) Fornecer informações aos alunos sobre valores e modos de vida de outras culturas, criando condições para uma melhor análise e compreensão das mesmas, de acordo com os pontos de vista e critérios inerentes a essas culturas;
- (4) Proporcionar o conhecimento das razões e dos efeitos dos preconceitos, dos estereótipos e das várias formas de discriminação;
- (5) Respeitar experiências e modos de vida específicos da cultura de origem de todos os alunos, desde que não atentem contra a dignidade humana.

Já mencionámos a importância das OCEPE por fornecerem ao Educador orientações sobre os diversos temas que se consideram importantes para trabalhar com as crianças, mas o trabalho do Educador acaba por ser individual, no que se refere à maneira como aborda os assuntos que devem ser os mais próximos da realidade, tal como a atenção ao grupo com que vai interagir e à diversidade cultural, na qual todas as crianças hoje estão imersas. Estão determinados, no enquadramento geral das OCEPE, três tópicos:

1. Fundamentos e princípios da pedagogia para a infância, que promovem o Desenvolvimento e aprendizagem como vertentes indissociáveis, beneficiar a criança como sujeito do processo educativo, dar resposta a todas as crianças e efetuar uma construção articulada do saber;
2. Intencionalidade educativa que exige uma interação entre observar, registar e documentar, planear, avaliar e agir;
3. Organização do ambiente educativo como facilitador do processo de desenvolvimento e aprendizagem de todas e cada uma das crianças (Ministério de Educação, 2016).

Segundo Santos et al. (2011, p. 136) “as OCEPE oferecem aos educadores de infância oportunidade de estruturarem a sua intervenção em torno de três eixos: expressão e comunicação, conhecimento do mundo e, transversalmente a todos os eventos e contextos em educação de infância, o desenvolvimento pessoal e social.”

Assim questionamos: Quando se fala em “dar resposta a todas as crianças” no tópico n.º 1) não estará subentendido que “todas” é para todas as crianças independentemente da sua cultura, religião e modos de vida?

Está descrito nas OCEPE que, no “contexto de educação de infância existe uma intencionalidade educativa, que se concretiza através da disponibilização de um ambiente culturalmente rico e estimulante e do desenvolvimento de um processo pedagógico coerente e consistente, em que as diferentes experiências e oportunidades de aprendizagem têm sentido e ligação entre si” (Ministério de Educação, 2016, p. 10). Por isso voltamos a questionar: quando o (a) Educador (a) fala da diversidade cultural fá-lo com uma intencionalidade educativa, ou seja, de modo a implicar “uma reflexão sobre as finalidades e sentidos das suas práticas pedagógicas”? (Ministério de Educação, p. 5). O (A) Educador (a) pondera nos modos como organiza a sua ação e as adequa às necessidades das crianças? Será que a reflexão que faz assenta “num ciclo interativo - observar, planear, agir, avaliar - apoiado em diferentes formas de registo e de documentação, que permitem ao/à educador/a tomar decisões sobre a prática e adequá-la às características de cada criança, do grupo e do contexto social em que trabalha”? (Ministério de Educação, p. 5) Que no desenvolvimento deste processo conta, além da participação das crianças, com outros profissionais, pais/família, incluindo “formas de comunicação e estratégias que promovam esse envolvimento e facilitem a articulação entre os diversos contextos de vida da criança”? (Ministério de Educação, p. 5). Pensamos que o (a) Educador (a) tem esse cuidado quando fala sobre muitos outros assuntos, mas interrogamos: fá-lo-á quando trabalha a diversidade cultural que pode não constar na sua sala mas que a criança vai encontrar no seu percurso na vida até se tornar adulto? Terá o (a) Educador (a) o cuidado de, na Organização do Ambiente Educativo da sala, expor material que não seja somente da cultura portuguesa como objeto de conhecimento para que as crianças saibam que há culturas que diferem das suas e que são tão importantes como as delas?

Todas estas questões nos remetem para o papel crucial do Educador na formação pessoal e social da criança, e que pode começar por mostrar-lhe a importância do conhecimento, valorização e respeito pelas crianças com culturas diferentes.

#### 1.4.1. A Escola como uma Educação de valores

Rocha (2006, p. 36) afirma que a educação é “o meio mais eficaz que a sociedade possui para fazer frente face às provas do futuro.” Este autor baseia-se em diversos outros autores que consideram que a educação tem dois papéis fundamentais:

o primeiro é “reproduzir determinados aspetos da sociedade atual” o segundo é, através da educação, preparar a transformação da sociedade (p. 37).

Face à diversidade cultural, os estabelecimentos de ensino podem optar por políticas educativas diferenciadas, como já referimos anteriormente: pode ser uma educação assimilacionista se pretender a homogeneização, tratando todas as crianças por igual, ou pode ter uma política multicultural que promova o respeito e valorização pela diversidade ou mesmo uma política intercultural que promova o inter-relacionamento de indivíduos de diferentes culturas, respeitando os valores do outro, elucida Rocha (2006).

Sabendo que a criança traz de casa valores que lhes foram passados pela família, na escola como segundo lugar onde a criança socializa, numa sociedade cada vez mais heterogénea, pensamos que é relevante uma Educação que reforce e trabalhe esses valores.

Na Constituição da República Portuguesa, aprovada na sessão plenária de 2 de abril de 1976, está claro o Princípio da igualdade no Artigo 13.º:

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

É na escola que uma educação de valores nunca pode deixar de estar presente para o educador/professor, pois a educação funciona como instrumento de socialização e do próprio desenvolvimento humano e, nesta sociedade multicultural onde vivemos, serve para nos conhecermos e compreendermos aqueles que nos rodeiam, refere Núñez (2006). Ortega e Mínguez (2001, cit. por Núñez, 2006) define valor como:

Um modelo ideal de realização pessoal que perseguimos ao longo da nossa vida, uma perseguição sem final, em qual o valor se converte na nossa ótica para interpretar o mundo e, através dele, darmos significado aos acontecimentos e à nossa própria existência (tradução de Núñez).

Na Conferência Geral da UNESCO, em 1991, o então Diretor-Geral, Frederico Zaragoza, criou uma comissão internacional que se encarregaria de refletir sobre

“Educar e Aprender no século XXI”. A Presidência foi entregue a Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia o qual, em conjunto com 14 personalidades de todo o mundo, elaborou um relatório final com o nome de “Um Tesouro a Descobrir” que foi apresentado em 1996.

Neste relatório, a Educação é vista como uma das chaves de acesso ao século XXI, reconhecida como “grito de amor à infância e juventude”, destacando também a importância não só do sistema educativo, mas também da família e da nação, denominando-os de “comunidade de base” (Delors et al., 1996, p. 11).

Ao longo do relatório fica clara a transformação profunda por que temos passado, nos últimos tempos, obrigando-nos assim a compreender melhor o outro, a compreender melhor o mundo que nos rodeia e alertando-nos para o facto de que o mundo carece de valores que compreendem a entreatajuda mútua e a harmonia. Deste modo, são apresentados os quatro pilares que a Comissão considera como bases da educação: aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer e, finalmente, aprender a ser.

Carneiro (2008) defende que a escola e o currículo devem ser organizados para que cada um clarifique os seus valores. A escola e a escolaridade, refere Lima (2013, p. 13), “são assim pilares fundamentais para uma política de integração de sucesso.” Este autor defende ainda que, para a escola assumir na plenitude o respeito entre iguais, é preciso trabalhar todo o corpo docente para que todos estejam capacitados para agir adequadamente, e que, após uma atitude reflexiva, seja premente “promover pensamentos e atitudes de valorização da diversidade que se possam propagar no espaço e no tempo, contribuindo para um modelo social que não sendo novo poderá ser assim difundido” (Lima, 2013, p. 14).

Carneiro (2008, p. 61) defende que, assim como a transformação da alma pode implicar um “renascimento de consciência e de consciencialização”, com o ato educativo pretende-se uma alteração na perceção da realidade, ou “uma modificação no estádio da consciência, “o que não deixa de ser uma educação para valores. Afirmo ainda ser necessário, “no plano conceptual das atuais teorias educativas”, promover estratégias para liderar essa mesma educação para valores. Para este autor, a escola e o currículo devem ajudar cada pessoa a esclarecer os seus valores, em vez de lhes serem fornecidos como pré-estabelecidos.

Para uma melhor harmonia, deve haver um equilíbrio concreto entre a família (como socialização primária) e a escola (como secundária) e numa sociedade pluricultural, o sistema educativo vê-se forçado a responder de forma positiva, em termos de materiais educativos e promoção de valores e atitudes, esclarece Carneiro (2008)

#### 1.4.2. O Papel do Educador/Professor

Pensamos ser pertinente colocar as seguintes questões: De que modo os Educadores contribuem para o processo de mudança escolar e social, encarando como facto incontornável a diversidade cultural? Como tem sido esta abordada na EPE? Como poderá ser a EPE um veículo de inclusão de crianças para a promoção de igualdade de oportunidades e de uma equidade na Educação? Como poderão os Educadores contribuir, de modo pertinente, para o conhecimento de algo que auxiliará as crianças a serem futuros adultos livres de preconceitos numa sociedade pluricultural?

Segundo a Lei 4/97 de 10 de fevereiro no artigo 2.º, como Princípio Geral, está citado que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”.

Os Educadores têm que acreditar que é sua a responsabilidade de educar as crianças, seja qual for a idade, formá-los para que, no futuro, se integrem na sociedade. É deste princípio, que o Educador deve partir quando define as estratégias pedagógicas, depois de conhecer o grupo de crianças com quem vai trabalhar, tal como está descrito nas OCEPE.

Para Lorigo (2011, p. 11), “a educação, enquanto processo dialógico, formativo e transformativo, supõe, necessariamente, um contacto, uma transmissão e uma aquisição de conhecimentos, mas também um desenvolvimento de competências, hábitos e valores”. Assim, para esta autora, a educação não é só uma reprodução de saberes e das culturas, mas tem de produzir novos saberes e novas expressões culturais. Para isso, tem de se valorizar a escola para que todos favoreçam da pluralidade de culturas, sendo importante que os educadores, que podem e devem fazer uma gestão flexível dos currículos, desenvolvam metodologias ativas assim como estratégias pedagógicas para assegurar uma aprendizagem cooperativa. O Educador deve ser capaz de reconhecer o “mosaico cultural” com que se depara na sala, ativando um conhecimento profundo sobre “os traços culturais e identitários das crianças com quem trabalha” para ultrapassar os estereótipos que frequentemente surgem em realidades diferentes das habituais (Marques & Borges, 2012, p. 99).

De facto, qualquer currículo ou abordagem de conteúdos interculturais é um desafio para o Educador pois, para além de fornecer conhecimentos às crianças, tem de saber como articular os conteúdos num processo de ensino-aprendizagem com a realidade sociocultural que envolve as crianças (Marques & Borges, 2012).

Lorigo (2011, p. 31) defende “um ensino especializado e individualizado, de caráter transversal”, em que os Educadores, nas estratégias que desenvolvem, as conciliem com os interesses das crianças para assim facilitar as aprendizagens. Nelas, os Educadores devem reconhecer os fatores que desfavorecem as minorias e “as especificidades étnicas, culturais, linguísticas e sociais não devem ser negligenciadas”, adverte a autora. Igualmente, o Educador deve ter em conta as suas conjeturas pessoais sobre as crianças, as suas famílias e os seus ambientes, reconhecendo “eventuais conotações racistas” nos seus discursos, nas relações com as crianças e famílias destas exigindo de si mesmo que a tolerância “oriente a forma como pensa, sente e se comporta” perante as crianças (Lorigo, 2011, p. 26-27).

O papel do Educador é determinante para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e para gerir o currículo num sentido multicultural; tem de levar as crianças a conhecer os direitos de todos e da dignidade humana, assim como tem de ser capaz de descobrir as diferenças individuais em grupos de diversidade cultural, diferenças que passam despercebidas “para além das que se prendem com a raça, cor de cabelo e olhos, género, peso, etc.” (Lima, 2013, p. 95).

Mais uma vez, recordamos que as OCEPE (2016) estão baseadas em objetivos globais pedagógicos definidos pela Lei-Quadro (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) e servem para apoiar o Educador a construir e gerir o currículo, sendo essa a sua responsabilidade, juntamente com a equipa educativa do estabelecimento de ensino e agrupamento. No desenvolvimento desse processo deve contar com a participação de diferentes intervenientes, nomeadamente crianças, os outros profissionais e pais/cuidadores/família.

Com efeito, cada criança não se desenvolve e aprende apenas no contexto de educação de infância, mas sobretudo em outros em que viveu ou vive, nomeadamente no meio familiar. As práticas educativas e cultura própria influenciam o seu desenvolvimento e aprendizagem e é neste sentido, que o/a educador/a deve estabelecer relações próximas com esse outro meio educativo, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento das crianças e o sucesso da sua aprendizagem.

Face à diversidade cultural, aprender numa escola tradicionalmente monocultural, deixa de ser “apenas a aquisição de factos e conhecimentos” para se tornar cada vez mais no desenvolvimento de “capacidades reflexivas e críticas” (Borges & Silva, 2000, p. 2).

Todas as crianças têm o direito à educação para uma igualdade de oportunidades (Convenção dos Direitos da Criança, 1989, art.º 28 e 29) sendo que a equidade tem de estar presente em cada uma das ações educativas promovidas pelo Educador. A equidade, segundo Aguado et al. (2002, p. 213), refere-se à diversidade

como um princípio geral que deverá guiar cada decisão educativa para garantir a justiça e, assim, ao promover a igualdade, “poderemos caminhar no sentido da equidade nas escolas”.

Na opinião de Vieira (2013, p.121), para o educador/professor “educar na e para a diversidade”, deve conhecer o seu “eu pessoal e profissional” e Zeichner (1993 cit. por Vieira, 2013, p. 119) reforça que os professores devem ter “um sentido muito claro da sua própria identidade étnica e cultural, para compreenderem os seus alunos e respectivas famílias.” Só após isso, o Educador poderá desenvolver na criança atitudes que lhes permitam viver numa sociedade multicultural ajudando-as a entender e ter respeito pela diferença. As diferenças devem ser encaradas, não como uma discriminação, mas como algo enriquecedor (Jórdan, 1996 cit. por Franco, 2006).

Franco (2006) alerta para o facto de que as primeiras experiências da vida são as que marcam verdadeiramente a pessoa. As crianças na EPE têm-nas, por responsabilidade do educador que deve estar consciente de que, quando essas experiências são positivas, tendem a fortalecer, mais tarde, atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade e responsabilidade.

A falta de conhecimento é responsável pelos estereótipos que existem sobre culturas que não se conhecem e os alunos que pertencem a minorias étnicas tendem a ser desrespeitados o que lhes causa uma baixa autoestima e provoca o baixo sucesso na escola e por vezes mesmo o abandono (Franco, 2006).

Pereira (2004, cit. por Rocha, 2006, p. 68) defende que “as atitudes dos professores são uma questão central na educação multicultural, delas dependendo a eficácia ou o insucesso de qualquer programa.” Os Educadores deverão promover a partilha de culturas para que todos possam caminhar juntos para uma sociedade onde hajam novas oportunidades e novos valores (Franco, 2006).

Lorigo (2011, p. 30) explica que uma “escola para todos”, e em que “todos são diferentes”, exige de cada professor a capacidade e a flexibilidade para inovar na linha de um paradigma que proporcione o êxito e a mudança, sem despensalizar”.

### **1.5. Multiculturalismo, Interculturalidade e Educação**

Bastos (2014, p. 20) menciona que “o primeiro instrumento que encoraja o diálogo e a compreensão interculturais” foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948. Esta surge depois dos “horrores da Segunda Guerra Mundial em geral e do Holocausto em particular”, exaltando os direitos de todos os seres humanos “independentemente da etnia, raça, religião, classe social ou género.” Em 1960, e no mesmo espírito, surge a Convenção contra a Discriminação no campo

do Ensino que assegura a todos a mesma oportunidade de educação. Em 1992, segundo Bastos (2014) foi proclamada a Declaração dos Direitos das Pessoas que pertencem a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas, que valoriza a diversidade linguística e cultural, atribuindo à escola a promoção dessa diversidade. Em 2002 a UNESCO proclama a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que entre outros objetivos, pretende "promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes" (Objetivo 7).

Perante a diversidade cultural na sociedade portuguesa, Neto (2007, p. 5) explica que, na sua opinião, existem dois padrões de atitudes necessários para que todos os grupos culturais possam encontrar os meios de convivência conjunta: "a ideologia multicultural e a tolerância étnica." Contudo, este autor é de opinião de que nem todos na sociedade vêm a multiculturalidade como um fator positivo; para alguns ela "constitui a principal irritabilidade nas suas vidas quotidianas" (Neto, 2007, p. 7).

Fleuri (2005, p. 93) refere que o termo "multicultural" representa para alguns "um modo de aproximar as diferenças étnico-culturais, isolando-as reciprocamente"; e para outros, uma "perspetiva de convivência democrática entre todos os grupos diferentes." Gonçalves (2013) é de opinião que a multiculturalidade favorece o conhecimento de outras culturas, o convívio entre elas, mas que é necessário mais do que isso: encontrar um processo que integre e proporcione meios de coexistência e interação entre as diferentes culturas, convivendo no mesmo espaço, seja em um país, em uma escola ou mesmo em família. Matos e Brito (2013) pensam que na existência de várias culturas nenhuma delas precisa de ser a mais influente; mas, para isso acontecer, terá de haver mudanças em toda a comunidade, para que o racismo e outras formas de discriminação sejam abolidas na sociedade e, em consequência, na escola.

Matos e Brito (2013, p. 3) defendem que a multiculturalidade é um estado da sociedade que favorece "uma entidade cultural individual" que, mesmo com diferenças culturais e/ou políticas, é construído através do diálogo e principalmente pelo respeito mútuo. Assim, não é mais que a existência de "seres humanos com certas normas e hábitos culturais" diversos, que partilham o mesmo espaço. As autoras afirmam que, com a multiculturalidade, se reconhecem as diferenças individuais das pessoas, e que o principal objetivo será a promoção da interação e respeito entre culturas diferentes, conservando as suas características particulares para garantir uma igualdade entre todos.

Facto inquestionável é que o mundo cada vez mais globalizado urge para "uma busca de equilíbrios pela concretização de políticas e pedagogias atentas à diversidade, à complexidade e à globalidade" (Coelho, 2007, p. 70).

O multiculturalismo centra-se nos imigrantes e minorias étnicas, mas é premente poder interagir, transformar atitudes e consequentes comportamentos perante o outro; na opinião de Romero (2013), o multiculturalismo não ajudou à unidade de culturas, pois só fala de respeito e tolerância sem no entanto, haver convívio entre diferentes culturas. Romero (2003) reforça que, se o multiculturalismo aborda a diversidade, a interculturalidade preocupa-se em encontrar uma unidade na diversidade. Verifica, deste modo, que a pluralidade de culturas carrega uma decisão em que todos têm as mesmas obrigações, direitos e oportunidades e que igualmente devem ser respeitadas as crenças, línguas e a cultura em geral.

Também o ACIDI, I.P. é de opinião de que importa transformar uma sociedade multicultural numa sociedade intercultural, onde em vez de uma justaposição de culturas que se toleram, se possa “viver num cruzamento de culturas em transformação mútua, numa sociedade de direitos reais e efectivos – desde os direitos cívicos e políticos aos direitos económicos, sociais e culturais”. Uma sociedade em que “a identidade pessoal e social não passa pela lealdade cega a um grupo de pertença” mas sim por um processo de construção permanente onde deve aceitar “as diversas influências e se alicerça nas semelhanças, nas diferenças, nas vontades conjugadas de construir uma sociedade mais justa e no sentido de pertença comum à humanidade”. Fleuri (2005) entende ser importante compreender o que há de “diferente” para caracterizar a singularidade de cada um.

Assim, surge a interculturalismo que é um passo à frente do multiculturalismo, e que Gonçalves (2013) descreve como uma filosofia que provoca interações humanas ligadas a questões de comunicação. A mesma autora diferencia o multiculturalismo do interculturalismo afirmando que “ambos são paradigmas de pluralismo cultural”, e a grande diferença entre um e outro é que no primeiro está centrado nos imigrantes e minorias étnicas e o segundo envolve, além disso também as maiorias (Gonçalves, 2013, p. 7).

Romero (2003) atenta que a perspectiva intercultural reforça a diferença entre multiculturalismo e interculturalidade, explicando que a primeira reconhece a diferença partindo do princípio da igualdade e da diferença e a segunda, além destes dois, ainda defende o princípio da interação positiva, promovendo uma convivência com a diversidade. Já para Fleuri (2005, p. 103), na intercultura debatem-se as mais variadas concepções e propostas “entre processos identitários socioculturais diferentes”.

Na verdade, segundo Lopes-Cardoso (2008, p. 23), nunca houve uma sociedade humana estática, mas sempre em mudança, e por isso houve sempre necessidade de adaptação da parte do Homem, e paralelamente a isso a necessidade de novas aprendizagens. Assim, esta autora pressupõe que na interculturalidade haja uma atitude

que se fundamente na descrição “e análise de crenças, das tradições, dos costumes, conhecimentos partilhados por um povo ao longo de gerações.”

Nos últimos 20 anos do séc. XXI o tema do multiculturalismo começa a ser objeto de reflexão nas Ciências da Educação, pela presença de variadas culturas “num mesmo espaço político e o reconhecimento de que todas elas possuem igual valor e dignidade coloca enormes desafios à educação e ao ensino” (Borges, 2008, p. 15).

Neto (2007, p. 8) conjectura que o relacionamento intercultural deve ser feito através de uma integração que implica “a manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico juntamente com uma participação cada vez mais acentuada no seio da nova sociedade.” Gonçalves (2013, p. 7) adianta ainda que o que “provoca sentimento de medo e desconfiança, perante o “outro” (...)” é a resistência das maiorias.

A convivência entre povos e culturas diversas deverá favorecer a inclusão e união social, uma abertura e aceitação e respeito pelas diferenças, fazendo com que a sociedade viva numa convivência intercultural de modo pacífico e enriquecedor para ambos os lados numa ativa interação cultural (Coelho, 2007). Trata-se de travar uma luta constante contra o racismo e xenofobia que muitas vezes vê o emigrante como “bode-expiatório” para os problemas sociais e políticos e económicos do país que os acolhe (Lopes-Cardoso, 2008).

Esta sensibilidade para a interculturalidade foi, segundo Fleuri (2005) uma conquista muito recente que surge após uma Conferência Geral da Organização da UNESCO, em 1978, em que surgem os primeiros textos a propor os conceitos que fundamentam uma Educação intercultural. Neles é reconhecido o direito de todos os grupos humanos a uma identidade cultural e a um desenvolvimento da sua própria cultura, não só no contexto nacional como também no internacional.

Gonçalves (2013, p. 9) acredita que da necessidade da interculturalidade nasce a Educação Intercultural, pois é a Educação que promove a transmissão de conhecimentos e valores, com o objetivo de ter efeitos na vida do ser humano e na sociedade em geral. A Educação faz o futuro e é o rosto da sociedade que, sendo pluralista, traz outras tarefas para a escola que inclui uma Educação “de todos, para todos e com todos, uma Educação Intercultural.”

É no contexto acima referido que se sente a premência de uma Educação inter/multicultural nas escolas, por causar efeito tanto nos grupos majoritários como nos minoritários, contribuindo para uma nova compreensão das sociedades modernas e para o sentido de uma pertença comum.

Assim, questionamos: Como educar no sentido de ir ao encontro das necessidades de aprendizagem perante a diversidade cultural nos grupos/turmas?

### 1.5.1. A Educação inter/multicultural

Em Portugal, Stephen Stoer e Luiza Cortesão utilizam o termo educação inter/multicultural como um “conjunto de propostas educacionais que visam promover a relação e o respeito entre grupos socioculturais, mediante processos democráticos e dialógicos” (Fleuri, 2005, p. 93). Já Rocha (2006) usa o termo inter/multicultural, argumentando que os autores anglo-saxónicos utilizam a terminologia “multicultural” e os francófonos o termo “intercultural”.

Leal (2010) é de opinião que só uma Educação intercultural pode abrir a mentalidade das pessoas, assim como a resolução de conflitos de maneira não agressiva, que podem ser decorrentes das diferentes etnias, crenças religiosas e culturais. Assim, a educação das crianças e jovens na base da compreensão da diversidade poderá ajudá-los a ser mais participativos e estarem mais aptos para uma comunicação harmoniosa entre eles e futuras gerações, conclui o mesmo autor.

Contudo, como já foi referido anteriormente, a Educação intercultural implica uma transformação do “eu”, uma transformação da escola e uma transformação da sociedade, que se espera cada vez mais democrática (Leal, 2010).

O que é então a Educação intercultural? Cada autor tem a sua própria definição; mas, para todos, esta é uma abordagem que visa transformar as escolas e a educação.

Para Neto (2007, p. 6), “ (...) a educação intercultural é uma educação adaptada às condições do tempo atual, em que existe uma diversidade cultural, ideológica e religiosa na sociedade, que os educadores não podem escamotear.”

Aguado, (1995, cit. por Aguado et al., 2002), entende a Educação intercultural como uma

abordagem Educativa baseada no respeito e apreço pela diversidade cultural. É dirigida a cada um/a e a todos/as os membros da sociedade como um todo, propondo um modelo integrado de envolvimento na educação das e dos estudantes que combine todos os aspectos do processo educativo de tal forma que possamos atingir oportunidades iguais / resultados para todos/as, ultrapassar o racismo nas suas várias manifestações e estabelecer a comunicação e competência intercultural.

É, portanto, mais ou menos consensual que a Educação inter/multicultural abranja um conjunto de práticas que tenham por objetivo responder à diversidade cultural, na área da Educação e, subsequentemente, na escola. Contudo, o seu objetivo basilar é o de «coordenar, incentivar e promover, no âmbito do sistema educativo, os programas e as ações que visem a educação para os valores da convivência, da

tolerância, do diálogo e da solidariedade entre diferentes povos, etnias e culturas» (Souta, 1997, cit. por Marques & Borges, 2012, p. 82).

Esta preocupação também está patente na Recomendação n.º 2/92, publicada no Diário da República n.º 57, a 8 de março de 2001, pelo CNE onde se pode ler:

A educação intercultural levará à compreensão e à aceitação da natureza multicultural das sociedades actuais, onde cada um respeitará a cultura do «outro». Integra, assim, um duplo objectivo: prevenir e elaborar respostas a eventuais problemas que a diversidade cultural apresenta e, sobretudo, promover a capacidade de convivência construtiva num tecido cultural e social heterogéneo, não para atenuar ou diluir as diferenças, mas para as respeitar. A educação intercultural porá em prática, desta forma o pensamento de Saint-Exupéry quando afirma: «Si je diffère de toi, loin de te léser, je t'augmente.» Para a construção holística de novas formas de cultura, em ambiente de educação intercultural, há que assegurar alguns pressupostos:

- a) Todos os homens são portadores de cultura; esta situação de multiculturalidade implica o reconhecimento positivo e a estima de todas as culturas em presença;
- b) Este reconhecimento e esta estima concretizam-se não só no respeito e na compreensão mas também na visibilidade explícita da diversidade das referências culturais;
- c) A interculturalidade é um processo permanente e dinâmico, gerador de novas formas culturais, como consequência da experiência e da adopção espontânea das diferenças” (Diário da República, 2001, p. 4391).

Para Gorsky (2001, cit. por Aguado et al., 2002, p. 16), a Educação multicultural numa abordagem progressista, procura modificar uma educação que tem objetivos a curto prazo e uma prática discriminatória para uma educação com “ideias de justiça social, equidade educativa, e uma dedicação a facilitar experiências educativas nas quais todos os estudantes atinjam o seu potencial total como aprendentes e como seres socialmente conscientes (...)”.

Para Banks (1997, cit. por Aguado et al., 2002, p. 16) a Educação intercultural pretende criar “oportunidades educativas iguais para todos os estudantes, incluindo os de raça, etnia e grupos de classes sociais diferentes “ e onde o ambiente escolar é modificado a partir da reflexão da existência de diversidade de culturas na sociedade e nas salas de aula ao que Aguado et al. (2002) denominam uma educação de qualidade.

Borges e Silva (2000, p. 1) creem que a Educação intercultural não visa somente o sucesso escolar, mas igualmente o sucesso educativo. Estas autoras destacam a importância “de desenvolver competências e atitudes que lhes permitam interagir e viver em sociedades, marcadamente multiculturais e os capacitem para lidar com a “diferença”.”

Para Sousa e Neto (2003, p. 17-18) definir interculturalidade não tem sido consensual, pelo que muitos autores são de opinião de que a Educação intercultural inclui “práticas baseadas apenas nos currículos que expressem diversidades culturais e estilos de vida.” Ainda na opinião dos autores referidos, as respostas que a Educação dá à diversidade da população escolar nem sempre falam em hegemonia cultural, havendo alguns que emergem da teoria do pluralismo cultural em que o “grupo étnico preserva as origens, partilhando, no entanto, simultaneamente, um conjunto de características culturais e de instituições com os restantes grupos.”

Para Aguado et al. (2002), quando o educador/professor, em comemorações isoladas trabalha, por exemplo, a “semana intercultural” ou quando menciona as características dos “outros”, ou mistura alunos de culturas diferentes sem que relações positivas sejam promovidas não está a trabalhar uma Educação intercultural. Cochito (2004, cit. por Leal, 2010, p. 22) corrobora com esta ideia e acrescenta o incluir “outras culturas” nos temas dos programas, celebrar festas e a data dos “outros”, fazer uma campanha de *slogans* sobre os direitos humanos ou como tantas vezes se faz, reproduzir um conhecimento “estereotipado do outro”. Esta autora acrescenta que a Educação Intercultural também não é “dar voz” às minorias, de modo a amenizar o embate enquanto “aprendem” a integrar-se na sociedade. Remata dizendo que, na Educação Intercultural não se trata de falar nas diferenças que nos separam, mas sim daquelas que nos unem. Falar em educação intercultural é “participar, em plena igualdade de oportunidades e direitos, na construção de uma sociedade que assenta na diversidade” (p. 22).

Leal (2010, p. 22) afirma ainda que a Educação Intercultural tem a responsabilidade de inculcar “nas crianças e jovens, valores como a compreensão da diferença, o respeito pelo Outro como ser humano (...)” havendo uma comunicação e colaboração entre todos que tenham origens diferentes, com a certeza de que será um “enriquecimento mútuo”.

Lopes-Cardoso (2008, p. 25) refere-se à Educação intercultural como inter-relação e “intercâmbio de saberes, de experiências e de culturas.” Mas chama a atenção para o facto de acontecer, com frequência, que a cultura dominante do país de acolhimento apareça como cultura de referência, sendo a cultura dos emigrados deixado para segundo plano “sem ser apreendida e aceite de forma global.”

Rocha (2006) lembra que a Educação intercultural não existe só para as crianças imigrantes, mas sim para todos, pois é com a diversidade que se aprende e Gonçalves (2013) reitera que a Educação Intercultural é um meio de promoção de coesão e justiça social, que exige o conhecimento e reconhecimento do outro, que promove o respeito, a comunicação e uma convivência social entre as várias culturas.

Quanto às instituições educativas Lorigo (2011, p. 11) pede uma reestruturação porque só com um “movimento de reforma educativa” é que todos os alunos, “independentemente da classe social, raça, cultura e sexo” têm uma igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Cardoso (1996, cit. por Matos & Brito, 2013) alerta para a necessidade de uma escola com um sistema de estratégias organizadas, currículos e práticas pedagógicas, que consiga promover a tolerância e compreensão de culturas diferentes.

### 1.5.2. Os objetivos da Educação inter/multicultural

Após darmos conta das várias opiniões de diferentes autores sobre a Educação intercultural, interessa saber quais os objetivos que ela visa.

Em 2008, numa campanha para a inclusão e pela equidade na comunidade educativa, o Projeto M-Igual? difundiu os objetivos da Educação intercultural, que passamos a expor:

- Ajudar os jovens a conquistar a capacidade de reconhecerem a desigualdade, a injustiça, o racismo, os estereótipos e os preconceitos;
- Dar-lhes o conhecimento e as capacidades necessários que os ajudem a desafiar e a tentar mudar todos estes problemas sempre que com eles se deparem.

Sobre o mesmo tema, Díaz-Aguado (2000, citado por Lima, 2013, p. 34) completa:

- Melhorar a convivência, lutar contra a exclusão, prevenir a violência e adaptar a educação à diversidade dos alunos e alunas, garantindo a igualdade de oportunidades na aquisição das competências necessárias para a sua integração ativa num mundo cada dia mais complexo.
- Respeitar o direito à própria identidade, tornando-o compatível com a igualdade de oportunidades, e progredir em relação aos direitos humanos, em cujo contexto afigura-se imprescindível interpretar tanto a necessidade da própria educação intercultural, como os seus próprios limites.

Na opinião de Neto (2007, p.6), entre os objetivos da Educação intercultural deve haver uma aceitação do pluralismo cultural, a contribuição para que se estabeleça uma sociedade de “igualdade de direito e de equidade” e a “contribuição para o estabelecimento de relações interétnicas harmoniosas.”

Oullet (1991, cit. por Gonçalves, 2013) entende que a finalidade da Educação intercultural tem como base três questões:

1. Desenvolver os alunos de todas as origens para uma compreensão dos pressupostos subjacentes no contrato social;
2. Desenvolver uma compreensão clara em cada indivíduo sobre as suas responsabilidades sociais perante o outro, criando o maior consenso possível entre a convivência social;
3. Investir na formação dos indivíduos, para que se possam criar estratégias de uma possível interação positiva entre todos, desenvolvendo habilidades de comunicação interétnica.

### 1.5.3. A Educação inter/multicultural em Portugal

Já nos referimos anteriormente que a globalização, nos anos 80, acentua fluxos imigratórios, provenientes dos PALOP, Brasil e Europa de Leste; perante estas novas realidades, na década de 90, e por iniciativa do Ministro de Educação na altura, Engenheiro Roberto Carneiro, dão-se os primeiros passos para solucionar desafios provenientes da diversidade cultural, afirma Lima (2003, p. 55), adiantando que só então é que se começou a atribuir uma “relevância de forma sistemática à interculturalidade nas escolas.” Assim, segundo Gonçalves (2013, p. 28) é criado o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, em 1991, “não como um projeto em si, mas como uma estrutura, com ligações a todo o Ministério da Educação, formando uma equipa interdepartamental.” Os objetivos deste Secretariado, segundo a Presidência de Conselho de Ministros e Ministério da Educação era o de “prevenir segregações, racismo e xenofobia nas escolas (...)” e desenvolver a riqueza implícita no encontro de culturas, tanto nas escolas como na sociedade. O Secretariado Coordenador dos Programas da Educação Multicultural passa, em 2001, a ser designado por Secretariado Entreculturas.

Apoiada pela Lei n.º 134/99 de 28 de agosto, publicada no Diário da República, proibindo as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, surge a CICDR, que acompanha a aplicação da legislação e é presidida pela Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural,

Rosário Farmhouse, (Lima, 2013) que foi nomeada a 8 de fevereiro de 2008 pelo Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional, segundo Gonçalves (2013).

Na recomendação n.º 2/92, publicada no Diário da República n.º 57 a 8 de março de 2001, o CNE concede informações sobre a “Dimensão europeia da educação” elaborada pelo conselheiro relator Guilherme Martins, que dá um grande destaque à multiculturalidade, salientando que a cultura portuguesa só tem vantagens no relacionamento com outras culturas: “Só assim, no seu entendimento, se aprofunda a cidadania, através do assumir das responsabilidades, da tolerância, da abertura e da prática do respeito, num contexto mais vasto de inter-influências e numa dialéctica enriquecedora entre o uno e o múltiplo” (Diário da República, 2001, p. 4390).

Na recomendação atrás referida, o CNE lembra o artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa que determina que “todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” e ainda que “o ensino deve contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, habilitar os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua e o espírito de solidariedade” (Diário da República, 2001, p. 4391).

Não podemos esquecer que na LBSE, em 1986, no artigo 3.º d) já estava descrito que “o sistema educativo português organiza-se de forma a (...) assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais de existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas (...)” (Diário da República, 1986).

A escola é o espaço “onde se podem operar as reformas das estruturas do pensamento que conduzem ao desenvolvimento de cidadãos livres” daí a necessidade de flexibilizar o currículo, integrando conteúdos para trabalhar “a diversidade cultural na escola e na sociedade.” Assim sendo, a defesa de um currículo multicultural, onde se discutam as diferenças está “cada vez mais na ordem do discurso político-social” garante Lorigo (2011, p. 2).

Lima (2013) adianta que ainda nos anos 90, surgem medidas institucionais ao nível dos órgãos do poder que promovem a educação multicultural e um apoio a minorias étnico-linguísticas. Citamos as mais importantes, ao nível do poder central:

- Associação de Professores para a Educação Intercultural, em Setembro de 1993.
- Projeto Educação e Diversidade Cultural, entre 1991 e 1994, sob orientação e coordenação de Stephen Stoer e Luiza Cortesão, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- O PREDI, criado pelo Despacho nº170/ME/93 de 6 de Agosto no domínio da interculturalidade, que foi um grande Projeto realizado pelo Gabinete Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural, (criado em Fevereiro de 1991, pelo Despacho Normativo n.º 63/91, pelo então Ministro da Educação Engenheiro Roberto Carneiro). Giardetto (2000) refere que este Projeto teve como referência o conceito abrangente da Educação Intercultural que reflete a sua importância não só para as etnias minoritárias como também para as maioritárias. O mesmo autor apresenta como objetivos:

- Uma maior compreensão das culturas nas sociedades modernas;
- Uma maior capacidade de sintonia entre pessoas de culturas diferentes;
- Uma atitude mais adaptada ao contexto da diversidade cultural de uma dada sociedade, devido à melhor compreensão dos mecanismos psicossociais e dos fatores sociopolíticos capazes de produzir o racismo;
- Uma maior capacidade para participar na interação social, criadora de identidades, e de reconhecimento da pertença comum à humanidade (Giardetto, 2000, p. 82).

Ainda sobre este projeto, Rocha (2006, p. 51), explica que ele teve início no ano letivo 1993/1994 e se desenvolveu em duas fases: Na primeira, nos anos letivos 1993/1994 e 1994/1995 (sob o Despacho n.º 170/ME/93) em que teve como objetivo promover a qualidade pedagógica do pessoal docente e não docente no âmbito da educação intercultural, abrangendo trinta escolas nas regiões de Lisboa, Porto e Faro - Quarteira. Na segunda fase, nos anos letivos 1995/1996 e 1996/1997 (sob o Despacho n.º 78/ME/95), em que “estiveram envolvidas as trintas escolas iniciais, em simultaneidade, com outras vinte e duas integradas no projecto. Foram desencadeadas

estratégias para ajudar a melhorar o sucesso escolar das crianças pertencentes a minorias étnico-culturais, em que os seus resultados se apresentavam mais baixos que os dos restantes alunos. O PREDI nasceu da necessidade de encarar a diversidade como uma grande fonte de aprendizagem (Gonçalves, 2013, p. 29).

Este projeto envolveu um *Kit intercultural Escolas* que foi distribuído pelas escolas envolvidas e que hoje está disponível e pode ser obtido

em: <http://www.acm.gov.pt/-/kit-intercultural>, tratando-se de uma ferramenta de trabalho que visa disponibilizar às escolas, e a todos os profissionais do setor da educação, um conjunto de materiais em torno da temática da interculturalidade, concebidos e divulgados pelo Entreculturas e pelo ACM I.P.. Este Kit pretende ainda promover o aprofundamento dos pressupostos e abordagens em torno da temática da Interculturalidade, como explica uma fonte da ACM.I.P., por nós contactada.

Contudo, Casa-Nova (2005, p. 185) é de opinião de que este projeto teve como preocupação o insucesso escolar, não pensando que “o multiculturalismo na escola poderia ser uma troca de saberes e experiências entre grupos socioculturais diferenciados.” O PREDI encerrou com um seminário em 4/7/97, no qual esteve presente James Banks (Martins et al, 1998).

Souta (2000) analisa o RE e o RA deste Projeto que foi coordenado por Martins (1998) e Alaiz (1998) respetivamente. No RE, Martins (1998, cit. por Souta, 2000, p. 35) esclarece que “não foi possível proceder à observação directa e sistemática do desenvolvimento dos projectos de cada uma das escolas”; acrescentando que tal sucedeu pelas mudanças ao nível do Governo que originaram “alterações na equipa governativa e nos dirigentes do Ministério de Educação” gerando “alguma instabilidade no contexto do Projecto”.

Ainda na análise ao RE e RA, Souta (2000) constata que o projeto tem uma excelente fundamentação teórica e que foi ganhando consistência ao longo dos quatro anos de duração. Martins (1998, cit. Souta, 2000, p. 71), no RE reconhece que na 2.<sup>a</sup> fase, houve uma “maior proximidade à problemática da multiculturalidade e um claro centramento em experiências de pedagogia intercultural” mas também, uma “dificuldade em concretizar a fixação de professores durante o projecto” (p. 39). Souta (2000) prossegue a sua análise do RA, referindo que alguns factos importantes não ficaram bem especificados no currículo oficial, acabando por não serem levados a cabo com seriedade e sendo trabalhados nos clubes de atividades de complemento curricular ou ações pontuais envolvendo grupos reduzidos de professores e alunos. O mesmo autor conclui que estas podem ter sido as razões para o facto de este projeto não se ter alargado por todo o país, como era o objetivo inicial.

Lembramos que o Ministério de Educação tinha manifestado em 1995, em diploma legal a determinação de alargar este projeto a todo o sistema educativo; mas, segundo Souta (2000), não foram explicadas as implicações globais que esta experiência educativa teria para o sistema, concluindo que tinha faltado ousadia nas propostas para o futuro. Este autor conclui a sua análise não

remetendo as culpas para o Ministério da Educação mas sim para os autores do projeto, que não puderam ou não quiseram ser explícitos e objetivos.

- O Projeto “Atlas da Diversidade” dinamizado pelo Departamento da Educação Básica, juntamente com o Ministério da Educação, foi desenvolvido nos anos letivos de 2004 e 2005 co-financiado pela União Europeia. Este projeto teve como objetivo relatar a diversidade cultural dos países que nele participaram, partindo das “vivências e da descrição pessoal dos alunos que deveriam descrever o seu ambiente mais próximo atendendo a aspetos da geografia física, da cultura, da língua, etc.” (Rocha, 2006, p. 52).

Foram muitos os organismos que promoveram ações interculturais, e como alguns exemplos que mais se destacaram: as autarquias (principalmente no Porto), o Instituto de Inovação Educacional e a Fundação Calouste Gulbenkian,

Para coordenar a organização de todos os focos de intervenção, o governo português emitiu o Decreto-Lei n.º 296-A/95 de 17 de novembro e cria o ACIME, o qual, pelo Decreto-Lei nº 167/2007 de 3 de maio, passa a ACIDI, I.P. Esta Instituição Pública resulta da junção do ACIME, formado em 1996, com outras estruturas entre as quais o Secretariado Entreculturas.

O ACIDI, I.P. está integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros. Tem como missão colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais que serão relevantes para a integração das minorias étnicas, assim como também na promoção do diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões. O seu trabalho é orientado por sete princípios chave:

- A *igualdade* reconhecendo e garantindo os mesmos direitos e oportunidades;
- O *diálogo* através de uma comunicação afetiva;
- A *cidadania* promovendo uma participação ativa na sociedade;
- A *hospitalidade* acolhendo a diversidade;
- A *interculturalidade* no encontro com o outro;
- A *proximidade* de relações, quebra de barreiras entre a diferença
- A *iniciativa* sendo pró ativo em todo o trabalho de integração e acolhimento do outro (Gonçalves, 2013, p. 23).

Segundo a mesma autora, através do Despacho Normativo n.º 63/91 de 13 de março de 1991, surge o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação

Multicultural ao qual “compete coordenar, incentivar e promover, no âmbito do sistema educativo, os programas e as acções que visem a educação para os valores da convivência, da tolerância, do diálogo e da solidariedade entre diferentes povos, etnias e culturas”. O Ministro da Educação na altura, Eng.º Roberto Carneiro, concebe este Secretariado “não como um projeto em si, mas sim como uma estrutura, com ligações a todo o Ministério da Educação, formando uma equipa interdepartamental” (Gonçalves, 2013, p. 28). Porém, este Secretariado estava voltado exclusivamente para o sistema educativo, pelo que em 1 de fevereiro de 2001, surge o Despacho Normativo n.º 5/2001 que cria o Secretariado Entreculturas pela urgência da interculturalidade ser uma realidade que deveria ser assumida por toda a sociedade, quer pela Administração Pública, quer por organizações não-governamentais, quer ainda pelos agentes sócio-económicos, transcendendo assim, o próprio sistema educativo. A este Secretariado é incumbido o dever de planear, lançar e acompanhar programas que, deverão ser aprovados pelo membro do Governo que tiver como função as questões da igualdade e também do Ministro de Educação. Assim, compete-lhe, entre outros:

- a) A promoção de iniciativas que contribuam para o conhecimento e reconhecimento da diversidade de culturas que coexistem na sociedade portuguesa, contribuindo para a compreensão do seu carácter histórico, multifacetado e aberto, em colaboração com as associações de pais e de estudantes e as autarquias locais;
- b) A promoção de uma campanha de diálogo intercultural e de valorização da diversidade étnica nas escolas, em colaboração com as associações de pais e de estudantes e as autarquias locais (Gonçalves, 2013).

Crê-se urgente inculcar na sociedade conhecimentos e valores de tolerância para com a diversidade cultural existente em Portugal, pelo que na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010 na área de intervenção sobre a Educação, Medida 23, está patente um reforço da formação para a interculturalidade na formação contínua de professores, assim como incrementar competências dos professores para trabalhar em contextos cada vez mais multiculturais, reforçando assim as ações de formações.

Em 2014, Rosário Farmhouse foi sucedida por Carlos Calado, ano em que a ACIDI, IP, passa a ACM, Instituição Pública pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, na dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros. Esta Instituição tem por missão colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas e entre outros propósitos, promover a integração dos imigrantes e grupos étnicos e a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. Está

integrada na administração indireta do Estado, dotada de autonomia administrativa e financeira e com património próprio segundo o Artigo 1, do referido Decreto-Lei.

O PREDI não incluiu a EPE, apesar de no *Kit Intercultural Escolas* estarem disponíveis materiais para este nível. Contudo, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 foi estabelecido pelo Primeiro Ministro de então, Dr. Pedro Passos Coelho, no XIX governo constitucional, um Plano estratégico para as migrações 2015-2020 que se compromete em “implementar políticas adequadas à integração social da população imigrante, assumindo como prioritárias as áreas da cultura e da língua, da educação e do emprego e qualificação profissional” (p. 1654- (2)). Este Plano promete promover a área de Educação intercultural nas escolas, integrando-a no currículo e na prática pedagógica, assim como realizar formações específicas nesta temática. De 2017 a 2020 estão previstas formações para todos os níveis de ensino, incluindo a EPE que contam com a intervenção do Ministério da Educação, Direção Geral da Cultura e Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE).

## **1.6. A Educação inter/multicultural na Educação Pré-escolar**

Perotti (1997, cit. por Borges & Silva, 2000) entende que a ação de educar deve estar primeiro que a ação de ensinar, e está convicto de que a Educação pré-escolar assume assim uma grande importância na preparação das crianças para uma sociedade multicultural. Assim, clama pela necessidade de um trabalho pedagógico ainda no Jardim de Infância, independentemente da presença ou não da diversidade de culturas, pois esta instituição a que chama de “primeira etapa da socialização secundária” tem que ter, como objetivo, “formar cidadãos para uma sociedade aberta e plural” (Borges & Silva, 2000, p.2).

Segundo Delors et al. (1996, p. 22) a educação é uma experiência social em que a criança está em contacto e onde aprende a “descobrir-se a si mesma”, onde pode desenvolver relações com os outros e adquirir bases “no campo do saber e do saber-fazer.” Conclui ainda que esta experiência deve ser feita antes da idade da escolaridade obrigatória, implicando inevitavelmente a presença da família e das comunidades de base. Esta afirmação vem adicionar a importância de serem exploradas na EPE a procura e a aceitação do outro. Não basta dar a conhecer “o outro” às crianças, é urgente que se partilhem as diversas culturas, pois fomentar o conhecimento e a partilha nas crianças pequenas é o primeiro passo a dar para futuros adultos de mentes abertas para realidade mundial, segundo os mesmos autores.

Lima (2013) é de opinião que, para que haja uma convivência harmoniosa e bem-sucedida entre todas as crianças, é essencial uma educação para o conhecimento, a

compreensão e o respeito. Assim, segundo o mesmo autor, a escola tem o papel fundamental de verificar se estes requisitos fazem parte de cada sala, em cada momento do ano letivo ou não letivo, curricular ou extracurricular. O Educador/professor desempenha um papel de mediador intercultural, ajudando a criança/aluno a “(re)construir o seu eu intercultural, sem ambiguidades, sem grandes conflitos interiores (...)” (Vieira, 2013, p. 119).

Franco (2006) menciona a Declaração de Jomtien de 1990 para lembrar que a educação de infância é a primeira etapa de educação e que dentro de outros aspetos importantíssimos para um desenvolvimento integral, está evidente o da socialização. Assim, o Educador tem aqui um papel determinante para formar futuros adultos para uma sociedade democrática e justa e acabar com o monoculturalismo, tão atual nos Jardins de infância, sejam ou não estes, pluriculturais.

É pois, nos primeiros anos de socialização da criança, no Jardim de infância, que se deve promover uma socialização baseada na aquisição de valores de tolerância e respeito pelos outros, porquanto é nestas idades que as personalidades estão ainda a ser formadas, defende Franco (2006). Porém, não se pode esquecer que a criança não se desenvolve só no contexto de educação mas que viveu anteriormente noutro, nomeadamente no seio familiar, e o educador não pode esquecer que o que a criança traz de casa influencia o seu desenvolvimento e aprendizagem. É pois premente que o educador estabeleça relações próprias com esse outro meio que envolve a criança, para que haja sucesso na sua aprendizagem (Ministério de Educação, 2016).

#### 1.6.1. Práticas pedagógicas da Educação intercultural

Nunes (2013) entende que não é fácil propor um ensino que respeite a diversidade cultural de todos os alunos, pois isso implicaria ter conhecimento da realidade social e cultural de cada um, mas afirma que só assim será possível traçar um projeto pedagógico para que haja uma igualdade de ensino-aprendizagem para todos.

A escola tem um papel preponderante para a inclusão de todas as crianças, sem que hajam “distinções nas condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconómicas ou outras”, o que requer da parte dos sistemas educacionais uma adequada planificação e organização, tendo em conta a diversidade de alunos, oferecendo “respostas adequadas às suas características e necessidades individuais” (Lorigo, 2011, p. 30). Esta autora prossegue dizendo que o êxito da integração na escola depende das atitudes dos professores que devem adaptar o currículo para que se estabeleça “uma relação harmoniosa entre as necessidades que o aluno apresenta e a programação curricular.”

Para Rocha (2006, p. 42) é de suma importância que nas práticas docentes, os educadores/professores estimulem os alunos, promovam a sua confiança e auto-estima, não discriminando as crianças de minorias étnicas. Portanto, face à diversidade cultural existente nos grupos, é imprescindível haver uma mudança nas atitudes e respeito pela identidade e cultura de origem de cada indivíduo. Souta (1997, cit. por Marques & Borges, 2012, p. 82) acrescenta que as práticas educativas devem ter como objetivo fundamental «coordenar, incentivar e promover, no âmbito do sistema educativo, os programas e as ações que visem a educação para os valores da convivência, da tolerância, do diálogo e da solidariedade entre diferentes povos, etnias e culturas».

Leal (2013, p. 35) defende uma aprendizagem cooperativa, como sendo uma boa estratégia para se conseguir uma igualdade de oportunidades, pois no seu entender, ela poderá “combater a discriminação social e motivar os alunos para a aprendizagem, em detrimento da aprendizagem baseada (...) no trabalho individual (...)” que, segundo o autor, pode acentuar ainda mais as diferenças entre as crianças. As intervenções não podem ser preparadas como se o grupo fosse homogêneo, porque desse modo as oportunidades são distribuídas de forma díspar e as atividades educativas devem ser estruturadas para que haja interação entre as crianças promovendo a tolerância e a inclusão, salienta Diaz-Aguado (2000, cit. por Leal, 2013).

Banks (2007, cit. por Lima 2013, p. 36) identifica cinco medidas da Educação intercultural que servem como “critérios de referência para a conceptualização, desenvolvimento e avaliação da teorização, investigação e prática associada a esta temática:

1. Integração de conteúdos.

Consiste na forma como os professores usam exemplos e conteúdos de uma variedade de culturas e grupos para ilustrar conceitos-chave, princípios, generalizações e teorias relativas às suas áreas curriculares ou disciplinares.

2. Processo de construção de conhecimento.

Consiste nos métodos, atividades e questões usadas pelos professores para ajudar os estudantes a entenderem, investigarem e determinarem o quanto as assunções culturais, os quadros de referência, perspectivas e preconceitos implícitos num contexto disciplinar, influenciam as formas através das quais se constrói o conhecimento.

3. Redução do preconceito.

Refere-se à caracterização das atitudes raciais dos alunos e às estratégias que os professores podem utilizar para ajudarem-nos a desenvolver valores e atitudes mais democráticas.

#### 4. Pedagogia igualitária.

Existe quando os professores modificam a sua forma de ensinar de forma a facilitarem o desempenho académico de estudantes de diferentes etnias, culturas e género. Sublinhe-se que igualitário não significa um tratamento indiferenciado, mas sim uma diferenciação que permita que todos tenham a mesma oportunidade de sucesso.

#### 5. Cultura escolar e estrutura social capacitada.

Esta dimensão conceptualiza a escola como um sistema social complexo que é maior do que qualquer das suas partes constituintes, como o currículo, materiais didáticos, atitudes e percepções do professor. Isto significa que para uma reforma efetiva da escola a totalidade do sistema tem de ser reestruturado e não apenas algumas partes.

Erlil e Gymnich (2010) caracterizam a competência intercultural/pedagogia intercultural enumerando três tópicos, que possibilitam ao profissional ter sucesso ao lidar com indivíduos de outras culturas:

1. A competência cognitiva: conhecimentos relevantes sobre culturas: sobre o seu funcionamento, diferenças e semelhanças; capacidade de autorreflexão: reflexão sobre os próprios conceitos e preconceitos, valores e atitudes.
2. A competência afetiva: Ideias e atitudes perante membros de outras culturas; reconhecer como condição imprescindível interesse e receptividade, para se poder colocar no lugar do outro; tolerância para a ambiguidade (saber viver com contradições).
3. A competência pragmática-comunicativa: emprego de técnicas e padrões de comunicação adequados; emprego de estratégias de resolução de conflitos eficazes; competências em línguas estrangeiras, em parte sobre a língua em si, mas também sobre culturas e os confrontos com elas.

Estas competências estão interligadas e devem ser constantemente readquiridas, em processo constante, advertem as autoras (Tradução nossa).

Lorigo (2011) reconhece que determinadas instituições condicionam a ação dos professores, em relação à dinamização de projetos, impondo o cumprimento do que consta no currículo, assim como a quantidade de crianças em grupos heterogéneos,

que em nada ajuda o trabalho individualizado que o Educador deve fazer para que todos se sintam integrados. Mas para Matos e Brito (2013) só a existência de uma escola multicultural permite uma educação multicultural, embora reconheçam também que o papel dos atores educativos não é fácil, pois exige destes um grande esforço e dedicação no grande desafio que é procurar as melhores tarefas pedagógicas e sobretudo saber que posição tomar perante a diversidade que enfrenta.

No que concerne ao material que os Educadores selecionam, estes devem ser pedagógicos, contendo referências aos diversos grupos étnicos, apresentando-os nas suas tarefas habituais, no país ou na cultura de onde são originários (Lorigo, 2011). A mesma autora destaca que nos livros escolhidos é importante que apresentem a contribuição das minorias na sociedade para algo que tenha tido importância em alguma área. Marques e Borges (2012, p. 84) lembram os livros (completamente ultrapassados) que continham uma imagem do “africano eternamente de «tanga» e a «lança» a pousar em frente da «cubata» como se o continente Africano fosse um só país e que todos que lá vivem fossem da mesma cultura, tivessem os mesmos costumes e todos de raça negra. Os autores referidos atrás, pensam que se deve analisar criticamente as imagens e conteúdos dos recursos que os Educadores utilizam, para verificar que imagens dos diversos povos e suas culturas são difundidas e se estas correspondem efetivamente à realidade de hoje.

Assim, depreende-se que as intervenções na sala devem ser muito “dinâmicas, lúdicas e que sejam transmissoras de valores como o respeito, tolerância, solidariedade, convivência múltipla, cooperação, partilha, etc.” (Lorigo, 2011, p. 31). Rocha (2006) acrescenta que para a promoção do sucesso, os Educadores devem utilizar dispositivos de diferenciação pedagógica, manter o currículo aberto à diversidade, elaborar projetos que envolvam toda a comunidade educativa, promover um contacto permanente com a família, comunidades e associações de imigrantes, para melhor compreender o seu modo de vida, os costumes, tradições e os valores que lhes são mais especiais. Lima (2013) alerta ainda que as tarefas propostas pelos Educadores não se podem cingir meramente à reprodução de factos, mas devem ser de carácter analítico, interpretativo e transmissor de conhecimentos e Rocha (2006) acrescenta que é importante que o Educador estimule a auto-estima e a autoconfiança da criança promovendo a autonomia (que é um dos objetivos da EPE) e fazendo parte no seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

Questionamos nós: Os Educadores estão devidamente preparados para abordar a Educação intercultural com as crianças?

Peres (2000, cit. por Rocha, 2006 p. 77) revela que sem querer generalizar, é de opinião de que “a maioria dos professores não está preparada para enfrentar os desafios

da integração sócio-cultural dos alunos pertencentes às culturas minoritárias.” Tem de haver uma “promoção e valorização de pensamentos, atitudes e ações consentâneas com os princípios democráticos de igualdade e respeito entre iguais”, o que não será possível, se se deixar o desempenho de cada Educador ao acaso, baseando-se na sua formação ou educação, sendo premente uma formação inicial e contínua que capacite todo o corpo docente a agir adequadamente (Lima, 2013, p.14).

#### 1.6.2. Formação específica/inicial e contínua de Educação intercultural

Rocha (2006, p. 83) refere a importância e urgência de uma formação adequada aos docentes que lhes permita desenvolver uma prática pedagógica, “tendo em conta os interesses dos alunos indo ao encontro das diretrizes curriculares estabelecidas” e fomentando uma educação de valores. A mesma opinião tem Lorigo (2011, p. 26) ao mencionar que, para serem de facto agentes de uma escola multicultural, os Educadores necessitam de uma formação, não só sobre a diversidade cultural, mas “também sobre a melhor forma de orientar o processo ensino aprendizagem de modo a veicular imagens, perspectivas e pontos de vista que desmistifiquem os estereótipos que por vezes se formam, promovendo, assim, a valorização e o respeito pelas diferentes culturas.”

A formação inicial deverá formar os futuros docentes no sentido de desenvolver competências não só ao nível científico, mas também pedagógico, possibilitando-os a um contacto com diferentes realidades culturais e uma aquisição de competências interculturais (Rocha, 2006).

Os futuros profissionais de educação devem ser sensibilizados na promoção do respeito da diversidade cultural (Rocha, 2006). Garcia (1990, cit. por Rocha, 2006, p. 84-85) chega mesmo a elaborar uma lista de conteúdos que deveriam fazer parte da formação inicial: “Teoria, Sociedade e Aula”. No item “Teoria”, os formandos devem ter conhecimentos como “cultura (s), assimilação, aculturação, etnocentrismo, relativismo cultural, etnia, deficiência cultural e diferença cultural, etc., que lhes permitam construir uma visão global das culturas, numa relação com a educação”, assim como as ferramentas metodológicas para lhes permitir o estudo da cultura da comunidade e da escola. No que respeita ao item “Sociedade”, devia ser transmitido “o conhecimento da história das culturas, semelhanças e diferenças das mesmas”, assim como os contributos que diferentes culturas prestam ao desenvolvimento da sociedade, principalmente no assumir de uma atitude positiva perante a diversidade, “problematizar os efeitos positivos e negativos da diversidade cultural, dadas as diferentes tradições e

estilos de vida e a hegemonia das classes sociais dominantes.” Quanto ao item “Aula”, este autor alude à importância de um “conhecimento de métodos e modelos de formação intercultural e sua aplicabilidade à educação bilingue”, de ter conhecimento de potenciais conflitos entre culturas e saber geri-los dentro da sala de uma forma correta, de “ser sensível e respeitar as várias diferenças”, utilizando diversos materiais e implementando práticas pedagógicas promovendo a interação de culturas.

Pensamos que se as licenciaturas de Educação Básica tivessem uma unidade curricular anual sobre Educação intercultural e o curso de Mestrado de Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º ciclo da Educação Básica tivesse uma unidade curricular anual, e específica de Educação intercultural para os dois níveis, seria uma mais valia para os futuros Educadores que, juntamente com outras formações iniciais e contínuas, teriam menos dificuldades em trabalhar esse tema com as crianças a seu cargo. Na opinião de uma das Educadoras entrevistadas, o que mais falta na formação, para além do que sugerimos, é uma unidade curricular de Ética e Deontologia, opinião com a qual concordamos em absoluto. Bastos (2014) lembra que no artigo 14º do Decreto-Lei 43/2007, que determina a habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, nas componentes de formação, está prevista na alínea d) uma Formação cultural, social e ética.

Rocha (2006) alude a uma intervenção de Ana Benavente num Seminário Europeu I, realizado em Lisboa entre 29 de fevereiro e 2 de março de 1996, onde solicitava que a formação inicial fosse revista: Já nessa altura se apresentava pouco eficaz e inadequada para os objetivos pretendidos da Educação intercultural nas escolas. Borges e Silva (2000) fazem um levantamento que incide num grupo de 159 docentes da EPE dos quais 66 exercem na rede pública, 51 numa IPSS e 28 no ensino particular e chegam à conclusão de que só 7,5% dos questionados tinham frequentado formações de Educação intercultural.

Borges e Silva (2000) chamam a atenção para o facto de que a formação deve ocorrer primeiro como uma formação inicial, mas também e especialmente numa formação contínua, pois esta deve promover a autorreflexão dos Educadores sobre as suas práticas pedagógicas, confrontando a realidade da diversidade cultural na sala. Para além destes aspetos, para Pereira (2004, cit. por Rocha, 2006, p. 19) também é importante que na formação se “desenvolvam atitudes e valores” nos Educadores para os sensibilizar “face aos preconceitos, estereótipos, injustiças, ao racismo e à discriminação”.

Alarcão et al. (1997, cit. por Bastos, 2014, p. 175-176) reconhecem que “a formação inicial é um aspeto importante da formação dos professores”, mas “tem de ser complementada pela formação contínua” de forma a facultar aos professores

“oportunidades de aprofundamento e atualização de conhecimentos e de desenvolvimento de competências várias ao longo da carreira, de acordo com as necessidades das suas experiências profissionais”. Na opinião de Rocha (2006, p. 87), a formação dos professores sobre a interculturalidade “não é a solução miraculosa” para trabalhar a diversidade cultural, mas uma estratégia que pode sensibilizar os docentes na “procura de justiça social e fomentação de valores de solidariedade, tolerância e respeito pelos outros”.

Rocha (2006) indica fatores que podem influenciar os docentes a investir nas formações contínuas para além da própria motivação pessoal, como os créditos para progressão na carreira que podem ser muito importantes.

Mas como dizia uma Educadora entrevistada, além de tudo, o conhecimento, esse, deve ser obtido até morrermos.

## **2. ESTUDO E METODOLOGIA**

### **2.1. Questão e objetivos da investigação**

Pensamos que este estudo possa ser relevante na medida em que a EPE é a primeira etapa de escolaridade onde as crianças iniciam a sua socialização. Elas representam o futuro da sociedade e devem crescer sabendo que têm o dever de respeitar as normas e valores de outras pessoas e descobrir modos de viver pacificamente com elas admitindo que há comportamentos que são orientados por costumes diferentes dos que pratica (Aguado et al., 2006).

Não será uma responsabilidade do adulto, do profissional de educação que as crianças cresçam com um “sentido de pertença e uma forte motivação para contribuir para a qualidade de vida, respeitando o homem, a natureza, o mundo físico e conceptual?” questiona Portugal (2008, p. 33). E Lorigo (2011, p. 33) acrescenta: Não será a instituição escolar a responsável pela “formação dos indivíduos e na transmissão de valores, como respeito por si mesmo e pelos outros, a tolerância pelas diversidades culturais, a preservação da identidade de cada um e da sua cultura” que são os valores que fundamentam a convivência na sociedade que todos nós queremos que seja “democrática e participativa”?

Defendemos que é a comunidade educativa, perante a diversidade de culturas evidente, que tem a responsabilidade de promover uma Educação que tenha como finalidade a igualdade de oportunidades para todos, uma educação para a equidade, ou seja, uma Educação intercultural (Aguado et al., 2002). A escola tem de estar preparada

para receber todos aqueles que a procuram, sejam eles pertencentes à cultura dominante ou minoritária (Lorigo, 2011). A favor do Educador está a flexibilidade do currículo, o facto de poder trabalhar com as crianças sem ter de seguir um programa rígido com objetivos e metas curriculares como nos níveis de ensino subsequentes ao da EPE.

O nosso trabalho parte da seguinte questão de investigação:  
Qual a perspetiva dos educadores face à diversidade cultural e de que forma esta se reflete na sua prática e nas estratégias utilizadas?

Definimos assim os seguintes objetivos:

- ✓ Saber se para os Educadores é importante dar a conhecer a diversidade cultural, mesmo não tendo nenhuma criança de diferente cultura no grupo;
- ✓ Conhecer a perspetiva dos Educadores sobre o impacto que pode provocar nas crianças o conhecimento de outras culturas;
- ✓ Saber se os Educadores, na sua prática pedagógica, abordam o tema da diversidade cultural;
- ✓ Saber quais as estratégias apontadas pelos Educadores para promover a partilha de culturas;
- ✓ Perceber o que os Educadores entendem por Educação Intercultural e quais os objetivos que lhe estão subjacentes;
- ✓ Saber a opinião dos Educadores sobre a pertinência da Educação intercultural na EPE;
- ✓ Perceber se os Educadores sentem a necessidade de ter uma formação específica, inicial e/ou contínua sobre Educação intercultural, para os ajudar a trabalhar a diversidade cultural;

## **2.2. Metodologia**

Segundo Freixo (2009, p. 156) todo o processo investigativo passa por três fases ou etapas, “a fase conceptual, a fase Metodológica e a fase Empírica”.

Assim sendo, na primeira fase, o autor sugere que depois de formular um problema de investigação que segundo Gil (2008) será o objeto de estudo, perceber se o problema “é testável cientificamente quando envolve variáveis que podem ser abrangidas ou manipuladas” (Gil, 2008, p. 53).

É do conhecimento geral de que a comunidade escolar hoje é composta por uma população constituída por diversos grupos étnicos com seus costumes, seus rituais e suas crenças. Assim, as questões-problema que pretendemos investigar são: Os Educadores estão cientes de que é premente trabalhar a diversidade cultural? Os

Educadores têm a percepção de que só uma Educação intercultural facultaria uma igualdade de oportunidades e uma equidade na educação de todas as crianças, seja qual for a sua origem cultural? Os Educadores sentem-se preparados para desenvolver uma pedagogia/educação intercultural?

Deste modo, seguindo as orientações de Gil (2008) perguntamo-nos “qual a importância deste fenómeno a ser pesquisado?” Deprendemos que numa sociedade multicultural, a que inequivocamente Portugal pertence, seja importante poder conhecer outras culturas e partilhá-las mesmo que não seja factual na sala do Pré-escolar. Sendo assim, partimos para outra questão recorrendo a Gil (2008, p. 53) “Que pessoas ou grupos serão beneficiados com o resultado desta pesquisa”? Ao considerarmos que a EPE, apesar de ser facultativa no nosso país, como a primeira etapa de socialização da criança após o seio da família, delegamos ao Educador o poder de, através das práticas educativas, facultar conhecimentos que influenciem as crianças no seu processo de desenvolvimento e capacidade para entender o mundo que as rodeia. Deste modo, pensamos que toda a sociedade sairá beneficiada, se as crianças tiverem uma mentalidade aberta, pois elas são o futuro da sociedade e esta quanto mais aberta for às mudanças que ocorrem no mundo, mais democrática e culta será.

Gil (2008) alerta, porém, para o facto de o problema exposto poder ser considerado, do ponto de vista social, como uma questão relevante para uns e nada relevante para outros, e a escolha do problema “está relacionada indubitavelmente com os valores de quem os julga” (p. 54). Este é um assunto que nos suscita interesse e esperamos conquistar o interesse das Educadoras para que se preocupem com esta temática.

Na segunda fase, seguindo Freixo, a Fase Metodológica, que “inclui todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção” (Freixo, 2009, p. 177) vamos escolher o desenho da investigação, isto é, falar dos métodos e procedimentos que utilizámos para obter as respostas às questões da investigação. Também é nesta fase que é definida a população e fazemos a escolha dos instrumentos que mais se apropriam para a recolha de dados.

### 2.2.1. Participantes

“Uma amostra é constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população (...)” (Freixo, 2009, p. 182). Para a nossa investigação, escolhemos 10 Educadoras, estando cinco a praticar na zona de Viseu (interior) e cinco na zona do Porto, (litoral). Recorremos a uma amostragem não probabilística por acessibilidade ou por conveniência, que, segundo Gil (2008), é quando o investigador seleciona os

intervenientes a que tem acesso, pondo a hipótese de que estes possam, de algum modo, representar a população em análise.

Na tabela 1 apresentamos as entrevistadas, as de Viseu e as do Porto, segundo a caracterização pessoal (Anexo A).

Tabela 1 - Caracterização pessoal da Educadoras.

Educadoras	Localização	Idade	Tempo de serviço
Educadora A	Viseu	52	31
Educadora B	Viseu	48	23
Educadora C	Viseu	51	26
Educadora D	Viseu	55	33
Educadora E	Viseu	35	11
Educadora F	Porto	43	16
Educadora G	Porto	35	13
Educadora H	Porto	34	10
Educadora I	Porto	57	34
Educadora J	Porto	40	12

Podemos observar que em relação às cinco Educadoras que exercem em Viseu, as idades variam entre os 35 e 55 e no Porto dos 34 aos 57 anos de idade. Quanto ao tempo de serviço, verificámos uma variação entre os 11 e 33 anos para as de Viseu e 10 e 34 anos para as do Porto.

Na tabela 2 – apresentamos o contexto onde as Educadoras exercem as suas funções e como podemos verificar, no que concerne às Educadoras a exercer em Viseu, quatro exercem em instituições estatais e uma numa IPSS, e as do Porto todas elas trabalham para IPSS. Das Educadoras a exercer em Viseu todas respondem positivamente quanto ao facto de terem trabalhado ou trabalham atualmente com crianças de culturas diferentes e as do Porto só uma afirma que nunca trabalhou nem trabalha no momento (Anexo B).

Tabela 2 – Caracterização do contexto de trabalho das Educadoras.

Educadoras	Localização	Instituição onde trabalha	Trabalhou/trabalha com diversidade cultural
Educadora A	Viseu	Estatal	Sim
Educadora B	Viseu	Estatal	Sim
Educadora C	Viseu	IPSS	Sim

Educadora D	Viseu	Estatal	Sim
Educadora G	Porto	IPSS	Sim.
Educadora H	Porto	IPSS	Sim.
<b>Educadora I</b>	<b>Porto</b>	<b>IPSS</b>	<b>Não.</b>
Educadora J	Porto	IPSS	Sim.

A Educadora D encarou a diversidade cultural como identidade cultural individual, e quando questionada se nos diferentes grupos de crianças com que trabalhou/trabalha houve alguma de cultura diferente, responde: “Não existe uma cultura diferente na minha sala existem várias culturas diferentes: existem 13 crianças com culturas diferentes. Cultura é aquilo que nós temos enquanto pessoas”. Lorigo (2011, p. 13) explica que “a cultura é particular ao homem”, “mas também particular de cada homem”, já que em diferentes modos “se envolve com os outros e com o mundo.” Martins (2009, p. 2) justifica que a globalização é um processo que diminui o constrangimento geográfico entre povos, e daí poderá resultar “uma difusão das condutas sociais e culturais de uma determinada comunidade ou sociedade”. Sendo assim, pensamos que não é estranho verificarmos que os portugueses adotaram costumes, seja de vestuário, gastronomia ou outra que nada tenha a ver com a tradição portuguesa.

Todavia, como dissemos desde o início, a nossa investigação está focada na cultura dos descendentes de imigrantes e nos refugiados de guerra, cuja cultura é francamente distinta da portuguesa.

### 2.2.2. Instrumentos

A nossa investigação é do tipo qualitativa, que segundo Freixo (2009) tem como finalidade compreender um fenómeno segundo a perspetiva dos sujeitos interpelados. Assim, utilizamos a entrevista como técnica de recolha de informação cuja etimologia Freixo (2009, p.191) esclarece ser “uma palavra constituída por duas: “entre” e “vista”: enquanto a primeira indica “a relação de lugar em estudo no espaço que separa duas pessoas” a segunda indica um “ato de ver, ter preocupação com algo”.

Freixo (2009) elucida-nos que, para recolha de informações, pode-se escolher a entrevista, observação e questionário. Para este estudo escolhemos a entrevista por possibilitar um contacto com a realidade que será um modo de o problema ser cada vez mais claro e específico, o que terá um contributo mais positivo para a investigação (Gil, 2004).

Duarte (2004) é de opinião que o facto de ser uma investigação qualitativa não tem de forçosamente adotar o processo da entrevista. Explica que há muitos mais

métodos, como por exemplo, fazer observações de campo e dos registos tomados torná-los fontes, assim como também fotografia, vídeos, questionários, etc., esclarecendo que o que dá o carácter qualitativo “não é necessariamente o recurso de que se faz uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo” (Duarte, 2004, p. 215). Mas segundo este mesmo autor as entrevistas são fundamentais quando se precisa “mapear práticas, crenças, valores (...) que julgamos ser o objeto deste estudo.

Posto isto, para o nosso trabalho de pesquisa escolhemos a entrevista estruturada, em que, como explica Freixo (2009, p. 192), “o entrevistador, estabelece um roteiro ou guião prévio de perguntas, não havendo liberdade de alteração de tópicos (...)”. Segundo este mesmo autor, a entrevista é classificada por estruturada, quando as questões estão previamente elaboradas e por não estruturada que pode ser focalizada, (com um recurso a um roteiro, de tópicos sobre o tema a abordar), clínica (com perguntas específicas) e não dirigida (quando o entrevistador sugere um tema e o entrevistado fala livremente sobre o mesmo).

Freixo (2009, p. 192) atenta que as questões apresentadas devem ser as mesmas para todos os entrevistados, permitindo ao entrevistador compará-las, tendo o mesmo conjunto de perguntas “e que diferenças a existirem devem situar-se nas respostas dos respondentes e não nas perguntas formuladas”. Duarte (2004, p. 215) alega ainda que se as questões da entrevista forem bem realizadas, permitirão ao pesquisador “fazer uma espécie de mergulho em profundidade” recolhendo dados de como cada um dos sujeitos percebeu a sua realidade o que permite ao pesquisador perceber a lógica que lidera o grupo entrevistado, o que se torna difícil obter com outro sistema de recolha de dados. Leal (2010, p. 53) acrescenta que “uma entrevista estruturada facilita a análise dos resultados, por dois motivos – por um lado, há menos informação” e, por outro lado sendo as questões fechadas serão mais completas.

A estrutura da nossa entrevista foi elaborada a partir de três dimensões:

1. A diversidade cultural. Uma vez que está patente nas escolas cada vez mais, pretendemos saber se da parte das entrevistadas havia interesse em trabalhá-la pelo que questionámos se alguma vez tinham trabalhado com crianças de cultura diferente, se sim, como o fizeram e se não, se pensavam que deveria ser feito, como e porquê.
2. A Educação intercultural. Pedimos às entrevistadas para nos transmitir o que pensavam ser Educação intercultural e os objetivos nela inerente assim como desenvolvê-la na EPE.

3. Formação específica/inicial e contínua de Educação intercultural. Pretendemos saber se para as Educadoras é importante ter formação seja inicial ou contínua em Educação intercultural e se gostariam de ter, caso não tivessem.

Gil (2008, p. 128) define a entrevista como uma forma de diálogo assimétrico, em que o entrevistador quer colher informações e o entrevistado apresenta essa fonte de informação, concluindo que é “uma forma de interação social.” Este autor assevera que esta técnica é mais usada no âmbito das ciências sociais, que serve não só para recolher dados, mas também para diagnosticar e orientar (Gil, 2009). Silltitz (1967, cit. por Gil, 2009) conclui que a entrevista é muito adequada para a consecução de informações acerca do que as pessoas acreditam, esperam e sentem, assim como explicam as suas razões.

### 2.2.3. Procedimentos

Em Viseu, estabelecemos contacto, via correio eletrónico com uma Educadora, sendo que esta nos forneceu o contacto de mais duas. Combinado o dia pelo mesmo meio, dirigimo-nos pessoalmente à escola para gravar as entrevistas e fomos apresentadas a mais Educadoras com as quais marcámos o dia que mais lhes conviesse para uma entrevista. No dia combinado deslocámo-nos à escola para efetuá-las. No Porto, as Educadoras foram contactadas, a nosso pedido por uma Professora que marcou os dias mais oportunos e de maneira a que pudessem ser feitas todas no mesmo dia, pelo que nos deslocámos ao Porto para as realizar pessoalmente.

Começamos por abordar a questão da ética que é exigida numa investigação, sendo que se apresenta como um conjunto de “permissões ou interdições que assumem especial valor e significado na conduta dos indivíduos (...)” (Freixo, 2009, p. 178). Assim, declaramos que as entrevistadas foram informadas no seu direito de não querer participar, e que garantimos a confidencialidade das informações, assim como o seu anonimato. Posto isto, as educadoras foram identificadas por letras (de A a J) e foi-lhes entregue uma Declaração de Consentimento Informado (Anexo C) no início da entrevista, para que assinassem. Todas as que aceitaram foram solícitas e muito atenciosas.

As entrevistas foram formuladas após a realização de um guião estruturado, onde expusemos as etapas, tempo cronológico estipulado para cada questão, os objetivos e o conteúdo de cada etapa (Anexo D). Após estas informações, gravámos as entrevistas, explicando que seriam transcritas exatamente como tinham sido gravadas. O guião continha uma questão sobre o tema "Projeto Educativo" que, segundo algumas

Educadoras, poderia conduzir à identificação das entrevistadas, o que levou a que a questão e a respetiva resposta fossem anuladas.

O tempo que pensámos ser satisfatório para levar esta entrevista, (30 minutos), foi minorado para 15 minutos (em média) pois esperávamos que na parte em que lhes foi pedida para nos falarem das práticas pedagógicas para trabalhar a diversidade cultural, as Educadoras explicassem com detalhe, mas foram muito sucintas. Pensamos que uma das razões pudesse ser falta de tempo.

#### 2.2.4. Processo de análise de dados

A análise de conteúdo de dados é, segundo Bardin (1997) desenvolvida em três fases:

1. Pré-análise – que é a fase da organização, fazendo um primeiro contacto com os dados, uma leitura flutuante, seguindo-se à preparação da análise.
2. A exploração do material, que consiste em codificar a informação, proceder ao recorte (escolha das unidades), à enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação, (escolha de categorias).
3. Tratamento de dados, inferência e interpretação que têm como objetivo tornar os dados válidos e eloquentes. Às informações obtidas vão-se formando generalizações, o que torna a análise de conteúdo um importante instrumento.

A análise e interpretação das afirmações fornecidas pelos participantes, tem como finalidade fornecer respostas ao problema escolhido para a investigação e a “procura do sentido mais amplo das respostas” segundo nos esclarece Gil, (2008, p. 156).

Selltiz et al. (1967, cit. por Gil, 2008, p. 157) afirma ainda que se pode observar os seguintes passos no processo de estabelecimento de categorias dos conteúdos:

- a) O conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação;
- b) O conjunto de categorias deve ser exaustivo;
- c) As categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas.

Para facilitar a o agrupamento em categorias, torna-se necessário estabelecer um princípio de classificação, afirma Gil (2008). Para tal, utilizámos um programa QSR Nvivo 11 que é um programa informático de análise de dados qualitativos. Assim, após

as entrevistas serem colocadas no programa, começámos por definir dimensões, categorias e subcategorias e organizá-las em tabelas.

### 2.3. Apresentação e discussão dos resultados

Deste modo depois de analisar o conteúdo das 10 entrevistas (Anexo E) definimos 3 dimensões, agrupadas pelas características em comum entre elas, e foram assinaladas 140 unidades de registo.

Tabela 3 - Dimensões resultantes da análise de conteúdos das entrevistas

Dimensões	Nº de Referências
Diversidade cultural	63
Educação intercultural	57
Formação	20
Total de referências	140

#### a) Diagnóstico da dimensão Diversidade cultural (Anexo F).

Tabela 4 – Categorias referentes à Diversidade cultural

Categorias	Subcategorias	N.º de referências
Abordagem com as crianças	Sim. Porquê?	9
	Outras respostas	1
Estratégias	Troca de experiências	2
	Abordagem com canções	3
	Abordagem com histórias	4
	Abordagem com dança	1
	Convite à família para partilhar	2
	Utilização de todas as áreas	1
	Convite à criança para partilhar	2
	Festejo dos dias comemorativos	1
	Estratégias diferenciadas	1
	Pesquisa na internet	1
	Convívio entre famílias	1
Importância da abordagem da diversidade	Sim. Porquê?	8
	Outras respostas	2

Importância da partilha em grupo	Sim. Porquê?	10
Impacto nas crianças	Promover o conhecimento	6
	Saber que a diversidade é sempre uma mais valia	2
	Despertar a criança para a diferença	1
	Aprender a respeitar os outros	2
	Ajudar na adaptação à diversidade cultural existente	2
	Ajudar na aceitação de novos valores, atitudes e comportamentos	1
Total de referências		63

Todas as Educadoras pensam que é muito importante trabalhar a diversidade cultural uma vez que hoje é evidente nas escolas. Contudo, umas em contextos pontuais: “Sim, por acaso falamos há pouco sobre os refugiados (...)”; “Sim. No dia Mundial da Tolerância (...)” e outras ao longo do ano: “Falo sempre, todos os anos”; “Sim, vou falando ao longo do ano letivo” porém apesar de lhes ter sido pedido para explicarem porque o fazem, só uma responde: “Para que as crianças saibam que existem outras culturas (...)”.

O que podem fazer nas estratégias para contribuir para isso, não está muito aprofundado e, nas respostas não ficou implícita uma preocupação em planificar as intervenções com esse objetivo específico, parecendo que só falam nesse tema, quando vem a propósito. Assim, é referido, para além de outras estratégias, quatro vezes que usam uma história, e três vezes que utilizam a canção, sem esclarecerem qual. Apesar disso, pensamos ser interessante a referência ao envolvimento da família como estratégia, tal como duas Educadoras mencionam: “Envolver as famílias”; “ (...) uma partilha entre os pais de culturas diferentes com os pais da cultura daqui”, apesar de mais uma vez não detalharem como o fariam.

Como explica Lima (2013, p. 93) “as tarefas propostas não se devem cingir meramente à reprodução factual de informação. Devem focar-se na aplicação, análise, interpretação e transmissão de conhecimento” e Lorigo (2011, p. 31) acrescenta que devem ser, “tanto quanto possível, dinâmicas, lúdicas e diversificadas, geradoras de aprendizagens significativas, propiciando aos alunos conflitos cognitivos de reflexão e confrontação.” Não nos esqueçamos que nas OCEPE (1997) está descrito que todas as práticas pedagógicas devem ter intencionalidade educativa que exige uma interação entre observar, registar e documentar, planear, avaliar e agir.

Quando as Educadoras falam em abordagens com canções e histórias, não as especificam, a não ser uma das Educadoras que diz o título do livro: “Tantos meninos diferentes e todos iguais”, não explicando como o utilizará para trabalhar a diversidade cultural. Não sabemos, portanto, se os livros escolhidos foram os mais exequíveis para trabalhar este tema, ou se a seleção dos mesmos corre o perigo de “transmitir ideias preconceituosas” avisa Lorigo (2011) e porquê? A mesma autora explica que nem sempre o sublinhar constantemente as diferenças, sejam elas étnicas, de raças ou qualquer outra, se confirma ser benéfico, pois pode criar preconceitos que ainda nem existam ou podem já existir, nas crianças. Pensamos que ao afirmarmos que as crianças são todas diferentes e todas iguais, devemos marcar bem que são iguais nos seus direitos, oportunidades e deveres, e são todas diferentes, porque cada um tem uma identidade cultural que o distingue do outro. Marques e Borges (2012, p. 100) alertam para o facto de nem sempre as representações da alteridade que os livros contêm, contribuem para “uma real compreensão multicultural do mundo, livre de imagens feitas, de arcaísmos e de preconceitos”. Quanto aos livros que abordam animais as mesmas autoras alertam ainda para a exigência de um trabalho da parte do Educador para descodificar e transpor as analogias, entre humanos e animais, que existem nos contos para que as crianças percebam bem a mensagem.

Uma das Educadoras (a única que tem uma formação em Educação intercultural) na entrevista conta que tem na sala uma boneca branca, outra preta e ainda outra chinesa. Ao aperceber-se que a boneca preta nunca era escolhida para brincar questionou as crianças, que lhe responderam que era feia e má. Refere que até trabalha a diversidade cultural com eles, (não revelando como) pois a escola onde exerce é conhecida por ser muito diversa culturalmente, mas que as crianças trazem essas informações de casa. Por esse motivo pensamos que seria também muito pertinente haver um convívio entre as famílias para que se pudessem conhecer, como sugeriram duas Educadoras na entrevista.

Recordemos que a ACIDI I.P., explica que a diversidade cultural é uma temática real em Portugal, mas que tem de haver uma consciência do que nos traz essa multiculturalidade, não bastando só reconhecê-la. Pelo “respeito pelo outro enquanto ser diferente com identidade própria” (Rocha, 2006, p. 43) os Educadores têm que optar por uma pedagogia intercultural, para promover um melhor relacionamento entre todas as crianças e a eliminação de atitudes xenófobas, que emergem pela ignorância e que provoca atitudes racistas (Rocha, 2006).

Quando inquirimos o que as entrevistadas pensavam da importância de abordar a diversidade cultural mesmo que não houvesse uma criança de cultura diferente no grupo, todas afirmaram ser importante. Todas justificam-no bastante bem, algumas

adiantando que era importante prepará-las para o futuro para sociedade multicultural: “Sim, porque pode não haver no grupo, mas há na sociedade e a criança deve estar preparada para uma sociedade dinâmica e intercultural”; “Sim, acho que deve ser sempre trabalhado. Porque durante a vida as crianças podem interagir com pessoas com outras culturas (...) vão se tornando adultos tolerantes.” Uma Educadora refere que não pensa ser “obrigatório” e que “depende do tipo de PA”. Lembramos que esta Educadora é a única entre as 10 entrevistadas que respondeu nunca ter trabalhado com crianças de diferentes culturas.

A questão seguinte refere a importância que as Educadoras dão, ou não, ao facto da criança partilhar a sua cultura diferente com o resto do grupo. As Educadoras entrevistadas são unânimes em afirmar que é importante: Uma Educadora é de opinião que assim se ficam a conhecer melhor; outra pensa ser muito importante porque “é através do conhecimento que se derrubam os medos (...)”; outra ainda refere que: “Sim porque a cultura dela da qual se deve orgulhar (...)” e também uma que justifica que assim “se integra melhor”. Quanto à última opinião, Rodrigues (2013) refere que em muitos profissionais de educação existe uma aceitação da cultura minoritária, mas uma grande preocupação em que esta seja ajustada à cultura dominante.

Quanto ao impacto que provoca nas crianças conhecer novas culturas, a maior parte refere que o conhecimento só beneficia a criança “abrindo-lhes o horizonte”, “tornam-se adultos tolerantes”, “respeitam o outro como ser individual”, “aprendem a ter “respeito pelas tradições diferentes das deles”. No entanto, não parece estar claro para as entrevistadas que a diversidade deve ser encarada “como uma fonte de desenvolvimento e enriquecimento mútuo, incrementando o respeito pelos outros e a compreensão mútua” segundo afirma Rocha (2006, p. 17), preocupando-se unicamente que a criança que vem de fora se sinta bem e seja aceite.

#### *b) Diagnóstico da Dimensão Educação Intercultural (Anexo G)*

Pretendíamos saber, com esta dimensão, se as Educadoras tinham conhecimento da definição e objetivos inerentes da Educação intercultural.

Tabela 5 - Categorias referentes à Educação Intercultural

Categorias	Subcategorias	N.º de referências
------------	---------------	--------------------

Definição	Promoção e valorização da diversidade cultural	3
	Reconhecimento da diversidade cultural	2
	Integração na cultura portuguesa	1
	Troca de informações sobre culturas	3
	Aquisição de informações	1
	Integração de crianças de outras culturas	3
	Sensibilização para novas culturas	2
	Interação em diferentes níveis	1
	Educação para todos	3
Objetivos	Integrar a criança de cultura diferente	2
	Promover a igualdade de oportunidades	2
	Promover conhecimento	4
	Tornar o mundo num ideal humanista	1
	Partilhar culturas	2
	Respeitar outras culturas	3
	Promover a socialização entre culturas	4
	Educar para a diferença	1
Projeto Educativo	Sim	10
Importância na EPE	É importante, porquê?	2
	É muito importante, porquê?	7
Total de referências		57

Podemos verificar que na definição do que pensam ser a Educação intercultural foi referenciada uma educação para promover e valorizar a diversidade cultural, reconhecê-la, respeitar a cultura dos outros, partilhar conhecimentos. Uma Educadora refere que ajuda a “envolver” a criança na cultura onde está inserida e outra vai mais longe afirmando que significa “respeitar a cultura dos outros integrando-as [as crianças de cultura minoritária] na nossa própria cultura”.

Mais uma vez foi aludida a ideia de que são as crianças de culturas diferentes que se devem integrar, para serem respeitadas e aceites pelas crianças portuguesas. Já Lorigo (2011) alertara que é assim que muitos Educadores/Professores encaram a diversidade na sala pretendendo que o aluno que vem de fora, como minoria, se adapte aos alunos que pertencem à sociedade que os recebeu.

Analisando o conteúdo das entrevistas, podemos perceber que o que falta na definição de Educação intercultural é precisamente a “preparação de dinâmicas interativas de partilha entre culturas” (Santos, 2013, p. 116). Vieira (1999, p. 123) lembra que etimologicamente, educar significa “levar a atingir um fim, um objetivo pré-estabelecido.” As definições que as Educadoras deram como sendo uma Educação

intercultural estão mais identificadas com aquilo que alguns autores nomeiam de Educação multicultural: As Educadoras colocam as crianças em contacto com as diferentes origens étnicas e culturais, procurando criar nelas “a aceitação e o respeito por cada uma dessas diferentes origens, mas não preparando dinâmicas interativas de partilha entre culturas” (Santos, 2013, p. 116). “Aprender deixa de ser apenas a aquisição de factos e conhecimentos, ela é também, e cada vez mais, o desenvolvimento de capacidades reflexivas e críticas” (Borges & Silva, 2000, p. 2). Falta aqui a pedagogia intercultural que define a Educação intercultural, com competências cognitiva, afetiva e pragmática-comunicativa que atrás referimos (Erlil & Gymnich, 2010).

Em relação aos objetivos da Educação intercultural, a maioria recaiu para o facto de promover a socialização entre culturas assim como promover o conhecimento. Faltou o essencial: mostrar às crianças, mesmo de pouca idade, que têm responsabilidades sociais perante os outros, e que é importante criar um modo, o mais harmonioso possível, entre todas as crianças, sejam elas de que origem forem (Ouellet, 1991, cit. por Gonçalves, 2013).

Nenhuma das Educadoras relacionou o facto de ser necessária uma educação adaptada à diversidade dos alunos que possa garantir uma igualdade de oportunidades na obtenção das competências necessárias para a inclusão ativa num mundo complexo como o que vivemos, ou seja uma Educação intercultural (Díaz-Aguado, 2000, cit. por Lima, 2013). Lopes-Cardoso (2008, p. 25) refere-se à Educação intercultural como inter-relações e “intercâmbios de saberes, de experiências e de culturas”. Mas chama a atenção para o facto de acontecer com frequência que a cultura dominante do país de acolhimento apareça como cultura de referência, sendo a cultura dos emigrados deixado para segundo plano “sem ser apreendida e aceite de forma global”.

Ao questionarmos se o PE, que são elaborados para o Agrupamento de Escolas, contemplam uma Educação intercultural todas as entrevistadas anuem afirmativamente, mas nenhuma delas explicita como. Os temas do PE não estão aqui mencionados, a pedido de algumas entrevistadas, como já explicámos anteriormente, por recearem que as instituições pudessem ser reconhecidas. Martins (2002, p.100) é de opinião de que no PE da escola, deve estar claro a análise da diversidade cultural, explicitando “os valores que definem a identidade da escola e a postura frente às questões educativas fundamentais. Pelo que podemos observar, os temas são sugestivos para trabalhar a Educação intercultural, mas não estão bem explícitos, como propõe Martins. Interessante foi verificar que uma das Educadoras abordou a questão que, na sua profissão, se deve distinguir o que ela é, como pessoa, e deverá ser como profissional de educação, indo ao encontro do já citado Vieira (2013, p.121), que recordamos ter dito

que para o educador/professor “educar na e para a diversidade”, deve reconhecer o seu “eu pessoal e profissional”.

Sabemos que os objetivos são estruturados a partir do PE, que “tem por princípio ir ao encontro das necessidades da população a que se destina e tendo por referência a sociedade em que vivemos” segundo explica Borges e Silva (2000, p. 9) e que é elaborado para todo o Agrupamento a que pertence, mas para além disso, os Educadores regem-se pelos PA. Nestes, estão estruturados com pormenor as atividades para trabalhar na sala que são planeadas pelos Educadores, normalmente de todo o agrupamento, portanto, mesmo que não esteja no PA elas podem introduzir, se pensarem ser essencial. Uma Educadora, quando entrevistada, menciona que, por vezes, a diversidade cultural até está contemplada no PE, mas que se não for mencionado no PA, nada se faz. Outra realça que, mesmo estando mencionado no PA, limitam-se a falar dos festejos comemorativos e nada mais.

Para finalizar, todas as Educadoras afirmam categoricamente que é na EPE que se deve desenvolver uma Educação intercultural, por ser a primeira etapa onde se promove a socialização e comunicação. Uma das Educadoras refere-se ao facto de que quando a criança entra na EPE, têm de lidar primeiro com a adaptação, seguido da socialização, trabalhando primeiro em pequenos grupos a inter-relação para que seja autónoma, um dos grandes objetivos da EPE, mas não esclarece como o faz se a criança for de outra cultura e proveniente de um círculo familiar arraigado de costumes completamente diferentes dos que encontra. Outras justificam, “(...) porque a EPE é a base da educação (...)”; “ (...) porque logo desde cedo devemos trabalhar os valores morais e culturais”; e finalmente outra vaticina: “Eu acho que sim, muito importante, se não é nestas idades que se trabalha isso, depois já é tarde.

*c) Diagnóstico da Dimensão da Formação. (Anexo H)*

Das dez entrevistadas, só uma Educadora fez uma formação em Educação intercultural, sendo que as restantes não tiveram alguma formação específica, apesar de duas terem tido uma “cadeira” de Educação intercultural na licenciatura, mas que, segundo as próprias, não foi muito aprofundada.

Tabela 6 - Categorias referentes à Formação

Categorias	Subcategorias	N.º de referências
	Sim.	1

Formação específica/inicial/contínua	Não.	9
Importância da formação	Sim. Porquê?	10
Total das referências		20

Quanto à urgência de terem uma formação todas concordam absolutamente que faz muita falta e justificam que além de ser sempre uma mais valia e mais um conhecimento, também: “(...) porque ia ajudar a compreender melhor e interagir com as crianças e com os pais (...)”; “(...) para nos atualizarmos, pois devemos estar em constante formação para poder acompanhar o que se passa na sociedade.” E outra Educadora conclui que “(...) afinal quanto mais conhecimento, mais e melhores profissionais seremos”.

Temos de concordar com Leite (2002, cit. por Rocha, 2006) quando afirma que ao nível do primeiro ciclo, tem havido menos investimentos na formação de professores, já nem falando na EPE, que nem obrigatoriedade (ainda) tem em Portugal. Assim, tal como Rocha, (2006, p. 21) constata “é nos primeiros anos de escolaridade que o sistema educativo mais tem penalizado as crianças oriundas de grupos sociais pouco escolarizados e desfavorecidos (...)”. Pereira (2004, cit. por Rodrigues, 2013, p. 34-35) alerta que a formação não se deve centrar apenas “no acesso à formação e ao conhecimento sobre teorias, modelos e estratégias de educação multicultural” mas também desenvolver “atitudes e valores que tornem os professores sensíveis face aos preconceitos, aos estereótipos, às injustiças, ao racismo e à discriminação.”

## CONCLUSÕES FINAIS

A globalização trouxe para a sociedade portuguesa uma diversidade que não pode ser mais negada, por ser uma realidade atual e que prevalecerá no futuro.

Sousa Santos (2003, cit. por Silva, 2010, p. 22) afirma que, com a globalização surgem “conjuntos diferenciados de relações sociais” que podem propiciar conflitos, e consequentemente “haverá povos ou culturas vencedoras e vencidas.” Sendo assim, a mesma autora alerta para a importância de defender as minorias discriminadas, gerando um sistema que se adapte a esta realidade, de modo a que “todos os grupos sociais beneficiem da realidade atual (...) e “onde não ocorram classes vencedoras e vencidas” (Sousa Santos, 2003, cit. por Silva, 2010, p. 24).

A escola é um espaço privilegiado para a socialização, um espaço em que se misturam culturas o que pode suscitar tensões e conflitos (Silva, 2010). Já deixamos claro que defendemos que é na EPE, como primeiro local de socialização depois da família, que se deve trabalhar a consciencialização dos direitos humanos e assim evitar possíveis conflitos sociais no futuro.

Neste estudo refletimos no poder que os Educadores possuem e o seu valioso contributo para que as crianças na faixa etária dos três aos cinco/seis anos de idade tenham conhecimento das diferentes culturas existentes à sua volta, respeitando-as e valorizando-as. Mas também queremos destacar que o PE deve mencionar claramente que se deve trabalhar a diversidade cultural e no PA deve haver um “realismo na escolha das atuações, de modo a que os objetivos sejam obtidos com os recursos disponíveis” tal como alerta Martins (2002, p. 101).

É um trabalho árduo, o do Educador, mas crucial para a diminuição de estereótipos e atitudes discriminatórias nestes futuros adultos, se hoje lhes for proporcionada uma Educação intercultural. Afinal, todos queremos uma sociedade desenvolvida onde prevaleçam os direitos e deveres para todos, assim como a igualdade de oportunidades e por isso todos temos um papel importante a desempenhar. Quando falamos em todos, referimo-nos ao empenho ativo do governo, das estruturas, da comunicação social e, claro, do ensino.

Concordamos com Gonçalves (2004, cit. por Borges, 2008), que afirma que em maior ou menor escala, os modelos de “assimilação” e “integração” da diversidade cultural são os mais adotados nas práticas educativas numa sociedade multicultural. Marques e Borges (2012, p. 99) entendem que numa Educação inter/multicultural os Educadores são desafiados a fazer “uma permanente articulação entre os conteúdos e o processo de ensino/aprendizagem” com a realidade “sociocultural envolvente” beneficiando da flexibilidade do currículo.

Concordamos com Martins (2012, p. 98), que afirma que a Educação intercultural não pode assumir “toda a responsabilidade na concretização das igualdades e da justiça cultural” permitindo, sim, “desenvolver mecanismos pedagógicos e axiológicos úteis para a interação dialógica entre as pessoas de culturas distintas, num ambiente democrático respeitador da diversidade.” Os Educadores devem “ter um sentido claro da sua própria identidade étnica e cultural, para poderem compreender a dos seus alunos e respetivas famílias” (Zeichner, 1993, cit. por Vieira, 2013).

A nossa preocupação foi sustentarmo-nos em investigações, para que pudéssemos analisar os conteúdos das entrevistas às Educadoras e percebemos que há pouco conhecimento sobre a Educação intercultural, pouco interesse e definitivamente não é uma prioridade trabalhar a diversidade cultural com as crianças. Pensamos que da parte das Educadoras parece haver uma certa apatia e pouco interesse em querer fazer a diferença ou talvez não se apercebam da importância da temática e do seu papel na vida das crianças com quem trabalham e limitam-se a seguir o que lhes é proposto no Plano de Atividades.

O Educador deve fomentar uma aprendizagem cooperativa que, na opinião de Leal (2010, p. 38) é uma forma de combater o desinteresse e a desunião entre os membros do grupo porque todos têm o mesmo estatuto: “todos têm opinião e conhecimentos para transmitir.” E se não têm as competências interculturais necessárias devem procurar formações que o ajudem a encontrar-se, defende Zeichner, (1993, cit. por Vieira, 2013). Verdade é, que a falta de formações para este nível de ensino não ajuda nada, mas pode partir do Educador querer estar informado até porque um docente, seja de que nível for, tem de se manter atual e ser autodidata e reflexivo. Não esqueçamos a força com que as tecnologias de comunicação e informação entraram na nossa vida e até onde nos podem levar, trata-se só de saber procurar a veracidade nos inúmeros trabalhos que estão expostos.

Também entendemos as dificuldades que os Educadores têm em trabalhar com a (grande) quantidade de crianças que têm na sala e na falta de apoio das técnicas operacionais que têm muitos outros trabalhos em mãos, para além daquele que têm na sala, o que pode explicar, de certo modo, a apatia dos Educadores. É preciso que estes queiram ter um papel redundante na formação das crianças e que sintam uma necessidade de serem diferentes daqueles que ensinam sempre o mesmo, de ano para ano, não acompanhando a evolução da sociedade. Não é fácil, mas é possível.

Em jeito de conclusão, concordamos com Lorigo (2011) ao afirmar que só com a gestão flexível do currículo, a formação dos professores (inicial e contínua) e a adoção de práticas pedagógicas interculturais é possível promover uma Educação intercultural.

Este trabalho não pode, de todo, sugerir que estas conclusões sejam generalizadas. No entanto, esperamos ter surtido algum interesse para que no futuro, surjam mais investigações nesta temática e que surjam resultados muito mais positivos que neste.

“Se és diferente de mim, meu irmão, em vez de me prejudicares, enriqueces-me.”

Antoine de Saint-Exupéry

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIDI I.P (s/d) *Interculturalidade*. Banco de recursos do CIDAC Obtido em: [http://bancorecursos.cidac.pt/pdfs/1381756807Interculturalidade\\_Textos\\_Materiais.pdf](http://bancorecursos.cidac.pt/pdfs/1381756807Interculturalidade_Textos_Materiais.pdf)
- Aguado, T., Álvarez, B., Ballesteros, B., Castellano, J. L., Cuevas, L., Jaurena, I. G., ...Tellez, J. A. (2003). *Guia Inter – Um guia prático para implementar Educação intercultural na escola*. Espanha: Universidad Nacional de Educacion a Distancia.
- Alarcão, I., Leitão, A., & Roldão, M. C. (2009). Prática Pedagógica Supervisionada e Feedback Formativo Co-constutivo. *Revista Brasileira de Formação de Professores*, 3(1), 2-29.
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Assembleia Nacional das Nações Unidas (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: UNICEF.
- Associação de Professores de Matemática, (1997). *Proposta de Acompanhamento do Programa do Secundário*. Obtido de: [http://www.apm.pt/files/\\_laboratorios\\_de\\_matematica\\_44bcb512eb75a.pdf](http://www.apm.pt/files/_laboratorios_de_matematica_44bcb512eb75a.pdf)
- Barbosa, A. J. G., Campos, R. A., & Valentim, T. A. (2011). Diversidade em sala de aula e a relação professor-aluno. *Estudos de Psicologia* 28(4), 453-461.
- Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, M. S. A. (2014) *A Educação Intercultural na formação contínua de professores de línguas* (Tese de Doutoramento). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Borges, M. A. G. B. (2008). *Que educação “inter/multicultural” para o jardim-de-infância? Os livros infantis e os seus efeitos* (Tese de mestrado). Universidade do Algarve.

- Borges, M.L. & Silva, M.S. (2000). “Educação Intercultural no pré-escolar: das representações às práticas”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa. Passado recente, futuro próximo*. Coimbra.
- Calheiros, M. C., & Piscalho, I. (2013). Quefazeres... um percurso de reflexão e ação na formação inicial. *Interações* 9, (27), 257-282. Obtido de: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/Investigar%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o>
- Canavarro, A. P., Oliveira, H., & Menezes, L. (2014). *Práticas de Ensino Exploratório da Matemática: Ações e Intenções de uma Professora*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática.
- Carneiro, R., (2008). A Educação Intercultural. In M. F. Lages & A. T. de Matos (Orgs.), *Portugal Percursos de Interculturalidade, Desafios à identidade, IV* (pp. 49-121). Lisboa: ACIDI.
- Casa-Nova, M. J. (2005). Migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 13(47), 181-216. Obtido de: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a05.pdf>
- Casa-Nova, M. J. (2014). Educação intercultural: desafio, problema a resolver ou morte anunciada? Notas soltas para reflexão. *Plataforma Barómetro Social*. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Obtido de: <http://www.barometro.com.pt/2014/03/03/educacao-intercultural-desafio-problema-a-resolver-ou-morte-anunciada-notas-soltas-para-reflexao/>
- Coelho, M. H. C. (2008). Construção Histórica da multiculturalidade. In Lages. M. F.& Matos, A. T. (orgs.) *Percursos de interculturalidade raízes e estruturas I*. (pp. 69-125). Lisboa: ACIDI.
- Comité dos Direitos da Criança (1989). Convenção dos direitos da criança. Gabinete de documentação e direito comparado-Órgãos das Nações Unidas de Controlo de Aplicação dos Tratados em Matéria dos Direitos Humanos. Obtido de: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/relatorios-onu/98-cta-204.html>
- Constituição da República Portuguesa, Artigo 43.º (Liberdade de aprender e ensinar) de 2 de abril de 1976.

Constituição da República Portuguesa, Artigo 13.º (Princípio da igualdade) de 2 de abril de 1976.

Constituição da República Portuguesa, Artigo 74.º (Direito ao ensino e igualdade de oportunidades de acesso) de 2 de abril de 1976.

Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho que promulga a Educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica, destinando-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Decreto-Lei n.º 240/2001 de 30 de agosto que aprova o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores do 1.º CEB.

Decreto-Lei n.º 241/2001 de 30 de agosto que aprova os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º CEB.

Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro que aprova a orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro que garante uma educação de base para todos.

Decreto-Lei n.º 43/ 2007 de 22 de fevereiro que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Bronislaw G., ... Hanzhao, Z. (1996). *Um Tesouro a Descobrir*. Brasil: Cortez Editora.

Despacho normativo n.º 30/2007 de 10 de agosto que exhibe as normas para o ensino do Português como Língua não Materna para os alunos do secundário, cursos científico-humanísticos.

Despacho normativo n.º 63/91 de 13 de março cria o secretariado coordenador dos programas de educação multicultural.

Despacho normativo n.º 7/2006 de 6 de fevereiro, estabelece princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação do ensino do Português.

- Dionísio, M. L. & Pereira, I. (2006). A educação pré-escolar em Portugal – Concepções oficiais, investigação e práticas. *Perspectiva*, 24(2), 597-622.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, (24), 213-225.
- Erll, A. & Gymnich, M. (2010). *Competências interculturais*. Alemanha: Klett Lerntaining GmbH.
- Fedrico, L. C. (2014). *Diversidade Cultural: o desafio de trabalhar as diversidades culturais nas práticas escolares*. Obtido de: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/diversidade-cultural-o-desafio-de-trabalhar-as-diversidades-culturais-nas-praticas-escolares-7146332.html>
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, M. P. (2013). *Práticas de Produção de Conhecimento: a Investigação na Formação de Educadores de Infância* (Tese de doutoramento). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Fleuri, R. M. (2005). Intercultura e educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, 23, 91-124.
- Folque, M. A. (2014). Qualidade e identidade da educação de infância em Portugal: processo e desafios atuais. *Cadernos de Educação de Infância*, 102, 7-9.
- Formosinho, J. & Machado, J. (2013). A Regulação da educação em Portugal – do Estado Novo à Democracia. *Educação, Temas e Problemas*, 12 e 13, 27-40.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia Científica-Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Giardinetto, J. R. B., (2000) Reflexões sobre o papel da escola e do ensino de matemática em tempos de globalização: multiculturalismo e/ou 'monoculturalismo' ? (Tese pós-doutoramento). Obtido de: <http://wwwp.fc.unesp.br/~jrbgiar/teseposdrjrbgiar.pdf>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.) São Paulo: Atlas.

- Gonçalves, T. F. F. (2013). *Interculturalidade-Caminhos para a transformação* (Tese de mestrado). Universidade de Lisboa.
- Jordão, A. R.B. (2013). *Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar: O Modelo Pedagógico do Movimento da Escola Moderna dos 0 aos 6 anos* (Tese de mestrado). Évora: Universidade de Évora.
- Lacerda, C. S. (2015). As opções políticas nos meandros das concepções e práticas dos professores. *Revista de Estudios e Investigación en psicología y Educación*, 6, 204-208.
- Lages, M. F. & Matos. A. T. (2008). *Portugal Percursos de Interculturalidade. Raízes e Estruturas (I)*, 69-131. Lisboa: ACIDI.
- Leal, M.A.A. (2010). *Português Para Todos: A Aprendizagem da Língua Portuguesa como facilitadora da Interculturalidade e da Inclusão Social* (Tese de Mestrado). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de outubro, alterada pela lei nº 115/97, de 19 de Setembro).
- Lei n.º 134/99 de 28 de agosto que proíbe as discriminações no exercício de direitos.
- Lei n.º 5/73, de 25 de julho – Reforma Veiga Simão.
- Lima, P. J. C. (2013). *A Escola e a Interculturalidade: Capacitar os atores para semear a mudança* (Tese de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Lopes-Cardoso, M. M. (2008). *António Vieira - pioneiro e paradigma de Interculturalidade*. Lisboa: ACIDI, IP
- Lorigo, M. F. M. (2011). *Integração em contexto escolar de minorias em Portugal*. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra.
- Marques, C. (2002). *Diferenciação Curricular: Concepções e Práticas Curriculares de Professores* (Tese de Mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Marques, J. P. & Borges, M. G. (2012). Educação inter/multicultural no Jardim de Infância. Os livros infantis e suas imagens de alteridade. *Educação, Sociedade & Culturas*, (36), 81-102.

- Martins, E. C. (2002). Programa de Educação Intercultural na Escola. *Aprender*, (26), 96-107.
- Martins, I. F. (1998). Projeto de Educação Intercultural 1993/94-1996/97: Relatório de Execução. *Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural*, (8), p. 216. Lisboa: Ministério da Educação
- Martins, M. C. A. (2009). *Globalização da alimentação*. Obtido de: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/82/1/Globalizacao%20da%20alimentacao.pdf>
- Matos, A. R. & Brito, R. (2013). *A Abordagem da Multiculturalidade em Educação Pré-escolar* (Tese de mestrado). Coimbra: Instituto Superior de Educação.
- Silva, I. R. L. (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Silva, I. L. Marques, L. Mata, L. & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação, DGE.
- Neto, F. (2007). Atitudes em relação à diversidade cultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(1), 5-22.
- Nunes, M. S. F. (2013). *Diversidade cultural no contexto escolar*. Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.
- Núñez, C. A. S. (2006). *Educación en valores interculturales* (Tese de doutoramento). Granada: Universidad de Granada.
- Peixoto, J. (2004). *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereira, P.A. (2008). Aprendizagem Intercultural-Fundamentos. *Revista Educação - Temas e Problemas*, (5), 11.
- Ponte, J. P. (2004). *Investigar a nossa própria prática: Uma estratégia de formação e de construção do conhecimento profissional*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Portugal, G. (2012). *Finalidades e Práticas Educativas em creche das Relações, Atividades e Organização dos Espaços ao currículo na creche*. Porto: CNIS.

- Projeto M. Igual? (2008). *Interculturalidade-textos e outros materiais*. Lisboa: Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.
- Rocha, C. E. F. (2006). *A Escola e a Diversidade Étnica e Cultural* (Tese de mestrado). Porto: Universidade Aberta.
- Rodrigues, P. C. R. (2013). Multiculturalismo - A diversidade cultural na Escola (Tese de mestrado). Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Roldão, M. C. (2007). Formar para a excelência profissional – pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da docência. *Educação & Linguagem*, (15), 18-42.
- Romero, C. G. (2003). Pluralismo, multiculturalismo e interculturalidade: Propuesta de clarificación y apuntes educativos. *Educación y Futuro: Revista de Investigación Aplicada y Experiencias Educativas*, (8), 9-26.
- Santos, I. C. A. (2013) *Todos diferentes ou todos iguais? Lógicas de ação de educadores de infância face à diversidade cultural* (Tese de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Santos, P., Portugal, G., Libório, O., Figueiredo, A., Abrantes, N., Silva, C., & Góis, S. (2011). Um sistema de acompanhamento das crianças (SAC) em jardim-de-infância – Uma via para a diferenciação pedagógica e inclusão. *Análise Psicológica*, 29,(1), 135-147.
- Secretariado Entreculturas (2001). *Que Sorte, ciganos na nossa escola!* Lisboa: Secretariado Entreculturas.
- Serviço Estrangeiro de Fronteiras (2012) *Relatório de Imigração Fronteiras e asilo*. Gabinete de Estudos Planeamento e Formação. Oeiras: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.
- Silva, F. A. S. V., (2010). *Multiculturalismo, Socialização e Integração – Os desafios e contributos do ensino/aprendizagem de uma língua não materna* (Tese de mestrado). Faro: Universidade do Algarve.
- Sousa, M. R. & Neto, F. (2003). *A Educação Intercultural através da Música*. Porto: Gailivro, Lda.

- Souta, L. (2000). Projecto de Educação Intercultural 1993-97 – Relatórios de Execução e de Avaliação. *Página da Educação*, (94), 30.
- Teixeira, A. M. (2012). *Da sala de aula à organização escolar: Movimentos de um percurso profissional* (Tese de mestrado). Porto: Universidade Católica.
- Vieira, R. (1999). Da Multiculturalidade à Educação intercultural: A Antropologia da Educação na Formação de Professores. *Educação, Sociedade & Culturas*, (12), 123-162.
- Vieira, R. (2007). *Identidades, histórias de vida e culturas escolares: contribuições e desafios para a formação de professores: III Seminário de Educação “Memórias, Histórias e Formação de Professores”*. Rio de Janeiro. Obtido de: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/513/1/IDENTIDADES,%20HIST%C3%93RIAS%20DE%20VIDA%20E%20CULTURAS%20ESCOLARES,%20in%20II~1.pdf>
- Vieira, R. (2013). Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. *Pro-Posições*, 24(2), 109-123.

## ANEXOS

### ANEXO A - CARATERIZAÇÃO PESSOAL DAS EDUCADORAS

Nome	Fontes	Referências
<input checked="" type="radio"/> Tempo de serviço		10
<input type="radio"/> De 10 a 15 anos		4
<input type="radio"/> De 16 a 21 anos		1
<input type="radio"/> De 22 a 27 anos		2
<input type="radio"/> De 28 a 33 anos		1
<input type="radio"/> De 34 a 40 anos		2
<input checked="" type="radio"/> Idade		10
<input type="radio"/> Entre 31 e 36 anos		3
<input type="radio"/> Entre 36 e 41		1
<input type="radio"/> Entre 42 e 47 anos		1
<input type="radio"/> Entre 48 e 53 anos		1
<input type="radio"/> Entre 49 e 54 anos		2
<input type="radio"/> Entre 55 e 60 anos		2

### ANEXO B - CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO ONDE AS EDUCADORAS EXERCEM

Nome	Fontes	Referências
<input checked="" type="radio"/> Experiência de diversidade		10
<input type="radio"/> Sim		8
<input type="radio"/> Não.		1

## ANEXO C - FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

### Formulário de Consentimento Informado

Eu \_\_\_\_\_ declaro que fui informado(a) do objetivo e metodologia da pesquisa relacionada com o Relatório Final de Estágio cujo objetivo do tema é a “A Educação intercultural na Educação Pré-escolar: a perceção dos Educadores” da mestranda Isabel Maria Alcântara de Melo que frequenta o curso de Mestrado de Educação do Pré-escolar e Ensino do 1.º CEB na Escola Superior de Educação de Viseu.

Estou consciente de que em nenhum momento serei exposto(a) a riscos em virtude da minha participação nesta pesquisa e que poderei em qualquer momento recusar continuar sem nenhum prejuízo para a minha pessoa.

Sei também que os dados da entrevista semiestruturada áudio gravada serão usados somente para fins científicos. Aquando do tratamento dos dados, estes serão codificados mantendo assim a confidencialidade. Os resultados do estudo serão por mim consultados sempre que solicitar.

Fui informado(a) de que não terei nenhum encargo monetário nem receberei nenhum pagamento ou gratificação pela minha participação nesta pesquisa. Depois do anteriormente referido, concordo, voluntariamente, em participar no referido estudo e autorizo a entrevista áudio gravada.

Assinatura \_\_\_\_\_

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## ANEXO D - GUIÃO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

### Guião de Entrevista Estruturada

Guião de Entrevista Estruturada				
Entrevistado: Educadores do Pré-escolar Entrevistador: Isabel Melo Data: Hora de início/fim: Local:				
<b>Etapas</b>	<b>Duração</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Observações (anotações)</b>
1. Legitimação da entrevista e garantia da confidencialidade	2 minutos	✓ Legitimar a entrevista e assegurar ao entrevistado a confidencialidade das informações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Esclarecer o entrevistado sobre a temática da entrevista e objetivos da mesma, pedindo a sua colaboração.</li><li>• Garantir ao entrevistado que os dados recolhidos serão tratados de forma a garantir a confidencialidade e anonimato e a não difusão dos registos.</li><li>• Solicitar o uso de maior sinceridade, sem qualquer tipo de preocupação com juízos de valor.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Todos os esclarecimentos serão iguais para todos os entrevistados e ser-lhes-ão fornecidos antes de iniciar a entrevista, de forma oral.</li><li>• Esclarecer aos entrevistados que a entrevista vai ser gravada e posteriormente reproduzida integralmente por escrito.</li></ul>
2. Caraterização sociodemográfica e profissional	1 minuto	✓ Caraterizar o entrevistado do ponto de vista profissional: habilitações, experiência, anos de serviço	<ul style="list-style-type: none"><li>• Que idade tem?</li><li>• Quais as suas habilitações profissionais?</li><li>• Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?</li></ul>	

<p>3. Caraterização do contexto onde exerce a profissão</p>	<p>2 minutos</p>	<p>✓ Saber se o entrevistado já trabalhou com criança (s) de cultura (s) diferente (s)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?</li> </ul>	
<p>4. Conhecimentos sobre a temática</p>	<p>3 minutos</p>	<p>✓ Perceber o que os Educadores entendem por Educação intercultural e quais os objetivos que lhes são subjacentes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que entende por Educação intercultural?</li> <li>• Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação intercultural?</li> </ul>	
<p>5. Conhecimento do Projeto Educativo da escola</p>	<p>4 minutos</p>	<p>✓ Conhecer a perspetiva dos Educadores sobre a abordagem à Educação intercultural no Projeto Educativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?</li> <li>• Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?</li> </ul>	
<p>6. Identificação da importância da Educação intercultural na Educação Pré-escolar</p>	<p>6 minutos</p>	<p>✓ Saber a opinião dos Educadores sobre a pertinência da Educação intercultural na Educação Pré-escolar;</p> <p>✓ Saber se para os Educadores é importante dar a conhecer a diversidade cultural, mesmo não tendo nenhuma criança de diferente cultura no grupo;</p> <p>✓ Conhecer a perspetiva dos Educadores sobre o impacto nas crianças do conhecimento de outras culturas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?</li> <li>• Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com as crianças, mesmo que não haja, no grupo, crianças de culturas diferentes? Porquê?</li> <li>• Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Saber se os Educadores, na sua prática pedagógica, abordam o tema da diversidade cultural.</li> </ul>	<p>existe na sociedade portuguesa?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?</li> </ul>	
<p>7 Identificação das estratégias para a partilha de culturas dentro do grupo</p>	<p>5 minutos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecer a opinião dos Educadores sobre a importância das crianças partilharem as suas culturas no grupo;</li> <li>✓ Descrever as estratégias apontadas pelos Educadores para promover a partilha de culturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acha importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?</li> <li>• Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do educador, que acha que permitiriam essa partilha?</li> </ul>	
<p>8 Perspetivas do Educador relativamente à sua formação</p>	<p>3 minutos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Saber se os Educadores consideram ser importante a formação específica em Educação intercultural para trabalhar a diversidade cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem alguma formação específica em Educação intercultural?</li> <li>• Se sim, qual a sua mais valia?</li> <li>• Se não, acha que esta seria uma mais valia para a sua prática pedagógica? Porquê?</li> </ul>	
<p>9 Encerramento da entrevista</p>	<p>2 minutos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recolher sugestões do entrevistado acerca os tópicos a incluir na entrevista;</li> <li>✓ Agradecer e valorizar o contributo do entrevistado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?</li> <li>• Mais uma vez agradeço a sua disponibilidade e colaboração, fundamentais para a consecução deste trabalho.</li> </ul>	

## **ANEXO E - ENTREVISTAS**

### **EDUCADORA A (Viseu)**

QUESTÕES:

**1. Que idade tem?**

R: Tenho 52 anos de idade

**1.1 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Licenciatura de Educação de infância

**1.2 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: 32 anos, 31 (risos) vou fazer 32

**1.3 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Quadro de escola

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou/trabalha houve/há alguma de cultura diferente?**

R: Sim

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Olhe, no fundo é nós levarmos até cada criança a cultura, digamos assim, de onde ela está inserida, não é? Mas também sem esquecer aquela de onde ela é proveniente. Ou seja, de alguma forma é envolvermos a criança de culturas quer das, pronto, onde a escola está inserida mas também de referências da sua família. Por exemplo, obviamente se a criança veio para Portugal, não é, e se nós estamos numa escola que é em Portugal, funciona numa cidade que é portuguesa, nós temos que falar da cultura dessa... do país, da região onde a escola está inserida sem esquecer a proveniência da criança. Obviamente aí temos que fazer um trabalho com as famílias, saber um bocadinho a proveniência da criança, em termos culturais e familiares e de instrução como é que a família funcionou, as pessoas que envolvem a criança, quais são os seus antecedentes. O que costumam fazer, relativamente ao dia a dia, tradições, etc. e dar um bocadinho de continuidade disso.

As outras crianças ficarão enriquecidas porque, no fundo acabam, por conhecer outras culturas e ficam enriquecidas com isso, e a própria criança também vai fazer com que ela cresça informada relativamente quer à cultura onde ela está a

ser inserida e àquela de onde ela é proveniente. Quer dizer, isto assim de uma maneira muito grosseira e rápida.

### **3.1 Na sua perspectiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Já respondi um bocadinho....

É um bocadinho o dar a conhecer à criança o espaço de onde ela é proveniente, pronto donde ela vem, e o espaço para onde ela vai e toda essa envolvência, digamos assim, para ela no fundo sentir... apoiada, não se sentir perdida, sentir-se conhecedora, lá está, das tradições, de hábitos, de regras, de conceitos que se calhar são importantes para ela poder ter uma vida depois em sociedade e poder interagir com as outras crianças e ser conhecedora do que é que a rodeia em termos de regras e de como é que as coisas acontecem.

Eu penso que no PE tudo isto é muito fácil, porque nós... permitem-nos, de alguma forma na EPE e como não temos nenhum programa a orientar-nos, é no fundo as OCEP dá-nos a possibilidade de nós termos para com as crianças um atendimento mais individual, digamos assim, e esta possibilidade favorece o conhecimento da criança, com o conhecimento da família e permite que esta envolvência da família também seja feita na escola e se calhar já estou a meter um bocadinho os pés pelas mãos porque nós ... quando chamamos a família das crianças à escola é precisamente com este objetivo: o de situar a criança em termos do seu contexto familiar isto engloba todo isso. Contexto familiar, a sua cultura de onde é proveniente... em termos de educação o que no fundo a educação dela já trás, ao que ela já está habituada... pronto e no fundo o envolver e fazer com que a criança se sinta bem e inserida.

### **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola?**

#### **Na generalidade o que aborda?**

R: O PE deste ano da minha escola engloba todas as áreas de expressão, a plástica, a música, dramática e motora e dentro das áreas de expressões vamos tentar explorá-las indo mesmo aos locais onde essas expressões são realmente trabalhadas. (...)

#### **4.1 Na sua perspectiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Ora bem, contempla ... pensando que as expressões estão ligadas a todas as culturas, não é? Se pensarmos em termos de pintura, da escultura, da dança (...) quer a pintura, quer a modelagem quer a dança, quer a motora, quer a

música ... ao trabalhá-las estamos a trabalhar as várias culturas. Por exemplo, na música vamos trabalhar no Dia Mundial da Dança que é agora em abril as danças de todo o mundo, (...) na pintura, estivemos a explorar pinturas de vários pintores também a nível europeu, americano, africano e logo aí vamos buscar estes continentes, os países de onde eles são provenientes e assim estamos a entrar nesse âmbito. E pronto é nessa base.

### **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: É importante! Porque é de alguma forma é um patamar.... a EPE como sabe é importante em termos do desenvolvimento do ser humano e nesta altura na EPE realmente eles acabam por ter algumas experiencias que parece que não mas fica-lhes alguma coisa. Eles são estimulados (...) é o entusiasamá-los e o abrir-lhes portas para que no fundo eles fiquem interessados em saber mais sobre tudo, no fundo, sobre tudo o que nos rodeia, as várias solicitações.

#### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Claro que sim, eu por exemplo este ano não tenho no meu grupo nenhuma criança que seja de cultura diferente somos todos aqui.... e no entanto nós trabalhamos esta diversidade. É uma questão de respeito, porque na sociedade eles acabam por ser crianças de outras culturas e se eles não aprendem a respeitar toda a gente de uma forma educada e com regras e normas, os direitos e deveres de que nós vamos trabalhando e vamos falando eles acabam por não se conseguirem inserir e se eles não respeitam também não são respeitados, não é? De modo que o facto de mesmo não tendo ninguém com outra cultura, trabalharmos o respeito e as relações interpessoais ao trabalharmos em pequeno grupo, de alguma forma são conceitos que depois no dia-a-dia quando se relacionarem com outras crianças são alargados a esses grupos maiores e acabam por ser regras que ficam e que depois são adaptáveis.

#### **5.2 Na sua perspectiva que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: O poder de estar mais tarde com outras crianças de outras culturas e outras proveniências e se poderem adaptar com mais facilidade e ser mais fácil, o aspeto lá está, ...nós trabalhamos muito o aspeto da socialização. As crianças

quando entram aos três anos é a adaptação, em primeiro lugar, a socialização e a autonomia. Porquê? Porque se a criança for autónoma, consegue no dia a dia lidar com muitas situações e o facto de trabalharmos a socialização estamos a trabalhar as inter-relações em pequeno grupo e estas são alargadas, depois em grande grupo quando há a necessidade de integrar no grupo pessoas de outras culturas.

### **5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: As expressões são ótimas para trabalhar a diversidade de cultura. Em vez de ser de uma forma rígida, programada, nós ao fazemos de forma lúdica, através de várias envolvências as crianças ficam a saber muitas informações sobre uma diversidade de coisas...

### **6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Claro que sim, eu lembro-me nesse ano quando tive esse menino proveniente dos países de leste aprendemos muitas coisas com ele e a mãe nunca se fechou ao local para onde foi viver, aqui no concelho de Viseu. Ela vinha à escola e inicialmente ela era fechada porque tinha receio de como as pessoas iam reagir, mas a partir do momento em que nós na escola começamos a solicitá-la e a convidá-la ela começou a sentir-se aceite e o filho também gostava de dizer como a mãe fazia como os avós faziam e como aprendeu a fazer as coisas daquela maneira, a mãe começou a conviver mais connosco, foi uma abertura enorme. Aprendemos coisas muito engraçadas, em termos de culinária, de regras, de formas de estar em grupo, a nível de vestuário de coisas que nem nos lembraríamos, se não fosse essa partilha de informação.

### **6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Por exemplo, através das áreas de expressões que acho uma forma muito prática entusiásticas para as crianças reverem isso, porque não é dizendo que deve-se portar de uma maneira ou outra, mas se vivermos situações através da música, dança, pintura das várias áreas de expressão e nisso o PE é muito rico, porque temos esta capacidade de envolver as crianças e vamos enriquecer outros aspetos importantes do dia-a-dia das crianças em vez de ser de uma

forma rígida, com normas predefinidas, programada não! De uma forma lúdica estas situações vão enriquecendo as crianças e é muito mais fácil.

A envolvimento da família é fundamental e o PE tem essa vantagem, quer dizer, os outros níveis de ensino também têm, mas não abrem tanto as portas, o PE abre muito as portas à família e tudo depende da forma como são solicitados, porque eles gostam muito de se envolver com a escola e sabem que são recebidos, os filhos gostam e os pais demonstram uma grande adesão.

### **7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, tive uma cadeira durante a minha formação mas mais do que isso não.

#### **7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R;

#### **7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Sim, sim, sim, claro que sim, é sempre uma mais valia, a informação nesta área, outras experiências de como podemos fazer este tipo de envolvimento, as formas de lidar com estas situações.

### **8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante? (2 minutos)**

R: Olhe, não sei, já falei um bocadinho e se calhar mais do que devia... Basicamente o PE é uma etapa muito importante e que pode abarcar muitos temas, não de uma forma formal, mas de forma lúdica dentro das áreas de expressão. O PE é podermos trabalhar com as famílias, traze-las à escola e estarmos abertos para o dia-a-dia. É o nosso mundo.

## **EDUCADORA B (Viseu)**

### **1. Que idade tem?**

R: 48 anos

#### **1.1 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Licenciatura EPE e uma especialização.

#### **1.2 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: 23 anos

#### **1.3 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Sou educadora de quadro de zona.

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim, sim, sim.

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R:Eu entendo que pode e deve existir uma diversidade de culturas onde as crianças estejam todas bem integradas, numa escola onde as crianças se sintam felizes e não sintam que haja alguma diferença entre eles, seja qual for a sua raça, religião e até seitas, enfim...tudo, tudo!

**3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R:Igualdade...igualdade de oportunidades para a vida futura, mas primeiro dentro da sala, igualdade entre todos, que nunca haja diferença da parte do adulto, seja a técnica ou auxiliar, que haja sempre uma igualdade entre todas as crianças quer sejam 10,20 ou 30 porque eu já vi não existir...

**4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R:Olhe, como estou como educadora de apoio não estou na melhor posição para falar disso, até porque vim para aqui muito tarde, mas o PE tem como tema o Património Cultural

**4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R:Sim, sim, contempla bastante sim, olhe, na parte dos afetos, dos valores o que posso dizer mais...na partilha entre eles, porque eles são maravilhosos a partilhar e sei lá...há muita partilha nesta escola, tenho aprendido muito aqui.

**5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R:Eu acho que é muito importante, porque a EPE é a base da educação, assim como um alicerce de uma casa...é no PE onde tudo começa. Eu acho que...para mim, eu considero a criança um diamante em bruto, não que eu a queira moldar, mas ela através das várias atividades fica com o conhecimento e depois pode seguir o seu caminho livremente.

**5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sempre, porque acho que é um tema maravilhoso, cada vez mais nós estamos num mundo global e infelizmente temos agora os refugiados da guerra, que eu acho que é um caso que está a ser muito mal gerido pela Europa, e infelizmente são imagens muito desagradáveis de ver e acho que é um assunto para se tratar na EPE.

**5.2 Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Ai, mas eu acho que isso é super importante porque para mim, o conhecimento é uma coisa mais importante do mundo...nós andamos sempre a aprender até morrer, por mim continuava a estudar, mas agora é para os filhos...

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Falo sempre, todos os anos quando eu...infelizmente este ano ando numa situação de apoio, mas as minhas colegas nesse aspeto são maravilhosas. Aqui, nesta escola, há uma diversidade de culturas e mesmo que não faça parte do PAA, pode-se sempre falar nesse tema, porque é um assunto que está todos os dias em voga, ainda mais no mundo em que vivemos hoje!

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R:Sim claro, claro, para que todos se fiquem a conhecer melhor e não haja ninguém que se sintam mal!

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Olhe, eu sempre tentei trabalhar de forma mais simples: primeiro pela experiência deles, tento sempre que comecemos uma atividade a partir da vivência da criança, ou às vezes a partir de uma história que eu conduzo para o tema que me interessa falar. Eu tanto percorro com eles o caminho que eles querem como faço com que eles apresentem algo com a minha orientação, sem que esteja a impor... o que não há tanto nos outros ciclos que têm um programa a cumprir. Mas nós na EPE temos a liberdade de poder explorar coisas maravilhosas com os meninos e eu sinto-me ... não digo triste, mas dececionada porque há quem não veja que a base de tudo esta mesmo na EPE.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, não tenho.

### **7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

### **7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: completamente! Como já disse, ter o conhecimento até morrer!

### **8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Considero que as perguntas que fez estão praticamente defendidas, só tenho a dizer que há uma preocupação tão grande que a EPE seja articulada com os outros ciclos, e eu acho que os outros ciclos é que deviam estar mais articulados com a EPE.

## **EDUCADORA C (Viseu)**

### **1. Que idade tem?**

R: Tenho 51 anos.

### **1.4 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Tenho uma licenciatura em Supervisão Pedagógica e Formação de formadores

### **1.5 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Já exerço há 26 anos.

### **1.6 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Agora estou no Quadro de Zona Pedagógica, como Diretora pedagógica.

### **2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim, já houve.

### **3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: O que entendo...? Penso que é uma educação que aborda e sensibiliza para outros pontos de vista, outras culturas, outras religiões e costumes e que podem ajudar as crianças a interagir em diferentes níveis, alargando horizontes.

#### **3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Penso que os objetivos serão, acima de tudo, um acréscimo de cultura e nesse conhecimento... incentiva o respeito pelo outro na sua diversidade.

Essencialmente penso que é mais o educar para a diferença e permitir o contacto entre as diferentes culturas que existem.

#### **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola?**

##### **Na generalidade o que aborda?**

R: O tema tem a ver com Ver o mundo em todas as vertentes, Envolver a criança em tudo o que a rodeia e Desenvolvê-la de modo a estar apta para responder aos desafios atuais.

##### **4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim, num certo sentido sim...afinal a criança está rodeada de outras crianças diferentes da dela e ao conhecê-la melhor, a sua maneira de estar na vida, a sua educação, a sua natureza também aprende a compreendê-la e a interagir.

#### **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Acho muito importante dar a conhecer outras realidades como uma aldeia global...e porque hoje em dia contribui para diminuir a xenofobia e racismo através do conhecimento e respeito mútuo.

##### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: É muito importante, mesmo muito importante! Para dar a conhecer outras realidades culturais na medida em que se aprende a respeitar as diferenças, não é?

##### **5.2 Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Como disse antes, tendo em conta que estamos numa aldeia global e estamos cada vez mais geograficamente próximos, cada vez somos mais confrontados com o contacto entre diversas etnias, religiões e nacionalidades.

##### **5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Sim, num Agrupamento onde trabalhei, abordámos a multiculturalidade e a nível de grupos trabalhei muito alguns países, raças e costumes.

#### **6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim, acho mesmo muito importante porque é através do conhecimento que se derrubam os medos e depois das barreiras deitadas abaixo é possível a aproximação ao outro.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Olhe, sei lá... trabalhar os costumes, as vivências numa perspetiva de partilha, festejar datas comemorativas, as tradições, o folclore.... Mais... a geografia, a gastronomia...

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, com muita pena, mas não tenho.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Sim, certamente que sim... porque ia ajudar a compreender melhor e interagir com as crianças e com os pais, sem ferir suscetibilidades e também para contribuir assim para um trabalho mais completo.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

## **EDUCADORA D (Viseu)**

**1. Que idade tem?**

R: 55 anos

**1.7 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Mestrado em Educação de Infância.

**1.8 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Há 33 anos.

**1.9 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Quadro de escola.

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: São sempre todos de culturas diferentes...normalmente relativiza-se isso a etnias, raças se é que se pode falar em raças ...com a descoberta do genoma! Podemos tirar outras relações sobre isso, normalmente relaciona-se sempre a isso. Eu trabalho sempre culturas diferentes porque cultura é individual para cada um, independentemente de sermos todos brancos, pretos, amarelos ou não.

### **3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Pronto... tem a ver com diversidade de culturas enquanto uma mais valia de troca de informações e aquisição de informações para todos.

#### **3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: É tornarmos o mundo num ideal humanista, que é coisa que não temos, não é? Tornar o mundo num ideal humanista isto é, sermos todos iguais em direitos e deveres.

### **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R: O nosso PE ainda está em construção porque nós tínhamos uma diversidade cultural diferente e deve-se partir da diversidade como uma mais valia e troca de experiências e o enriquecimento recíproco, não é? De cada um. Nós tínhamos uma realidade e passamos a ter outra daí eu dizer que o PE está a ser ainda construído, porque agrupámos outro Agrupamento de escolas com a história dos Mega Agrupamentos.

#### **4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim sempre foi essa a preocupação no PE e é claro que esta escola é uma escola aberta: não colocamos entraves. A nossa escola está sempre aberta, contrariamente a outras escolas, e digo isto de “papel passado” porque há escolas que não recebem meninos porque isso lhes vai criar mocha, e isto de causar mocha é não deixar que a dita normalidade da cultura dominante se desenvolva e nós aqui temos em atenção isso. Isto tudo é triste mas a culpa é dos professores.

### **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Temos diversidade. Esta escola é entendida como uma mais valia de uma diversidade cultural mas às vezes a leitura disso é porque temos cá ciganos ou porque temos meninos muçulmanos ou isto ou aquilo que é aquela velha ideia

retrógrada que não tem a ver com uma cultura humanista, com uma diversidade...como já disse, todos brancos ou todos pretos mas podemos ser todos diferentes. Quer queiramos, quer não, isto está arreigado a hábitos da nossa própria vivência, história, cultura histórica ao longo dos tempos. Nós ainda dizemos: “Levo uma vida negra” não dizemos “Levo uma vida branca...” Continuamos a dizer: “Vai buscar o marcador cor de pele”. Que cor de pele? Às vezes costumo meter-me com as estagiárias: “De que cor é este marcador?” E quando elas respondem “cor da pele” eu pergunto: “Que cor de pele? Branca, preta?” Agora cabe-nos a nós como docentes desmitificar estes aspetos.

Em relação à Educação intercultural, em relação a estes aspetos de educação deve ser entendida com uma visão abrangente e nunca restrita. Em tenho sérias “pegas” com os meus colegas quando querem fazer festa de Natal, sem ter a ver com o eu ser ou não católica, porque entendo que há uma situação como pessoa e outra como profissional e ...acabam os meus colegas, por veicular a cultura dominante. Às vezes, meto-me com eles e pergunto quando é que festejamos o Natal dos muçulmanos. E respondem-me: “Ai, mas esta é a nossa tradição” e eu respondo:” Sim, esta é a nossa mas há muitas mais!”. Até porque na Constituição da Republica diz que a escola não é constitucional e não pode estar arreigada a nenhum tipo de religião.

### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Você consegue perceber que esta pergunta é contrária à interculturalidade, daquilo que eu lhe disse até agora, não é? Se eu fosse sua orientadora não a deixava fazer esta pergunta. Não existe uma cultura diferente, na minha sala existem várias culturas diferentes: existem 13 crianças com culturas diferentes. Cultura é aquilo que nós temos enquanto pessoas. A Educação intercultural é uma educação entre culturas, dentro da mesma cultura existem muitas culturinhas, então não posso falar de uma cultura diferente. Mesmo dentro da cultura portuguesa há diferentes culturas, não há uma generalidade.

Quando se fala numa cultura, em termos curriculares, é pessoal, senão caio na velha escola de que a cultura é igual. Nós podemos ser todos educadores mas não somos de culturas iguais. A cultura individual é algo que nós fazemos daquilo que nos foi dado. Nós somos individuais, independentemente de raças, de

questões bilingues, grupos...somos todos diferentes e isto é que interculturalidade. Nós somos todos iguais geneticamente mas somos diferentes que tem a ver com a aculturação a que fomos sujeitos.

Se partirmos do pressuposto de que há uma cultura diferente as coisas não mudam, continuamos sempre na mesma...é uma questão de ver o outro enquanto cultura individualizada: ser de direitos e deveres uno!

### **5.2. Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Como eu disse anteriormente a individualidade já é uma diversidade cultural independentemente da raça ou estereótipos que se tenham em relação a isso, de superiores e inferiores. Até porque nós temos uma tradição em termos de colonização, que quem manda é quem chega primeiro...todos os outros que chegam depois, independentemente de ... acabam aculturados.

Dar a conhecer a diversidade cultural é uma mais valia para todos: a partilha, o compartilhar que em termos de experiencias teóricas o Vygotsky explica muito bem e outros mais para a frente...quando nós percebemos que na interação social há uma grande riqueza. Mas não chega só compartilhar, as crianças devem apropriar-se dos conhecimentos e depois tirarem as próprias conclusões e isso é o que não se faz ainda.

### **5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Mesmo tendo um currículo, interessa saber como é que as crianças aprendem e como aprendem e se a minha preocupação é ensiná-la a aprender ou se a minha função é reproduzir o currículo. Isto é, se não interessa saber se estamos no norte ou sul do país ensinamos sempre igual todas as crianças? Ou eu veiculo uma educação humanista e faço validar as coisas ou entro no sistema e reproduzo uma cultura dominante. Isto tem a ver comigo, com aquilo que eu faço no meu dia a dia. Eu sou geneticamente igual aos outros, nasci ser humano e depois torno-me, ou não uma pessoa. Há quem seja ser humano e nunca se forme como pessoa. Tenho tido questiúnculas com os meus colegas por ter convicções muito fortes, apesar de aceitar outras convicções., mas quando vejo que há uma criança cuja individualidade não está ser respeitada, eu meto-me! Doa a quem doer. Tenho uma criança com paralisia cerebral que anda numa cadeira de rodas. Numa viagem de estudo exige que nos fornecessem um

autocarro especial com uma rampa de acesso à cadeira de rodas, e disse logo: “Ou vão todos ou não vai ninguém e o dinheiro é devolvido aos pais.” E tiveram que me resolver o problema e lá veio um autocarro de Sabugosa...

## **6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Na Educação intercultural deve haver uma riqueza de culturas e por cultura entenda-se a riqueza individual de cada um e não por etnias ou raças e é essa partilha que vai fazer as crianças ficarem mais ricas com as informações do outro e valorizar o outro e não é festejar só o dia do cigano, dias comemorativos. No PE diz que é muito importante tudo isto mas depois no Plano Anual (PA) é só nos dias comemorativos...Em Educação intercultural dão-se umas pinceladinhos... mas estas não são fundamentadas, nem referenciadas!

### **6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Nós, na EPE temos três idades e todos dizem que é muito importante a heterogeneidade e é! Esta diversidade é importante porque se aprende com os outros, mas depois na prática não se aproveita esta importância porque em muitas salas as crianças de 3, 4 e 5 anos de idade têm trabalhos diferentes. Um bom professor tem de dominar os conteúdos da matéria, depois é preciso saber a quem vamos ensinar e no meio está o saber como aplicar a teoria à prática, assim dizia Nóvoa. Não está tanto no currículo, no processo deliberativo, mas sim na competência do professor porque se virmos bem, quando dizem, isto está no programa ou nas Orientações mas a informação que o educador/professor passa não são só as descritas no currículo. O papel do educador/professor é muito importante. A Educação intercultural não existe assim pura, porque ainda não temos uma sociedade humanista, O conhecimento é uma mais valia mas a verdadeira questão está naquilo que Nóvoa disse e que eu referi atrás.

Mesmo eu, implementando a Educação intercultural na minha sala, vejo situações como por exemplo: eu tenho no cantinho da casinha bonecos pretos, brancos e chineses. Mas ninguém brinca com os pretos e se eu perguntar qual é o boneco mau, todos me indicam o preto, mesmo as crianças de pele escura, porque as mensagens da TV passam e nós temos de saber desmistificá-las. Ou sabemos bem o que se quer ou deixamo-nos ir na carneirada...

Mas é isso que se passa nas escolas, os professores têm dificuldades em distinguir a parte deles, individual e o dever como profissional. A Idália Sá Chaves passa-se dos carretos, passo a expressão, quando fala disto. E isto vai-se sempre manter porque na vossa formação falta-vos uma disciplina de Ética e Deontologia profissional e uma disciplina como deve ser de Educação intercultural e ninguém fala daquilo que não sabe... ou sabe porque tem conhecimento sustentável ou não o pode fazer!

Quanto mais se desenvolver a linguagem nas crianças, quanto mais as crianças tiverem conhecimento em relação ao conceito à conceção das coisas mais ela será capaz de poder interferir no mundo.

### **7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Sim. Tive uma disciplina quando fiz a licenciatura e uma formação.

#### **7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R: Continua a haver muita necessidade de formação.

#### **7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R:

### **8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

## **EDUCADORA E (Viseu)**

### **1. Que idade tem?**

R: 35 anos

#### **1.1 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Licenciatura Educadora de Infância

#### **1.2 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Há 11 anos.

#### **1.3 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Estou como contratada.

### **2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim.

### **3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Penso que seja uma educação para todos, em que todos têm direito ao conhecimento valorizando a diversidade como oportunidade de aprendizagem.

#### **3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Olhe...os objetivos... bem, incentivar a partilha de experiências, desenvolver a capacidade de comunicar... e promover a aprendizagem de todos.

### **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R: Eu não sei bem o que o PE aborda.

#### **4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim, acho que sim.... Pois atualmente e cada vez mais temos uma sociedade muito vincada pela heterogeneidade.

### **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Na minha opinião é muito importante, pois ao termos conhecimento mais facilmente podemos diferenciar as estratégias para melhorar o processo ensino-aprendizagem.

#### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sim, claro, e hoje em dia mais que nunca, para ficarmos sensibilizados ao tema.

#### **5.2 Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Olhe, na minha perspetiva tem sido muito bem aceite pelo grupo e tem elucidado para a quantidade de crianças diferentes que há no mundo.

#### **5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Sim, por acaso falamos há pouco sobre os refugiados, cujos costumes e religião são completamente diferentes dos nossos.

### **6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim, claro para o conhecimento de várias culturas.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Olhe, costumo fazer estratégias diferenciadas de maneira a que a partilha seja o mais benéfica possível para as crianças de culturas diferentes. Costumo definir as estratégias depois de conhecer o grupo com que vou trabalhar.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, não tenho.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Claro! Mais uma vez para o conhecimento, para nos atualizarmos, pois devemos estar em constante formação para poder acompanhar o que se passa na sociedade.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

**EDUCADORA F (Porto)**

**1. Que idade tem?**

R: Tenho 43 anos.

**1.1 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Bacharelato e Licenciatura em Educação de infância

**1.2 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Há 16 anos.

**1.3 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Quadro de Escola.

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim, neste momento tenho duas crianças de etnia cigana.

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Educação Intercultural é respeitar a cultura dos outros integrando-os na nossa própria cultura não os pondo à parte...por exemplo existem coisas que eu não posso fazer com a E e com o S que posso fazer com os outros. Mas tento nunca fazer essas coisas para eles não se sentirem à parte.

### **3.1 Na sua perspectiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Olha é enriquecer-me a mim, às pessoas que trabalham comigo e às outras crianças não é porque ... por exemplo quando ele começa a cantar música cigana é uma coisa que não se ouve todos os dias e nós ficamos parados a ouvi-lo. Agora estamos a tentar que a E dance, mas ainda não conseguimos. [risos]

## **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola?**

### **Na generalidade o que aborda?**

R: Olha o Projeto Educativo deste ano letivo tem a ver com os afetos numa solidariedade dinâmica e aborda os afetos entre as crianças, entre as crianças e adultos...quer da sala quer da instituição. E também os afetos entre as crianças e os idosos, inter-geracional.

### **4.1 Na sua perspectiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural?**

(se sim) Em que medida?

R: Sim porque abrange o amor em todas as suas perspectivas, valorizando o outro.

## **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Acho importante porque cada vez mais estamos integrados numa sociedade com muitas culturas e essas culturas devem enriquecer as pessoas nomeadamente as crianças.

### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sim, acho que deve ser sempre trabalhado. Porque durante a vida as crianças podem interagir com pessoas com outras culturas e quanto mais cedo se derem conta dessa diferença [gesto de aspas com as mãos] vão se tornando adultos tolerantes.

### **5.2 Na sua perspectiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Já disse na resposta anterior, que as crianças se tornem adulto tolerantes, quer com a diferença cultural quer até a nível intelectual e física.

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Sim. No dia Mundial da Tolerância por exemplo o objetivo era que as crianças compreendessem que existem pessoas com diferenças que são iguais a todas as outras pessoas.

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim porque a cultura dela da qual se deve orgulhar e que as outras crianças possam absorver diferentes aspetos.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Através de uma história “tantos meninos diferentes e todos iguais” que é um livro que comprei muito giro. Através dos diálogos com as crianças e da amostra da cultura, por exemplo danças ciganas, canções ciganas, porque tenho na sala duas crianças da etnia cigana.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Sim porque quanto mais souber através do conhecimento melhor poderia trabalhar com essas crianças.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

**EDUCADORA G (Porto)**

**1. Que idade tem?**

R: Tenho 35 anos.

**1.1. Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Licenciatura em Educação Básica

**1.2. Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Há 13 anos.

**1.3. Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Estou como contratada.

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim, já.

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Para mim... acho que é educar e ensinar de forma mais rica para todos através das diferentes culturas.

**3.1 Na sua perspectiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Penso que seja enriquecer o desenvolvimento da criança... sei lá, a partilha de culturas e o respeito pelas culturas.

**4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R: O nosso PE fala dos afetos numa solidariedade dinâmica ... quer dizer, educar as crianças no mundo dos afetos.

**4.1 Na sua perspectiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim, pois os afetos são gerais, não acho que sejam específicos para as culturas.

**5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Concordo em absoluto, é muito importante porque logo desde cedo devemos trabalhar os valores morais e culturais.

**5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sim, porque pode não haver no grupo, mas há na sociedade e a criança deve estar preparada para uma sociedade dinâmica e intercultural, não é?

**5.2 Na sua perspectiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Olhe, penso que a criança fica mais aberta e desperta para a diferença...  
(pausa) aceita novos valores, atitude e comportamentos.

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Já sim. Vou falando ao longo do ano letivo.

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim, acho porque partilhar as experiências e diferenças é aprender, não é?

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Olhe ... (pausa) mais através de histórias e músicas.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, não tenho.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Claro que sim, afinal quanto mais conhecimento, mais e melhores profissionais seremos.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

## **EDUCADORA H (Porto)**

**1. Que idade tem?**

R: Tenho 34 anos.

**1.4. Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Tenho uma licenciatura em Educação Básica.

**1.5. Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Já exerço há 10 anos.

**1.6. Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Estou como efetiva.

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim, sim, já.

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Penso que seja a educação de várias culturas.

**3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: (pausa) Acho que seja promover a socialização com diferentes culturas e dar a conhecer as culturas às crianças.

**4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R: O nosso PE tem a ver com valores.

**4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim, porque abrange uma grande diversidade de problemas sociais e de culturas como a etnia cigana... e nós como educadoras devemos reforçar os laços de solidariedade e cooperação entre todas as gerações e culturas para proporcionar uma aprendizagem e interação mútua.

**5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Olhe, no meio em que trabalho é bastante importante porque como já disse contactamos com duas principais culturas diferentes, a cigana e africana e ao trabalhar junto das crianças estas culturas, vão ajudá-las a compreender que apesar das diferenças que possam existir físicas e sociais, somos todos seres humanos e devemos aprender a lidar com todo o tipo de pessoas, evitando o racismo entre todas.

**5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sim, pois, para dar a conhecer as diferentes culturas de forma a evitar futuros comportamentos racistas na sociedade.

**5.2 Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Já disse atrás... serve para as crianças não serem racistas na sociedade.

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Sim, já trabalhei num grupo dos cinco anos os continentes e as culturas existentes.

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim, acho muito importante mesmo.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: A maior parte das vezes através de canções e histórias, principalmente.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Sim, acho.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

## **EDUCADORA I (Porto)**

**1.1 Que idade tem?**

R: 57

**1.2 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Bacharelato

**1.3 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: 34

**1.4 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: quadro de escola

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R:Não.

### **3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Partilha de outros hábitos, outros conhecimentos, outras culturas entre crianças de uma origem diferente e o resto de grupo e depois com a ajuda da educadora que lidera o grupo ir um pouco mais além, pesquisar, chamar a família ao JI para falar um bocadinho dos seus hábitos, tradições, quer culturais, quer familiares, em relação ao país, do clima, dos animais, de sei lá.... A partilha pode ser de como se vestem, que hábitos alimentares têm. Que festividades mais importantes naquele país são mais importantes...

#### **3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Para conhecer um pouco do que é, do que foi a vida, a cultura da criança para depois conseguir inseri-la melhor, e depois o respeito, não é, e também para as crianças verem que há meninos que vivem noutros países diferentes com culturas diferentes e também para a criança se sentir com orgulho da sua cultura e elevar a sua autoestima. Ajuda mais na integração da criança e a transmissão dos conhecimentos das crianças ao resto do grupo e também à Educadora.

### **4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola?**

#### **Na generalidade o que aborda?**

R: O tema tem a ver com os valores, com a amizade...

#### **4.1 Na sua perspetiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural?**

##### **(se sim) Em que medida?**

R:Sim, porque tem a ver com a amizade respeito, tolerância, boas práticas comportamentais e pelo respeito pelo outro e pela diferença. Uma interação de culturas pode não ser de país diferente imagine pode ser do Alentejo... Aqui a tolerância tem a ver com o respeito pelo outro.

### **5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Eu acho que sim, muito importante, se não é nestas idades que se trabalha isso, depois já é tarde.

#### **5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Pode ser, pode não ser obrigatório, mas pode ser. Depende do tipo do PAA está a ver? Mas pode ser... os meninos andam 3 anos no Jardim e esta temática está sempre transversal, pode não ser num ano mas será no outro.

**5.2. Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: Abre-lhes os horizontes, ficam a saber que no planeta Terra, onde vivem existem somos todos iguais mas todos diferentes e que há locais em que não vivem da mesma maneira que eles, mas que não quer dizer que não haja respeito e que essas pessoas não tenham valor. E também temos que sensibilizar para o respeito pelo outro como ser individual, com maneiras de ser diferentes e tradições diferentes, mas também terem respeito pelas tradições do outro. Tradições diferentes mas que têm de ser respeitadas assim como eles querem que os outros também lhes respeitem.

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Foi mais sobre raças...portanto... a negra, não é? O continente africano, o continente asiático. Apesar de que hoje em dia associar o continente a raças ...os países são todos multiculturais! Olhe o trabalho do JI se não for continuado na família não vale a pena...e se não for trabalhado podem surgir situações de bullying!

**6. Acha importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R:Muito, muito, porque se integra melhor, porque lhe eleva a autoestima porque sabe que há respeito pelas suas tradições, e os outros ficam a vê-lo como uma criança como os outros e não um bichinho diferente... eles sentem-se mais aconchegados, mais aceites. Também acho importante que haja uma partilha entre os pais de culturas diferentes com os pais da cultura daqui.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que acha que permitiriam essa partilha?**

R: Primeiro por a criança a falar, a partilhar, depois pesquisar e trazer a família à escola.

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R:Não

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: Sim, claro que sim, seria uma grande mais-valia.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não, porque nunca tive crianças de diferentes culturas, se tivesse tido já teria outras questões para partilhar, mas assim...

### **EDUCADORA J (Porto)**

**1. Que idade tem?**

R: 40 anos

**1.1 Quais as suas habilitações profissionais?**

R: Licenciatura Educação Básica

**1.2 Há quanto tempo exerce a profissão de Educador (a)?**

R: Há 12 anos.

**1.3 Qual é a sua situação profissional? Contratado, quadro de escola, quadro de zona pedagógica, outra?**

R: Quadro de escola

**2. Nos diversos grupos de crianças com quem já trabalhou houve alguma de cultura diferente?**

R: Sim.

**3. O que entende por Educação Intercultural?**

R: Entendo que educação intercultural pretende promover e valorizar o reconhecimento da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem.

**3.1 Na sua perspetiva, quais são os objetivos da Educação Intercultural?**

R: Para mim, os objetivos passam por valorizar, respeitar, aprender e incentivar a interação social entre culturas.

**4. Pode-me descrever um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

R: Ao nosso Projeto Educativo tem a ver com a comunicação e relação escola/família, porque sentimos a necessidade de melhorar a relação/interação

escola-família, uma vez que são os dois agentes de socialização mais importantes no desenvolvimento da criança, pelo menos é o que eu penso.

**4.1 Na sua perspectiva, o PE contempla uma abordagem à Educação intercultural? (se sim) Em que medida?**

R: Sim, claro que sim porque ao valorizarmos os conhecimentos de cada família estamos a dar espaço à troca de experiências e de aprendizagens e assim abordamos a Educação intercultural.

**5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na Educação Pré-escolar?**

R: Acho muito importante devido à multiculturalidade das sociedades atuais.

**5.1 Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente? Porquê?**

R: Sim, claro, exatamente pelo que disse anteriormente, a criança pertence a uma humanidade comum e deve aprender a aceitar e respeitar.

**5.2 Na sua perspectiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?**

R: As crianças aprendem a respeitar os outros.

**5.3 Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

R: Sim, já. Para que as crianças saibam que existem outras culturas além da delas.

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as outras crianças do grupo? Porquê?**

R: Sim, claro. A partilha de vivências é uma das formas mais eficazes de aprender.

**6.1 Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiriam essa partilha?**

R: Eu costumo fazer uma troca de experiências. (Não se quis alongar mais)

**7. Tem alguma formação específica em Educação Intercultural?**

R: Não, não tenho.

**7.1 Se sim, qual a sua mais-valia?**

R:

**7.2 Se não, pensa que esta seria uma mais-valia para a sua prática pedagógica? Porquê?**

R: É sempre uma mais valia tudo o que vem acrescentar ao nosso conhecimento e experiência.

**8. Quer acrescentar algo sobre este tema que ainda não tenha sido referido, mas que considere ser relevante?**

R: Não.

**ANEXO F - RESULTADOS DA DIMENSÃO DIVERSIDADE CULTURAL**

**Tabela 2 – Diversidade cultural**

**5.3. Já alguma vez falou sobre diferentes culturas? Em que contexto? E com que objetivo?**

**Nome: Nós\Abordagem com as crianças\Sim. Porque**

**<Internas\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [1,72% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,72% Cobertura**

Claro que sim, eu por exemplo este ano não tenho no meu grupo nenhuma criança que seja de cultura diferente somos todos aqui... e no entanto nós trabalhamos esta diversidade.

**<Internas\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [0,51% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,51% Cobertura**

Falo sempre, todos os anos

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,37% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,37% Cobertura**

Sim, num Agrupamento onde trabalhei, abordámos a multiculturalidade e a nível de grupos trabalhei muito alguns países, raças e costumes.

**<Internas\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [1,68% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,68% Cobertura**

Mesmo tendo um currículo, interessa saber como é que as crianças aprendem e como aprendem e se a minha preocupação é ensiná-la a aprender ou se a minha função é reproduzir o currículo.

**<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [3,77% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,77% Cobertura**

Sim, por acaso falamos há pouco sobre os refugiados, cujos costumes e religião são completamente diferentes dos nossos.

**<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [4,21% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,21% Cobertura**

Sim. No dia Mundial da Tolerância por exemplo o objetivo era que as crianças compreendessem que existem pessoas com diferenças que são iguais a todas as outras pessoas.

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [1,48% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,48% Cobertura**

Já sim. Vou falando ao longo do ano letivo.

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [2,73% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,73% Cobertura**

Sim, já trabalhei num grupo dos cinco anos os continentes e as culturas existentes.

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [2,52% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,52% Cobertura**

Sim, já. Para que as crianças saibam que existem outras culturas além da delas.

**Nome: Nós\Abordagem com as crianças\Outras respostas**

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [0,41% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,41% Cobertura**

Foi mais sobre raças

**6.1. Quais as estratégias, ao nível da prática pedagógica do Educador, que pensa que permitiria uma partilha de culturas?**

**Nome: Nós\\Estratégias\\Troca de experiências**

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,84% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,84% Cobertura**

Trabalhar os costumes, as vivências numa perspectiva de partilha, festejar datas comemorativas, as tradições, o folclore.... Mais... a geografia, a gastronomia...

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [1,37% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,37% Cobertura**

Eu costumo fazer uma troca de experiências.

**Nome: Nós\\Estratégias\\Abordagem com canções**

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [6,59% Cobertura]**

**Referência 1 - 6,59% Cobertura**

Através de uma história “tantos meninos diferentes e todos iguais” que é um livro que comprei muito giro. Através dos diálogos com as crianças e da amostra da cultura, por exemplo danças ciganas, canções ciganas, porque tenho na sala duas crianças da etnia cigana.

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [1,24% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,24% Cobertura**

Mais através de histórias e músicas.

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [1,80% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,80% Cobertura**

A maior parte das vezes através de canções e histórias,

**Nome: Nós\\Estratégias\\Abordagem com histórias**

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [3,81% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,81% Cobertura**

Eu sempre tentei trabalhar de forma mais simples: primeiro pela experiência deles, tento sempre que comecemos uma atividade a partir da vivência da criança, ou às vezes a partir de uma história

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [6,59% Cobertura]**

**Referência 1 - 6,59% Cobertura**

Através de uma história “tantos meninos diferentes e todos iguais” que é um livro que comprei muito giro. Através dos diálogos com as crianças e da amostra da cultura, por exemplo danças ciganas, canções ciganas, porque tenho na sala duas crianças da etnia cigana.

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [1,24% Cobertura]****Referência 1 - 1,24% Cobertura**

Mais através de histórias e músicas.

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [1,80% Cobertura]****Referência 1 - 1,80% Cobertura**

A maior parte das vezes através de canções e histórias,

**Nome: Nós\Estratégias\Abordagem com dança****<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [6,59% Cobertura]****Referência 1 - 6,59% Cobertura**

Através de uma história “tantos meninos diferentes e todos iguais” que é um livro que comprei muito giro. Através dos diálogos com as crianças e da amostra da cultura, por exemplo danças ciganas, canções ciganas, porque tenho na sala duas crianças da etnia cigana.

**Nome: Nós\Estratégias\Convidar a família a partilhar informações****<Internas\EDUCADORA A> - § 2 referências codificadas [5,43% Cobertura]****Referência 1 - 3,43% Cobertura**

Temos que fazer um trabalho com as famílias, saber um bocadinho a proveniência da criança, em termos culturais e familiares e de instrução como é que a família funcionou, as pessoas que envolvem a criança, quais são os seus antecedentes. O que costumam fazer, relativamente ao dia a dia, tradições, etc. e dar um bocadinho de continuidade disso.

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [1,91% Cobertura]****Referência 1 - 1,91% Cobertura**

Primeiro por a criança a falar, a partilhar, depois pesquisar e trazer a família à escola.

**Nome: Nós\\Estratégias\\Utilização de todas as áreas de expressões**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [1,08% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,08% Cobertura**

Através das áreas de expressões que acho uma forma muito prática entusiásticas para as crianças reverem isso,

**Nome: Nós\\Estratégias\\Convite à criança para falar sobre o seu país**

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [3,81% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,81% Cobertura**

Eu sempre tentei trabalhar de forma mais simples: primeiro pela experiência deles, tento sempre que comecemos uma atividade a partir da vivência da criança, ou às vezes a partir de uma história

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [1,91% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,91% Cobertura**

Primeiro por a criança a falar, a partilhar, depois pesquisar e trazer a família à escola.

**Nome: Nós\\Estratégias\\Festejo de dias comemorativos**

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,84% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,84% Cobertura**

Trabalhar os costumes, as vivências numa perspetiva de partilha, festejar datas comemorativas, as tradições, o folclore.... Mais... a geografia, a gastronomia...

**Nome: Nós\\Estratégias\\Estratégias diferenciadas conforme o grupo de crianças**

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [6,88% Cobertura]**

**Referência 1 - 6,88% Cobertura**

Costumo fazer estratégias diferenciadas de maneira a que a partilha seja o mais benéfica possível para as crianças de culturas diferentes. Costumo definir as estratégias depois de conhecer o grupo com que vou trabalhar.

**Nome: Nós\\Estratégias\\Pesquisa na internet**

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [1,91% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,91% Cobertura**

Primeiro por a criança a falar, a partilhar, depois pesquisar e trazer a família à escola.

**Nome: Nós\\Estratégias\Partilha entre famílias de cultura diferente e portuguesa**

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,32% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,32% Cobertura**

Também acho importante que haja uma partilha entre os pais de culturas diferentes com os pais da cultura daqui.

**5.1. Na sua opinião, a diversidade cultural deve ser trabalhada com os alunos, mesmo que não haja, no grupo, uma criança de cultura diferente?**

**Nome: Nós\\Importância da abordagem da diversidade\Sim. Porque**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [1,72% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,72% Cobertura**

Claro que sim, eu por exemplo este ano não tenho no meu grupo nenhuma criança que seja de cultura diferente somos todos aqui.... e no entanto nós trabalhamos esta diversidade.

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [2,77% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,77% Cobertura**

Sempre, porque acho que é um tema maravilhoso, cada vez mais nós estamos num mundo global e infelizmente temos agora os refugiados da guerra,

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,57% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,57% Cobertura**

É muito importante, mesmo muito importante! Para dar a conhecer outras realidades culturais na medida em que se aprende a respeitar as diferenças,

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [2,46% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,46% Cobertura**

Sim, claro, e hoje em dia mais que nunca, para ficarmos sensibilizados ao tema.

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [5,94% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,94% Cobertura**

Sim, acho que deve ser sempre trabalhado. Porque durante a vida as crianças podem interagir com pessoas com outras culturas e quanto mais cedo se derem conta dessa diferença [gesto de aspas com as mãos] vão se tornando adultos tolerantes.

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [4,62% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,62% Cobertura**

Sim, porque pode não haver no grupo, mas há na sociedade e a criança deve estar preparada para uma sociedade dinâmica e intercultural,

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [3,82% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,82% Cobertura**

Sim, pois, para dar a conhecer as diferentes culturas de forma a evitar futuros comportamentos racistas na sociedade.

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [4,30% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,30% Cobertura**

Sim, claro, exatamente pelo que disse anteriormente, a criança pertence a uma humanidade comum e deve aprender a aceitar e respeitar.

**Nome: Nós\Importância da abordagem da diversidade\Outras respostas**

**<Internas\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [1,61% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,61% Cobertura**

Não existe uma cultura diferente, na minha sala existem várias culturas diferentes: existem 13 crianças com culturas diferentes. Cultura é aquilo que nós temos enquanto pessoas.

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [1,50% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,50% Cobertura**

Pode ser, pode não ser obrigatório, mas pode ser. Depende do tipo do PAA

**6. Pensa ser importante que a criança de cultura diferente a partilhe com as crianças do grupo? Porquê?**

**Nome: Nós\Importância da partilha no grupo\Sim. Porque**

**<Internas\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [2,07% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,07% Cobertura**

Claro que sim, eu lembro-me nesse ano quando tive esse menino proveniente dos países de leste aprendemos muitas coisas com ele e a mãe nunca se fechou ao local para onde foi viver, aqui no concelho de Viseu.

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [1,94% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,94% Cobertura**

Sim claro, claro, para que todos se fiquem a conhecer melhor e não haja ninguém que se sintam mal!

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [4,06% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,06% Cobertura**

Sim, acho mesmo muito importante porque é através do conhecimento que se derrubam os medos e depois das barreiras deitadas abaixo é possível a aproximação ao outro.

**<Internas\\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [2,33% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,33% Cobertura**

Na Educação intercultural deve haver uma riqueza de culturas e por cultura entenda-se a riqueza individual de cada um e não por etnias ou raças e é essa partilha que vai fazer as crianças ficarem mais ricas com as informações do outro e valorizar o outro

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [1,62% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,62% Cobertura**

Sim, claro para o conhecimento de várias culturas.

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,80% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,80% Cobertura**

Sim porque a cultura dela da qual se deve orgulhar e que as outras crianças possam absorver diferentes aspetos.

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [2,31% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,31% Cobertura**

Sim, acho porque partilhar as experiências e diferenças é aprender,

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [1,06% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,06% Cobertura**

Sim, acho muito importante mesmo.

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [5,21% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,21% Cobertura**

Muito, muito, porque se integra melhor, porque lhe eleva a autoestima porque sabe que há respeito pelas suas tradições, e os outros ficam a vê-lo como uma criança como os outros e não um bichinho diferente... eles sentem-se mais aconchegados, mais aceites.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [2,52% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,52% Cobertura**

Sim, claro. A partilha de vivências é uma das formas mais eficazes de aprender.

***5.2. Na sua perspetiva, que impacto poderá ter nas crianças ao dar a conhecer a diversidade cultural que existe na sociedade portuguesa?***

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Ter conhecimentos é muito importante.**

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [2,87% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,87% Cobertura**

Eu acho que isso é super importante porque para mim, o conhecimento é uma coisa mais importante do mundo... nós andamos sempre a aprender até morrer,

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [4,05% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,05% Cobertura**

Na minha perspetiva tem sido muito bem aceite pelo grupo e tem elucidado para a quantidade de crianças diferentes que há no mundo.

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,87% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,87% Cobertura**

Que as crianças se tornem adulto tolerantes, quer com a diferença cultural quer até a nível intelectual e física.

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [1,86% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,86% Cobertura**

Serve para as crianças não serem racistas na sociedade.

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 2 referências codificadas [11,56% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,38% Cobertura**

Abre-lhes os horizontes, ficam a saber que no planeta Terra, onde vivem, somos todos iguais mas todos diferentes e que há locais em que não vivem da mesma maneira que eles, mas que não quer dizer que não haja respeito e que essas pessoas não tenham valor.

**Referência 1 - 6,18% Cobertura**

E também temos que sensibilizar para o respeito pelo outro como ser individual, com maneiras de ser diferentes e tradições diferentes, mas também terem respeito pelas tradições do outro. Tradições diferentes mas que têm de ser respeitadas assim como eles querem que os outros também lhes respeitem.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [1,37% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,37% Cobertura**

As crianças aprendem a respeitar os outros.

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Promoção de uma mais valia**

**<Internas\\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [0,70% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,70% Cobertura**

Dar a conhecer a diversidade cultural é uma mais valia para todos: a partilha

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [4,05% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,05% Cobertura**

Na minha perspetiva tem sido muito bem aceite pelo grupo e tem elucidado para a quantidade de crianças diferentes que há no mundo.

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Desperta para a diferença**

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [4,24% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,24% Cobertura**

Penso que a criança fica mais aberta e desperta para a diferença... (pausa) aceita novos valores, atitude e comportamentos.

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Aprender a respeitar os outros**

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [6,18% Cobertura]**

**Referência 1 - 6,18% Cobertura**

E também temos que sensibilizar para o respeito pelo outro como ser individual, com maneiras de ser diferentes e tradições diferentes, mas também terem respeito pelas tradições do outro. Tradições diferentes mas que têm de ser respeitadas assim como eles querem que os outros também lhes respeitem.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [1,47% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,47% Cobertura**

As crianças aprendem a respeitar os outros.

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Adaptação à diversidade cultural**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [1,47% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,47% Cobertura**

O poder de estar mais tarde com outras crianças de outras culturas e outras proveniências e se poderem adaptar com mais facilidade e ser mais fácil,

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [4,74% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,74% Cobertura**

Tendo em conta que estamos numa aldeia global e estamos cada vez mais geograficamente próximos, cada vez somos mais confrontados com o contacto entre diversas etnias, religiões e nacionalidades.

**Nome: Nós\\Impacto nas crianças\\Aceitação de novos valores, atitudes e comportamentos.**

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [4,24% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,24% Cobertura**

Penso que a criança fica mais aberta e desperta para a diferença... (pausa) aceita novos valores, atitude e comportamentos.

## ANEXO G - RESULTADOS DA DIMENSÃO EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

### Tabela 3- Educação intercultural

#### 3. O que entende por Educação intercultural?

**Nome: Promoção e valorização de diversidade de culturas**

**<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [4,39% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,39% Cobertura**

Penso que seja uma educação para todos, em que todos têm direito ao conhecimento valorizando a diversidade como oportunidade de aprendizagem.

**<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,85% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,85% Cobertura**

Educação Intercultural é respeitar a cultura dos outros integrando-os na nossa própria cultura não os pondo à parte

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [4,50% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,50% Cobertura**

Entendo que educação intercultural pretende promover e valorizar o reconhecimento da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem.

**Nome: Reconhecimento de diversidade de culturas**

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,03% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,03% Cobertura**

Penso que é uma educação que aborda e sensibiliza para outros pontos de vista, outras culturas, outras religiões e costumes

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [4,50% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,50% Cobertura**

Entendo que educação intercultural pretende promover e valorizar o reconhecimento da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem.

**Nome: Integração na cultura portuguesa**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [2,70% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,70% Cobertura**

Olhe, no fundo é nós levarmos até cada criança a cultura, digamos assim, de onde ela está inserida, não é? Mas também sem esquecer aquela de onde ela é proveniente. Ou seja, de alguma forma é envolvermos a criança de culturas quer das, pronto, onde a escola está inserida

**Nome: Troca de informações sobre culturas**

**<Internas\\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [1,15% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,15% Cobertura**

Tem a ver com diversidade de culturas enquanto uma mais valia de troca de informações e aquisição de informações para todos.

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [3,17% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,17% Cobertura**

Acho que é educar e ensinar de forma mais rica para todos através das diferentes culturas.

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,55% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,55% Cobertura**

Partilha de outros hábitos, outros conhecimentos, outras culturas entre crianças de uma origem diferente e o resto de grupo

**Nome: Aquisição de informações**

**<Internas\\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [1,15% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,15% Cobertura**

Tem a ver com diversidade de culturas enquanto uma mais valia de troca de informações e aquisição de informações para todos.

**Nome: Integração de crianças de outras culturas**

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [5,03% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,03% Cobertura**

Eu entendo que pode e deve existir uma diversidade de culturas onde as crianças estejam todas bem integradas, numa escola onde as crianças se sintam felizes e não sintam que haja alguma diferença entre eles, seja qual for a sua raça, religião e até seitas,

**<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,85% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,85% Cobertura**

Educação Intercultural é respeitar a cultura dos outros integrando-os na nossa própria cultura não os pondo à parte

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [1,44% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,44% Cobertura**

Penso que seja a educação de várias culturas.

**Nome: Sensibilização de novas culturas**

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [5,18% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,18% Cobertura**

Penso que é uma educação que aborda e sensibiliza para outros pontos de vista, outras culturas, outras religiões e costumes e que podem ajudar as crianças a interagir em diferentes níveis, alargando horizontes.

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [4,43% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,43% Cobertura**

Entendo que educação intercultural pretende promover e valorizar o reconhecimento da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem.

**Nome: Interação em diferentes níveis**

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [5,18% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,18% Cobertura**

Penso que é uma educação que aborda e sensibiliza para outros pontos de vista, outras culturas, outras religiões e costumes e que podem ajudar as crianças a interagir em diferentes níveis, alargando horizontes.

**Nome: Uma Educação para todos.**

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [4,39% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,39% Cobertura**

Penso que seja uma educação para todos, em que todos têm direito ao conhecimento valorizando a diversidade como oportunidade de aprendizagem.

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [3,17% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,17% Cobertura**

Acho que é educar e ensinar de forma mais rica para todos através das diferentes culturas.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [4,50% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,50% Cobertura**

Entendo que educação intercultural pretende promover e valorizar o reconhecimento da diversidade como oportunidade e fonte de aprendizagem.

### ***3.1. Na sua perspectiva, quais são os objetivos da Educação intercultural***

**Nome: Nós\\Definição de objetivos\\Integrar a criança de cultura diferente**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [5,24% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,24% Cobertura**

É um bocadinho o dar a conhecer à criança o espaço de onde ela é proveniente, pronto donde ela vem, e o espaço para onde ela vai e toda essa envolvência, digamos assim, para ela no fundo sentir... apoiada, não se sentir perdida, sentir-se conhecedora, lá está, das tradições, de hábitos, de regras, de conceitos que se calhar são importantes para ela poder ter uma vida depois em sociedade e poder interagir com as outras crianças e ser conhecedora do que é que a rodeia em termos de regras e de como é que as coisas acontecem.

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,32% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,32% Cobertura**

Para conhecer um pouco do que é, do que foi a vida, a cultura da criança para depois conseguir inseri-la melhor,

**Nome: Nós\\Definição de objetivos\Promover a igualdade de oportunidades entre todas as crianças**

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [1,10% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,10% Cobertura**

Igualdade...igualdade de oportunidades para a vida futura,

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [1,03% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,03% Cobertura**

Promover a aprendizagem de todos.

**Nome: Nós\\Definição de objetivos\Promover conhecimento**

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,52% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,52% Cobertura**

Penso que os objetivos serão, acima de tudo, um acrescento de cultura e nesse conhecimento... incentiva o respeito pelo outro na sua diversidade.

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,01% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,01% Cobertura**

Olha é enriquecer-me a mim, às pessoas que trabalham comigo e às outras crianças

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [3,37% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,37% Cobertura**

Acho que seja promover a socialização com diferentes culturas e dar a conhecer as culturas às crianças.

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,77% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,77% Cobertura**

E depois o respeito, não é, e também para as crianças verem que há meninos que vivem noutros países diferentes com culturas diferentes

**Nome: Nós\\Definição de objetivos\Tornar o mundo num ideal humanista onde são todos iguais em direitos e deveres.**

**<Internas\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [0,79% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,79% Cobertura**

Tornar o mundo num ideal humanista isto é, sermos todos iguais em direitos e deveres.

**Nome: Nós\Definição de objetivos\Partilhar culturas**

**<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [1,18% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,18% Cobertura**

Incentivar a partilha de experiências,

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [1,83% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,83% Cobertura**

A partilha de culturas e o respeito pelas culturas.

**Nome: Nós\Definição de objetivos\Respeitar outras culturas**

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [0,78% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,78% Cobertura**

Incentiva o respeito pelo outro

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [1,83% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,83% Cobertura**

A partilha de culturas e o respeito pelas culturas.

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,77% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,77% Cobertura**

E depois o respeito, não é, e também para as crianças verem que há meninos que vivem noutros países diferentes com culturas diferentes

**Nome: Nós\Definição de objetivos\Promover a socialização entre culturas**

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,01% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,01% Cobertura**

Essencialmente penso que é mais o educar para a diferença e permitir o contacto entre as diferentes culturas que existem.

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [1,15% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,15% Cobertura**

Desenvolver a capacidade de comunicar

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [3,37% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,37% Cobertura**

Acho que seja promover a socialização com diferentes culturas e dar a conhecer as culturas às crianças.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [3,32% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,32% Cobertura**

Os objetivos passam por valorizar, respeitar, aprender e incentivar a interação social entre culturas.

**Nome: Nós\\Definição de objetivos\Educar para a diferença**

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [3,01% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,01% Cobertura**

Essencialmente penso que é mais o educar para a diferença e permitir o contacto entre as diferentes culturas que existem.

**4. Pode descrever-me um pouco do Projeto Educativo (PE) da sua escola? Na generalidade o que aborda?**

**Nome: Nós\\Projeto Educativo\Sim.**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [0,81% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,81% Cobertura**

Ora bem, contempla ... pensando que as expressões estão ligadas a todas as culturas,

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [0,57% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,57% Cobertura**

Sim, sim, contempla bastante

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [0,64% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,64% Cobertura**

Sim, num certo sentido sim

**<Internas\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [0,36% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,36% Cobertura**

Sim sempre foi essa a preocupação no PE

**<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [0,53% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,53% Cobertura**

Sim, acho que sim

**<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,10% Cobertura**

Sim

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,10% Cobertura**

Sim

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,10% Cobertura**

Sim

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [0,08% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,08% Cobertura**

Sim.

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [0,13% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,13% Cobertura**

Sim.

**5. Qual a sua opinião sobre a importância de se abordar a Educação intercultural na EPE?**

**Nome: Nós\Importância na Educação Pré-escolar\É importante. Porque**

**<Internas\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [2,44% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,44% Cobertura**

É importante! Porque é de alguma forma é um patamar.... a EPE como sabe é importante em termos do desenvolvimento do ser humano e nesta altura na EPE realmente eles acabam por ter algumas experiencias que parece que não mas fica-lhes alguma coisa.

**<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [4,01% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,01% Cobertura**

Acho importante porque cada vez mais estamos integrados numa sociedade com muitas culturas e essas culturas devem enriquecer as pessoas nomeadamente as crianças.

**Nome: Nós\Importância na Educação Pré-escolar\É muito importante. Porque**

**<Internas\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [2,50% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,50% Cobertura**

Eu acho que é muito importante, porque a EPE é a base da educação, assim como um alicerce de uma casa...é no PE onde tudo começa.

**<Internas\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [4,60% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,60% Cobertura**

Acho muito importante dar a conhecer outras realidades como uma aldeia global...e porque hoje em dia contribui para diminuir a xenofobia e racismo através do conhecimento e respeito mútuo.

**<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [5,07% Cobertura]**

**Referência 1 - 5,07% Cobertura**

Na minha opinião é muito importante, pois ao termos conhecimento mais facilmente podemos diferenciar as estratégias para melhorar o processo ensino-aprendizagem.

**<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [3,13% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,13% Cobertura**

Muito importante porque logo desde cedo devemos trabalhar os valores morais e culturais.

**<Internas\\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [4,65% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,65% Cobertura**

Olhe, no meio em que trabalho é bastante importante porque como já disse contactamos com duas principais culturas diferentes, a cigana e africana

**<Internas\\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [2,05% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,05% Cobertura**

Eu acho que sim, muito importante, se não é nestas idades que se trabalha isso, depois já é tarde.

**<Internas\\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [2,30% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,30% Cobertura**

Acho muito importante devido à multiculturalidade das sociedades atuais.

## **ANEXO H - RESULTADOS DA DIMENSÃO FORMAÇÃO**

### **Tabela 4 – Formação**

#### ***7. Tem alguma formação específica/inicial/contínua em EI?***

**Nome: Nós\\Formação\\Não.**

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [0,72% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,72% Cobertura**

Não, tive uma cadeira durante a minha formação mas mais do que isso não.

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [0,29% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,29% Cobertura**

Não, não tenho.

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [0,86% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,86% Cobertura**

Não, com muita pena, mas não tenho.

<Internas\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [0,53% Cobertura]

Referência 1 - 0,53% Cobertura

Não, não tenho.

<Internas\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

Não.

<Internas\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [0,52% Cobertura]

Referência 1 - 0,52% Cobertura

Não, não tenho.

<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]

Referência 1 - 0,16% Cobertura

Não.

<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [0,06% Cobertura]

Referência 1 - 0,06% Cobertura

Não

<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [0,48% Cobertura]

Referência 1 - 0,48% Cobertura

Não, não tenho.

Nome: Nós\Formação\Sim.

<Internas\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [0,61% Cobertura]

Referência 1 - 0,61% Cobertura

Sim. Tive uma disciplina quando fiz a licenciatura e uma formação.

**7.2. Se não, pensa que seria uma mais valia para a sua prática pedagógica?  
Porquê?**

Nome: Nós\Importância de formação\Sim. Porque

**<Internas\\EDUCADORA A> - § 1 referência codificada [1,89% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,89% Cobertura**

Sim, sim, sim, claro que sim, é sempre uma mais valia, a informação nesta área, outras experiências de como podemos fazer este tipo de envolvimento, as formas de lidar com estas situações.

**<Internas\\EDUCADORA B> - § 1 referência codificada [1,18% Cobertura]**

**Referência 1 - 1,18% Cobertura**

Completamente! Como já disse, ter o conhecimento até morrer!

**<Internas\\EDUCADORA C> - § 1 referência codificada [4,77% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,77% Cobertura**

Sim, certamente que sim... porque ia ajudar a compreender melhor e interagir com as crianças e com os pais, sem ferir suscetibilidades e também para contribuir assim para um trabalho mais completo.

**<Internas\\EDUCADORA D> - § 1 referência codificada [0,44% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,44% Cobertura**

Continua a haver muita necessidade de formação.

**<Internas\\EDUCADORA E> - § 1 referência codificada [4,89% Cobertura]**

**Referência 1 - 4,89% Cobertura**

Claro! Mais uma vez para o conhecimento, para nos atualizarmos, pois devemos estar em constante formação para poder acompanhar o que se passa na sociedade.

**<Internas\\EDUCADORA F> - § 1 referência codificada [2,48% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,48% Cobertura**

Sim porque quanto mais souber através do conhecimento melhor poderia trabalhar com essas crianças.

**<Internas\\EDUCADORA G> - § 1 referência codificada [3,07% Cobertura]**

**Referência 1 - 3,07% Cobertura**

Claro que sim, afinal quanto mais conhecimento, mais e melhores profissionais seremos.

**<Internas\EDUCADORA H> - § 1 referência codificada [0,32% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,32% Cobertura**

Sim, acho.

**<Internas\EDUCADORA I> - § 1 referência codificada [0,99% Cobertura]**

**Referência 1 - 0,99% Cobertura**

Sim, claro que sim, seria uma grande mais-valia.

**<Internas\EDUCADORA J> - § 1 referência codificada [2,84% Cobertura]**

**Referência 1 - 2,84% Cobertura**

É sempre uma mais valia tudo o que vem acrescentar ao nosso conhecimento e experiência.